



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE – UENF
CENTRO DE CIÊNCIAS DO HOMEM – CCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS SOCIAIS - PPGPS

**MANIFESTAÇÕES CULTURAIS EM SÃO JOÃO DA BARRA: a festa de Nossa
Senhora da Pena**

JHONATAN DA SILVA MARTINS

CAMPOS DOS GOYTACAZES – RJ
MARÇO - 2019

MANIFESTAÇÕES CULTURAIS EM SÃO JOÃO DA BARRA: a festa de Nossa Senhora da Penha

JHONATAN DA SILVA MARTINS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais, do Centro de Ciência do Homem, da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Políticas Sociais.

Área de concentração: Educação, Cultura, Política e Cidadania.

Orientador: Prof. Dr. Giovane Nascimento

**CAMPOS DOS GOYTACAZES – RJ
MARÇO - 2019**

FICHA CATALOGRÁFICA

UENF - Bibliotecas

Elaborada com os dados fornecidos pelo autor.

M386 Martins, Jhonatan da Silva.

MANIFESTAÇÕES CULTURAIS EM SÃO JOÃO DA BARRA : A FESTA DE NOSSA SENHORA DA PENHA / Jhonatan da Silva Martins. - Campos dos Goytacazes, RJ, 2019.

126 f. : il.

Bibliografia: 118 - 122.

Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências do Homem, 2019.

Orientador: Giovane do Nascimento.

1. Políticas Culturais. 2. Tradição. 3. Manifestações Culturais. 4. Políticas Sociais.
I. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. II. Título.

CDD - 361.61

JHONATAN DA SILVA MARTINS

**MANIFESTAÇÕES CULTURAIS EM SÃO JOÃO DA BARRA: A FESTA DE
NOSSA SENHORA DA PENHA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais, do Centro de Ciência do Homem, da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Políticas Sociais.

APROVADA: 20/03/2019

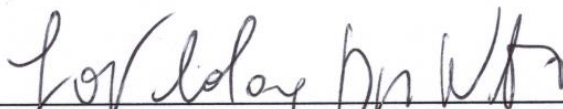
BANCA EXAMINADORA:



Prof. Dr.^a Lilian Sagio Cezar (Ciências Sociais – UNICAMP)
Universidade Estadual Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF



Prof. Dr.^o Daniel Pinheiro C. Damasceno (Ciências Sociais – UENF)
Universidade Estácio de Sá (externo)



Prof. Dr.^o José Colaço D. Neto (Ciências Sociais – UENF)
Universidade Federal Fluminense (externo)



Prof.^o Dr.^o Giovane do Nascimento (Filosofia – UFRJ)
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF (Orientador)

Dedico este trabalho, com toda gratidão, à minha mãe, pela dedicação à minha formação; e, à minha família, pelo apoio.

AGRADECIMENTOS

Indubitavelmente, a Deus, pela presença constante em minha vida e por todas as oportunidades concedidas.

À minha família, por ser uma fortaleza em todos os momentos, pelo incentivo, apoio e direcionamento seguro em todas as escolhas.

À minha mãe e ao meu padrasto, para que eu me tornasse o melhor que poderia ser; e ao apoio carinhoso e fraterno, sempre me incentivando no alcance dos meus objetivos e me revigorando quando fracassava em algo.

O caminho para a obtenção do título de Mestre não é fácil. Far-se-á necessária a interação próspera entre orientado e orientador. Nesse sentido, ao meu orientador, Giovane do Nascimento, por me aceitar e apontar caminhos nessa árdua tarefa a percorrer. Com paciência, provocações, dicas e conselhos que foram fundamentais para engrandecer a pesquisa.

Aos professores, Daniel Damasceno, José Colaço e Lilian Ságio Cezar, por terem prontamente aceito meu convite para participação na banca. Suas contribuições são fundamentais para meu objeto de estudo.

Aos atores entrevistados, que fazem com que me apaixone ainda mais pelo campo e pela pesquisa.

Aos amigos do mestrado, Natália, Gabi, Priscilla e Ana Paula, vocês foram fundamentais para a realização desta etapa da minha vida. Obrigado pelo incentivo e ajuda de sempre.

A minha eterna amiga e mãe, Ana Tavares, por toda ajuda no período do mestrado, fica aqui, meu muito obrigado!

Aos queridos, Scheilla Maria, Gabriel Caldas, Uelinton Marques, Kesley Cardozo e Chrisson Monteiro pela compreensão, carinho e força. Vocês são incríveis!

Ao meu companheiro, Arthur Lima, por toda compreensão, atenção e carinho neste momento tão importante da minha vida. Amo você!

A todos os professores da UENF, que contribuíram grandemente para minha formação acadêmica.

A todos os funcionários dessa Universidade, que indiretamente participaram deste trabalho.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES),

pelo financiamento desta pesquisa.

RESUMO

MARTINS, Jhonatan da Silva. **MANIFESTAÇÕES CULTURAIS EM SÃO JOÃO DA BARRA**: a festa de nossa Senhora da Penha. 2019. 126 fls. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) – Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Políticas Sociais. UENF, Campos dos Goytacazes/RJ.

A presente pesquisa trata das Manifestações Culturais em São João da Barra (RJ), a festa de Nossa Senhora da Penha, em Atafona, dando atenção especial ao festejo em comemoração à santa e à forma como ocorre esse processo de valorização e elaboração no entorno da localidade de Atafona. Assim, busca-se compreender e analisar os significados que os participantes atribuem às experiências vivenciadas na festa de Nossa Senhora da Penha. Para isso, realizamos levantamento bibliográfico sobre a temática, observação participante, entrevistas semiestruturadas abertas com os nativos perfazendo análise de conteúdo dos materiais. Inicialmente, descrevemos a primitiva povoação de São João da Barra e a chegada do pescador, Lourenço do Espírito Santo à Atafona, à região. Ele liderou um grupo de famílias e instalou-se próximo ao local onde foi erguida a igreja de Nossa Senhora da Penha. Ao considerar esse contexto histórico, entendemos a importância dos significados que as manifestações culturais na localidade de Atafona podem influenciar o entorno dos nativos. Observamos as influências ocorridas na festa, em devoção à santa dos pescadores, Nossa Senhora da Penha, e como ocorre esse processo no entorno do distrito de Atafona. Assim, a nossa discussão buscou valorizar a festa e suas manifestações, o que significa dizer outras possibilidades de abordagens culturais, por meio da observação, sensibilização e experiências vivenciadas.

Palavras-chave: Políticas Culturais; Tradição; Manifestações Culturais; Políticas Sociais.

ABSTRACT

MARTINS, Jhonatan da Silva. **CULTURAL MANIFESTATIONS IN SÃO JOÃO DA BARRA**: the party of Nossa Senhora da Penha. 2019. 126 fls. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) – Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Políticas Sociais. UENF, Campos dos Goytacazes/RJ.

The present paper intends to investigate the cultural manifestations in the town of São João da Barra, the Penha' Festival being the main object of research. Seeking a survey of reports of the primitive population from São João da Barra and the arrival of the fisherman Lourenço do Espírito Santo to Atafona, who gets to the region leading a group of families, settling down near the site where was raised the church of Nossa Senhora da Penha. Taking the historical context in account we are aiming to understand how the importance of cultural manifestations' meanings in Atafona's locality may influence the native's surround. For the development of our research, we will do a bibliographical survey on the subject, as well as a field research based on participative observation, using qualitative method, besides open semistructured interviews with native people and content analysis. For our interests, we will observe the effected influences out of the devotion to the Saint of the fishermen, Nossa Senhora da Penha, and how this process occurs around the district of Atafona. With the results of the content analysis, we observe that the Festival of Nossa Senhora da Penha exudes entirely from the residents and its connection between them such as faith, religiosity and devotion. So, our discussion will seek to enrich the Festival and its manifestations, wich means to say other possibilities of cultural approaches, through observation, awareness e their living experiences.

Keyword: Cultural Policies; Tradition; Cultural Manifestations; Social Policies.

LISTA DE ILUSTRAÇÃO

Figura 1 - Reportagem sobre Atafona e a Igreja de N. S. da Penha.....	19
Figura 2 - Primeiro Núcleo Colonizado do Norte Fluminense.....	21
Figura 3 - A povoação de São João da Barra.....	24
Figura 4 - Lista dos Primeiros Moradores da Antiga Paraíba do Sul.....	25
Figura 5 - Colônia de Pescadores Z-2– Reportagem no Jornal Folha Nova.....	29
Figura 6 - Projeto de LEI nº /2017 - Fundo Municipal de Cultura de São João da Barra – FMCSJB	68
Figura 7 - Gráfico Geral das Categorias	72
Figura 8 - Registro no Documento no Cartório	91
Figura 9 - Registro do Terreno Doado à Nossa Senhora da Penha.....	92
Figura 10 - Antiga Igreja de Nossa Senhora da Penha	94
Figura 11 - Lista dos bens de Nossa Senhora da Penha	95
Figura 12 - Bens de Nossa Senhora da Penha	95
Figura 13 - Trajeto da Procissão Fluvial pelas principais ruas de Atafona.....	100
Figura 14 - Procissão Fluvial em Homenagem a Nossa Senhora da Penha	100
Figura 15 - Programação da festa de Nossa Senhora da Penha de 1975.....	102
Figura 16 - Saída dos andores da Procissão Terrestre de Nossa Senhora da Penha	104
Figura 17 – Coroação de Nossa Senhora da Penha, após a chegada da procissão	105
Figura 18 - Projeto de Lei Nº 1531/2016.....	106

LISTA DE TABELAS E QUADROS

Tabela 1 - Estrutura Administrativa de Cultura nos Municípios Brasileiros	62
Tabela 2 - Quadro de reuniões por setor para elaboração do Plano Municipal de Cultura de São João da Barra.....	66
Quadro 1 – Entrevistados e as categorias	71

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC – Banco Nacional de Crédito Cooperativo

CEPC/RJ – Conselho Estadual de Política Cultural do Rio de Janeiro

CPF – Conselho, Plano e Fundo

FBPN – Fundação Boticário de Proteção à Natureza

FBCN – Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza

FMVS – Fundo Mundial pela Vida Selvagem

FNC – Fundo Nacional de Cultura

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

LOA – Lei Orçamentária Anual

MINC – Ministério da Cultura

NSP – Nossa Senhora da Penha

PEC – Plano Estadual de Cultura

PNC – Plano Nacional de Cultura

PADEC – Programa de Desenvolvimento Cultural dos Municípios

SIEC – Sistema Estadual de Cultura

UFBA – Universidade Federal da Bahia

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 BREVE HISTÓRICO SOBRE O SURGIMENTO DO POVOAMENTO DE SÃO JOÃO DA BARRA	18
1.1 Relações entre o povoamento São João da Barra e Campos dos Goytacazes ..	18
1.2. Chegada do pescador Lourenço do Espírito Santo à Foz do Rio Paraíba do Sul	22
1.3 A Pesca em São João da Barra: marcos importantes da Barra	26
2 EXPRESSÕES CULTURAIS E A IMPORTÂNCIA DA CONSOLIDAÇÃO DA IDENTIDADE PARA A LOCALIDADE	31
2.1 A noção de tradição	31
2.2 Algumas considerações sobre Memória Individual e Memória Coletiva	34
2.3 A identidade cultural	39
2.4 O problema da definição do termo “cultura”	43
2.5 Manifestações Culturais: as Festas Populares	47
3 DESENVOLVIMENTO DAS POLÍTICAS CULTURAIS COMO POLÍTICAS DE INCENTIVO À CULTURA EM SÃO JOÃO DA BARRA	52
3.1 Políticas Sociais	52
3.2 Questões sobre as políticas culturais	55
3.3 Fundo de Cultura e Plano de Cultura: Política Cultural de Incentivo à cultura de São João da Barra	59
4 A FESTA DE NOSSA SENHORA DA PENHA: PADROEIRA DOS PESCADORES DE SÃO JOÃO DA BARRA	70
4.1 Perfil dos entrevistados	70
4.2 A Igreja da Penha	90
4.3 A Festa de Nossa Senhora da Penha	97
4.4 A religiosidade	108
CONSIDERAÇÕES FINAIS	113
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	117
APÊNDICES	122

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa trata das Manifestações Culturais em São João da Barra (RJ), a festa de Nossa Senhora da Penha, em Atafona, dando atenção especial ao festejo em comemoração à santa e à forma como ocorre esse processo de valorização e elaboração no entorno dessa localidade. Assim, busca-se compreender e analisar os significados que os participantes atribuem às experiências vivenciadas na festa de Nossa Senhora da Penha.

Ao realizarmos o levantamento bibliográfico da história do povoamento de São João da Barra, seus primeiros moradores do município e o seu surgimento e período de elevação da cidade, observamos uma forte relação entre fé e devoção da comunidade pesqueira à santa, Nossa Senhora da Penha. Porém, no decorrer da pesquisa, pouco material foi encontrado sobre a festa de Nossa Senhora da Penha, sobre a história da santa, ou até mesmo relatos daqueles que participam da festa. Para sanar essas dificuldades, recorreremos a história oral como ferramenta para acrescentar dados à pesquisa e apreender os significados que os participantes atribuem à festa da Penha.

O município de São João da Barra tem, historicamente, uma relação constante com a tradição de festas religiosas e de devoção religiosa muito expressiva. A festa de Nossa Senhora da Penha é um dos maiores fenômenos culturais religiosos do município, atraindo fiéis de todo o país para conhecer a história da santa. A tradição cultural religiosa tem uma série de características que, ao longo do tempo, foram se reinventando e oportunizando o surgimento das novas gerações, que deram continuidade e participam da elaboração dos festejos em homenagem à santa.

O festejo em homenagem a Nossa Senhora da Penha é reconhecido pela grandiosa tradição do município de São João da Barra. A festa é o momento de renovação de fé e da adoração dos devotos à santa. O festejo acontece a mais de cem anos. São dias em que a Praia de Atafona festeja sua padroeira. Os moradores de Atafona se preparam da melhor forma para celebrarmos com alegria a festa da Penha, tiram essa época do ano para fazer obra de manutenção em suas casas, arrumam a casa para acolher bem os familiares que de outras cidades vem peregrinar em na praia de Atafona, e que alegria poder reencontrar os familiares e amigos. A festa de Nossa Senhora da Penha é a festa do encontro, sim do encontro

das famílias, povos, de fé e de renovação.

Assim, não pode deixar de destacar os romeiros provenientes de outros municípios, como São Francisco de Itabapoana, Macaé, Quissamã que prestigiam as tradições religiosas da praia com suas famílias. Os romeiros vem navegando pelo Paraíba do Sul para aqui montar suas tendas e festejar em família a Virgem da Penha. Todos os anos eles se organizam em caravanas e descem na porta do templo de Nossa Senhora da Penha para assistirem a missa. Percebemos o prazer e a imensa alegria nesses dias, pois os vários devotos provenientes vêm para a terra da Mãe da Penha para agradecer e realizar seus pedidos.

Nos dias da festa, Atafona muda a economia; a pesca se fortalece, pois em sua poderosa intercessão a Virgem da Penha se certifica para que seus amados filhos, (os pescadores) vivam da melhor forma nesses dias, aumentando assim a economia dos comerciantes. Ressalta-se, que a Irmandade pode sempre contar com os comerciantes locais para patrocinar algumas atividades da festa. Entretanto, os atafonenses são gratos e enriquecem a festa, tanto nas simbólicas doações, quanto nas mais humildes ajudas para a festa. São várias atividades que acontece no decorrer da festa, há participação de todos, inclusive das crianças. É realizada uma programação inteiramente diversificada, incluindo na programação a parte religiosa, profana e recreativa, tudo em homenagem para Nossa Senhora.

Entendemos a importância da santa, Nossa Senhora da Penha, e de suas inúmeras representações para os fiéis, de forma que os devotos concentram seus desejos à santa de maneira que, nos momentos de dificuldades, buscam conforto, resiliência em ter suas promessas concebidas. Assim, sabem da importância de serem agradecidos pelas conquistas realizadas por intermédio da protetora de Atafona.

É notório, que o município de São João da Barra é grandioso no campo histórico da festa religiosa e tem relação espontânea dos munícipes com as festas religiosas, em especial a festa da Penha. Mesmo com toda mudança histórica da cidade e da religiosidade, a festa de Nossa Senhora da Penha se traduz na maior manifestação cultural do município. Assim, na busca de compreender e investigar qual a representatividade da festa da Penha para a localidade, e como a festa fomenta e auxilia na construção da identidade, levantamos as seguintes questões: Quais as representações e significados da festa de Nossa Senhora da Penha para a localidade de Atafona? De que modo às manifestações culturais relacionadas à festa

influenciam na formação da identidade cultural de Atafona? De acordo com as questões, o trabalho tem como objetivo geral compreender e analisar os significados que os participantes atribuem às experiências vivenciadas na festa de Nossa Senhora da Penha, analisando os nativos e seus significados enquanto participantes.

Dessa forma, o trabalho se justifica do ponto de vista acadêmico, pois, são poucos trabalhos encontrados no banco de dados da CAPES¹ com a abordagem cultural sobre a festa de Nossa Senhora da Penha. Apesquisa pode colaborar para a formulação de futuras políticas públicas para a cultura do município de São João da Barra, tendo como devolutiva para a comunidade a elaboração de uma cartilha para a igreja de Nossa Senhora da Penha, narrando à história da festa, bem como, a partir da dissertação a elaboração de um livro sobre a festa de Nossa Senhora da Penha. Assim, estaremos enriquecendo e fortalecendo tanto no âmbito acadêmico, quanto cultural da cidade.

Assim, desde já, afirmo, não é um trabalho de antropologia, pois no capítulo teórico trabalhamos fundamentos de vários conceitos que se misturam com a festa, nosso objeto de pesquisa é a cultura, um conceito complexo que dialoga com vários outros conceitos. Desta maneira, no capítulo teórico fundamentamos vários conceitos que circulam o conceito chave que é cultura.

O objetivo da pesquisa é compreender e analisar os significados que os participantes atribuem às experiências vivenciadas na festa de Nossa Senhora da Penha, analisando os nativos e seus significados enquanto participantes. Logo, esse é um trabalho de cunho cultural, sendo a cultura, um conceito complexo que no entorno dele gravitam vários outros conceitos, dos quais a gente não poderia esgotar, mas também não poderia deixar de mencionar os conceitos de tradição, identidade, festa, entre outros que permeiam o conceito de cultura. Sendo assim, vamos fazer uma fundamentação de forma básica dos conceitos como: tradição, cultura, memória, identidade, entre outros, que são fundamentais e que permeiam o conceito de cultura. Tendo em vista, que nenhuma pesquisa explica tudo, porém, não da para falar de cultura de forma isolada, única e ou exclusiva.

Para responder aos objetivos e às questões propostas na entrevista, no sentido de valorizar a tradição da festa de Nossa Senhora da Penha, representações

¹ Acesso em: 01 jan. 2019 no banco de dados periódicos da CAPES.

e práticas, a pesquisa partiu da abordagem qualitativa, observação participante, entrevistas semiestruturadas e história oral como elemento de representação dos nativos da festa, tendo em vista a dificuldade em encontrar referencial teórico sobre os festejos de Nossa Senhora da Penha e relatos daqueles que participam.

No marco teórico trabalhamos predominantemente o conceito de cultura segundo Carlos Rodrigues Brandão, Nestor Garcia Canclini, Marilena Chaui, Clifford Geertz e Roque de Barros Laraia. Essa escolha se deu porque entendemos a festa como uma manifestação cultural, no entanto, é importante ressaltar que cultura é complexa. Sendo assim, um conceito que possui muitos outros que gravitam em torno dele. Então, na base teórica da pesquisa, pretendemos fundamentar essa compreensão que aparecem junto a definição de cultura.

Para o desenvolvimento da metodologia, realizamos um levantamento bibliográfico sobre a temática, observação participante, entrevistas semiestruturadas abertas, nas quais utilizamos a análise de conteúdo para análise, caracterizando a pesquisa como qualitativa. Para nosso interesse, iremos observar as influências sofridas pela devoção à santa dos pescadores, Nossa Senhora da Penha, e como ocorre esse processo no entorno de Atafona. A nossa discussão buscou valorizar a festa e suas manifestações culturais, o que significa dizer outras possibilidades de abordagens culturais, por meio da observação, sensibilização e experiências vivenciadas.

Para isso, em um primeiro momento, como metodologia de trabalho, foram realizadas entrevistas com os moradores de Atafona e a Irmandade de Nossa Senhora da Penha, porque está envolvida constantemente e diretamente em cada processo de criação e elaboração dos festejos em homenagem a Nossa Senhora da Penha, porém, entende-se também a importância da participação do órgão público municipal de São João da Barra, para compreender como ocorre a correlação entre os mesmos e como acontecem as políticas públicas redirecionados para a cultura, se há alguma outra forma de fomento para a festa de Nossa Senhora da Penha.

Assim, realizou-se, para tanto, entrevistas semiestruturadas com os moradores de Atafona, a irmandade e o órgão público, pois entendemos a importância de trabalhar com esses três grupos, porque um entrevistado pode pertencer aos três grupos, porque já é um costume dos moradores participarem de várias atividades simultaneamente, pois os mesmo gostam de estar presente a todo momento, ainda mais, com atividades relacionadas a cultura e a religiosidade. As

categorias foram criadas de acordo com as onze entrevistas, assim, buscamos palavras que mais aparecem nelas. Chegando então, nessas quatro categorias – economia, fé, memória cultural e política partidária – para tentar encontrar a percepção dos nativos no decorrer da entrevista e melhor define-las nas categorias.

As categorias irão facilitar na leitura dos dados, pois cada entrevista receberá um título – de acordo com a categoria que está mais evidente - mais o nome do entrevistado e idade. A escolha das referidas categorias foi aparecendo no decorrer das entrevistas, de acordo com o seu significado e “sinais” de que vislumbra ser a categoria, sendo as categorias: economia, de origem grega, que significa em grego, “*oikos*” significa casa e “*nomos*” significa regras ou administrar. Muito provavelmente, a forma com que as pessoas utilizavam os recursos para manter os gastos do lar, as reservas, etc²; Fé, convicção intensa e persistente em algo abstrato que, para a pessoa que acredita; se torna verdade; crença³; Memória cultural, um bem, material ou não, significativo como produto e testemunho de tradição artística e histórica, ou como manifestação da dinâmica cultural de um povo ou de uma região⁴ e Política partidária, é o exercício da política através de filiação a um partido político. De um modo geral, todos nós praticamos política, contudo, para que esta prática seja de modo válido, precisamos de uma filiação partidária⁵.

Por fim, reunimos também uma série de documentos, como: fotos, jornais, imagens e documentos relacionados à história de São João da Barra, à festa de Nossa Senhora da Penha e irmandade de Nossa Senhora da Penha, que estavam de posse dos entrevistados e na própria igreja.

A dissertação está organizada em quatro capítulos. No primeiro capítulo, apresentamos o histórico sobre o surgimento de São João da Barra e a forte influência da pesca na região; sua relação constante com a cidade vizinha, Campos dos Goytacazes, realizando também levantamento dos primeiros povoamentos no município, identificados no levantamento bibliográfico, às controvérsias, nome do município e primeiros habitantes de São João da Barra. Assim, tendo como base as leituras realizadas nos autores Lamego (1913, 1942 e 1946), Noronha (2003 e

² Disponível em: <https://www.suapesquisa.com/economia/o_que_e_economia.htm>. Acesso em: 23 maio 2019.

³ Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/fe/>>. Acesso em: 23 maio 2019.

⁴ FERREIRA, A. B. H. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1986.

⁵ Disponível em: <<https://www.dicionarioinformal.com.br/pol%C3%ADtica%20partid%C3%A1ria/>>. Acesso em: 23 maio 2019.

2007), Santafé (1999), sendo estes os principais autores que abordam sobre o surgimento de São João da Barra, como também, algumas informações sobre a festa de Nossa Senhora da Penha e a pesca de Atafona. Tal material enriqueceu a pesquisa, assim, auxiliou no enriquecimento sobre o surgimento do município e na compreensão do objetivo em questão, a festa de Nossa Senhora da Penha.

No segundo capítulo, abordamos fundamentos de conceitos que circundam o conceito de cultura, como: tradição, memória, identidade, entre outros. Contudo, entendemos a relevância dos conceitos estarem atrelados a festa de Nossa Senhora da Penha e claro, para os pescadores de Atafona. Contudo, não pretendemos, neste capítulo, aprofundar-nos nos conceitos, mas vemos a necessidade de abordá-los para uma melhor compreensão dos termos utilizados nos próximos capítulos. Porém, será tratado de forma limitada, mas far-se-á necessário, mesmo que breve, para facilitar a contextualização do objeto de pesquisa.

No terceiro capítulo, abordamos brevemente os conceitos de Políticas Culturais e Políticas Sociais, pois, tendo em vista a dimensão dos conceitos, não poderíamos deixar de abordá-los por sabermos de sua complexidade. Traremos mais especificamente as Políticas Culturais no seu contexto histórico e prático, a partir das contribuições de Lia Calabre (2009; 2011) e Marilena Chauí (2006), apontando a questão da Cidadania Cultural que trazem estudos mais aprofundados sobre cultura nos municípios, além da visão conceitual de Canclini (1987; 2001) sobre o assunto. Buscamos informações de como se dá a estruturação do Plano Nacional de Cultura, Plano Estadual de Cultura e Plano Municipal de Cultura, também a atuação do Conselho Municipal de Cultura no município de São João da Barra.

Por fim, no quarto capítulo, descrevemos a festa de Nossa Senhora da Penha, relacionando-a com o material encontrado: documentos, fotos e reportagens de jornais adquiridos por meio das entrevistas e ajuda dos moradores da localidade de Atafona, juntamente com as categorias e o relatório com o perfil de cada entrevistado mais análise de conteúdo, método utilizado nas entrevistas. Trataremos também sobre doação do terreno para Nossa Senhora da Penha; período da fundação da irmandade de Nossa Senhora da Penha; programação da festa, apontando a mudança nas atividades culturais e profanas no início da celebração da festa da Penha para os dias atuais; e lista de doações feita pelos fiéis para a santa.

1 BREVE HISTÓRICO SOBRE O SURGIMENTO DO POVOAMENTO DE SÃO JOÃO DA BARRA

1.1 Relações entre o povoamento São João da Barra e Campos dos Goytacazes

Paralelamente à evolução de Campos, cresce a outra vila da planície, São João da Paraíba do Sul, conhecida atualmente como São João da Barra. Uma das únicas saídas para produtos campistas, onde à navegação se desenvolve nesse perigoso e arriscado porto da foz do Paraíba.

Lamego (1913) relata que a primeira povoação de brancos se deu em terras de São João da Barra, pelo Pero de Góis, sendo o 1º donatário da Capitania de São-Tomé, em 1538, nas proximidades da ponta do Retiro, ao sul da barra do Itabapoana. Nesse local, na enseada do Retiro aproaram próximo à lagoa Doce, erguendo a Vila da Rainha, cujas ruínas o mapa de Couto Reis, de 1785, designa sob o nome de Santa Catarina das Amós. Assim, provém à confusão em torno dos dois nomes, pelo fato de haver o segundo donatário, Gil de Góis, filho do primeiro, Pero Góis, construído na mesma Capitania, porém na foz do rio Itapemirim à vila de Santa-Catarina, também destruída pelos índios. Nesse período, a capitania tentou invadir, mas fracassou por conta da intervenção dos índios, permitindo que todo litoral sanjoanense ficasse abandonado. Um grupo de pescadores que vieram de Cabo-Frio apostou na construção de alguns casebres à margem da foz do Paraíba, tornando-se, então, precursores da atual vila de Atafona - cuja origem é árabe – attahuna (a T-Tahunâ), significando moinho⁶.

⁶ Disponível em: <https://www.priberam.pt/dlpo/atafona>. Acesso em 26 de dezembro de 2017.

Alberto LAMEGO

Atafona e a Igreja N. S. da Penha

Este ano, Atafona completa 350 anos de sua fundação. Para comemorar o acontecimento, o Lions Clube de Campos-Goitacá decidiu, na próxima Festa da Penha, padroeira local, colocar um marco na praça da Igreja, onde foi construída a primeira casa da povoação, editando também um folheto com a história da fundação que a seguir transcrevemos:

Em princípios do século XVI todo o terreno onde hoje se acha a risonha povoação de Atafona, era mar que se estendia até as proximidades da atual Igreja N. S. da Penha. Ali era o pontal da barra, onde o pescador Lourenço do Espírito Santo, vindo de Cabo Frio, em 1622 edificara a sua morada. Fora ele o primeiro morador daquela região, depois que Gil de Góis fizera renúncia da Capitania da Paraíba do Sul à Coroa, em 22 de março de 1619.

Junto à sua choupana de palha, assentara uma atafona (pequeno moinho manual), que foi origem do nome dessa povoação. Depois dele vieram de Cabo Frio outros pescadores, quase todos portugueses e ali levantaram suas palhoças.

Desgostoso Lourenço por haver morrido afogada a esposa, que pela proximidade do mar não tinha podido salvar com a rapidez da vasante, mudou-se para outro sítio distante meia légua da embocadura do rio, onde edificou uma capelinha dedicada a São João Batista. Os seus vizinhos e companheiros seguiram o seu exemplo.

Como a esse tempo a Capitania pertencia à Coroa e não a donatários, pois só em 15 de setembro de 1674 foi doada ao 1º Visconde de Assoca, Martim Correia de Sá, e a seu irmão João Correia de Sá, estava ela sujeita às justicas de Cabo Frio. Por isto os ditos pescadores, para validade e segurança da propriedade do terreno onde firmaram as suas habitações, pediram, por data, ao senado de Cabo Frio os lanços de chão que cada um pretendia ocupar. Este que

já havia criado o lugar de almotacé na nova povoação, depois de ouvido este, deferiu o pedido dos suplicantes. Este cargo foi exercido durante muito tempo por João Velho Pinto, natural de Cabo Frio. Ele era pai e conselheiro desse povo e muito se esforçou para que a nova povoação progredisse, tendo mesmo convidado muitas pessoas para ali se estabelecerem, como vieram Maurício Ferreira Bandeira, do Espírito Santo; o capitão Francisco Alves Barcelos, de Portugal; Gonçalo Gomes Sardinha; o alferes Manuel Ferreira Soares; o capitão Manuel de Freitas Silva; o sargento-mor João Vieira e outros que foram os troncos de todas as famílias de São João da Barra e de muitas de Campos.

A Igreja de N. S. da Penha é de construção recente e foi edificada no mesmo local onde existiu a primeira choupana levantada pelo pescador Lourenço do Espírito Santo. As obras do novo templo foram iniciadas em 1878 e concluídas em 1882, devido aos esforços do irmão João Cândido Dias da Mota, que tem seu retrato na sacristia.

A primeira reunião dos fundadores da igreja, que constituíram a Irmandade de N. S. da Penha, teve lugar em 24 de dezembro de 1878, no consistorio da Igreja de S. J. da Barra, sendo então vigário o Padre José Calvosa. Aqui ficam arquivados os seus nomes: Dr. Ladislau José de Carvalho Araujo, Antonio José d'Assunção Neves, Francisco José Pinto Junior, Tenente Cipriano Basilio Gonçalves, Padre Tito Afonso Capelani, Joaquim

Luiz Machado, Manuel Gomes Alves da Silva, José de Souza Neves, José Ferreira da Silva Porto, José Alves da Silva Brasileiro, Luiz Alves da Silva, Manuel José Antunes Teixeira, Cândido José de Andrade Ferreira.

Nessa reunião foi aprovado o compromisso e eleita a primeira Mesa regedora, que tinha de servir até segunda-feira da Páscoa do ano seguinte. Foram eleitos: provedor Dr. Ladislau José de Carvalho Araujo; secretário Manuel Gomes Alves da Silva; tesoureiro Dr. Antonio José d'Assunção Neves; procurador José Alves da Silva Brasileiro; os mais definidores.

Embora não estivessem concluídas as obras da igreja, teve lugar a primeira festa de N. S. da Penha em 1879. No ano seguinte também se realizaram os festejos em honra da Senhora, sendo juizes o Conselheiro Dr. Thomaz Coelho de Almeida, Manuel Francisco de Almeida, Joaquim José de Almeida e Caetano Marques Correia. As juizas foram D. Maria da Cruz Ferreira, esposa de Antonio Joaquim Pereira Seixas; D. Maria Luiza da Conceição Costa, esposa do Tenente Coronel Costa; D. Maria Mallet Alecrim, esposa de Jacinto Pava de Matos Alecrim e D. Ana Rosa Pinto das Neves Machado.

Em 1883 se tratou da construção da casa para servir, na ocasião das festas, de estadia do vigário e empregados. Em 1884 a festa foi realizada com grande esplendor, sendo contratada a banda de música Lira de Ouro. Era então vigário da freguezia o Padre Antonio Domingos Valengo.

Figura 1 - Reportagem sobre Atafona e a Igreja de N. S. da Penha
Fonte: Entrevistado Adyvan Pedra.

Na Figura 1, Alberto Lamego faz reportagem sobre Atafona e a Igreja de Nossa Senhora da Penha, observando a relação das informações da construção da Igreja de Nossa Senhora da Penha que foi realizada na Barra; a renúncia de Gil de

Góis à capitania da Paraíba do Sul; a chegada de Lourenço do Espírito Santo em 1622 como primeiro morador daquela região; a mudança do pescador, após afogamento de sua esposa, elevando capela em homenagem a São João Batista. O autor traz informações do período da chegada do pescador vindo de Cabo Frio e acrescenta mais informações sobre a festa da santa.

A história da expansão desse povoado para o interior está diretamente ligada a um infortúnio que se abateu sobre esse pescador. Segundo Lamego, a esposa de Lourenço do Espírito Santo teria morrido afogada numa vazante da maré não conseguindo se salvar devido à proximidade do mar. Por volta de 1630, o pescador decidiu migrar para outro sítio distante “meia légua”⁷ da foz, onde edificou uma capela dedicada a São João Batista. Mais uma vez, Lourenço foi acompanhado pelos outros pescadores e suas respectivas famílias formando ali um povoado que, atualmente, é a cidade de São João da Barra⁸.

Entretanto, para Santafé (1999, p. 24), a sua origem está no contexto da história do Brasil, pois, em 1619, Gil de Góis renunciou aos seus direitos sobre a Capitania do Sul, onde se encontra Atafona, distrito de São João da Barra, que foi abandonado pela Coroa Portuguesa. Assim, decidiu o rei de Portugal que a região necessitaria de ser habitada por pescadores e ser colonizada pelos mesmos.

Para Lamego (1946), com a chegada dos “Sete Capitães”, em 1625, e com o domínio das capitanias, foi que surgiu definitivamente o início do povoamento. Ao sul do cabo de São Tomé foi encontrada uma miscigenação de índios e brancos naufragados, afirma Lamego (1946).

Contudo, segundo relatos encontrados no referencial teórico, os primeiros habitantes de nossa querida São João da Barra seriam os índios goitacás. Mesmo sendo exilados de suas terras e suas tradições, foram essenciais e serviram de exemplo para as futuras gerações. De fato, contribuíram para o início de nossa história. Para Noronha (2007, p.14), “o arquivo milenar que começa a ser aberto pelos estudiosos para o entendimento das sociedades tribais ajuda a respeitá-las e preservá-las, mesmo tendo custado o sangue das bravas mulheres indígenas, que foram o ventre em que se gerou a população que ocuparia o imenso território conquistado”. Povoados por guerreiros experientes em manufaturar a arte da

⁷ Segundo dicionário Aurélio, légua é uma antiga unidade brasileira de medida itinerária equivalente à 6.600m.

⁸ Dissertação de Juliana Blasi Cunha, apresentada ao Programa de Pós-graduação em Antropologia, do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia – ICFH, da Universidade Federal Fluminense – UFF.

construção naval, bem antes da presença dos invasores, mesmo tendo transformado os troncos em canoas cavadas, garantindo-lhes uma aproximação e reconhecimento dos índios brasileiros que eram mais evoluídos. Comenta o autor, ao falar do fracasso dos corsários em suas incursões pela foz do rio Paraíba do Sul, que os goitacás, orientados pelos portugueses, cooperaram para a expulsão dos piratas e, assim, o imperador aumentou sua fortuna, o vil-metal, inaugurando obras a todo tempo e iniciando o surto desenvolvimentista naquela época.

Por volta de 1900, no século XIX, diversos estrangeiros residiam em São João da Barra, pois se interessavam por Atafona, a fim de instalarem seus comércios. Donos das poucas casas que lá existiam, negociavam com campistas para alugueis temporários no período das férias, por conta da tranquilidade e pelo clima agradável. Como também os portugueses, os italianos, os franceses e os espanhóis, passaram a investir na praia, adquirindo imóveis. A praia torna-se um mosaico de etnias, sendo consolidada por meio de sua estruturação.

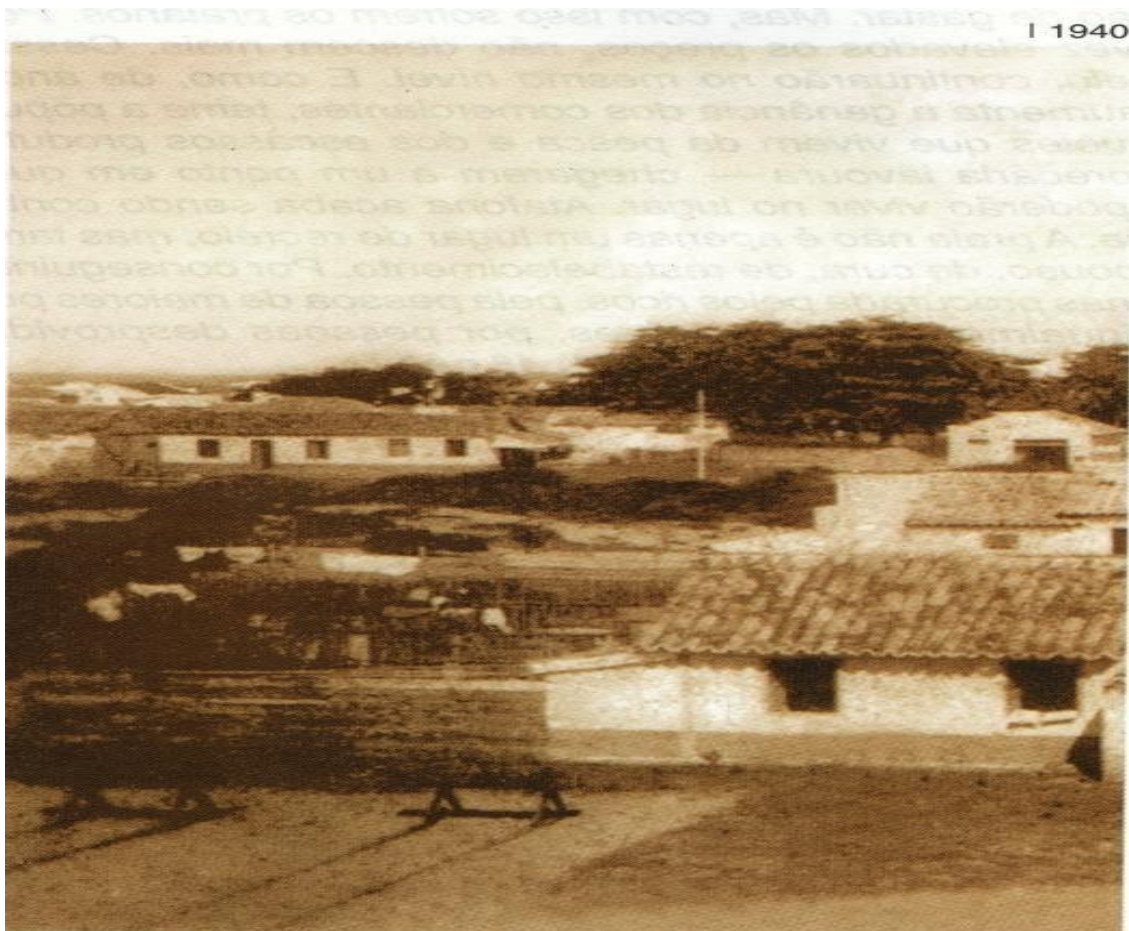


Figura 2 - Primeiro Núcleo Colonizado do Norte Fluminense
Fonte: Jair Vieira.

Imagem do primeiro núcleo colonizado do Norte Fluminense surge em Atafona, no local onde é hoje a Praça da Penha, e era o ponto final da linha férrea da Leopoldina Railway. Foto Jair Vieira (NORONHA, 2007, p. 36).

1.2. Chegada do pescador Lourenço do Espírito Santo à Foz do Rio Paraíba do Sul

Depois que a Coroa Portuguesa abandonou a região e do donatário Gil de Góis ter renunciado aos seus direitos hereditários sobre a Capitania da Paraíba do Sul, em 1619 (NORONHA, 2003, p. 11), num pequeno promontório à beira do rio, ao lado de redes de pesca, eles, os grupos de pescadores liderados por Lourenço do Espírito Santo, fincaram estacas, entrelaçaram bambu lascado, armaram teto de sapê, espalmaram barro batido e fizeram os primeiros casebres de pau-a-pique, complementa o escritor João Oscar do Amaral Pinto (apud NORONHA, 2003, p. 11).

Há diferentes histórias sobre a criação da vila de Atafona. Uma dessas seria que tripulantes de um navio foram vítimas de um naufrágio ao colidirem com um banco de areia, na entrada da barra. No desespero que se encontravam os tripulantes, pediam em preces à Nossa Senhora Penha que os salvasse da tragédia e que, assim, pagariam o milagre com a construção do templo em homenagem à santa, relata Noronha (2003, p. 11).

A história da praia se confunde com os primeiros habitantes da ilha de Convivência, no delta do rio, local esse que foi identificado como esconderijo de piratas que saqueavam as diversas embarcações exploradas pelos reis europeus no qual os habitantes teriam se mudado para o continente, somando-se ao restante da povoação de 1900, que deu seguimento a diversas famílias de São João da Barra e de muitas de Campos (NORONHA, 2003, p. 12).

O autor retrata que, por volta de 1820, a localidade foi relegada a segundo plano e ficou praticamente esquecida. O armador de navios negreiros, Joaquim Thomaz de Faria, comprou-a e nela montou-se um estaleiro, também havia a venda de escravos. A localidade tornou-se um desembarcadouro de navios africanos onde escravos eram leiloados e revendidos aos fazendeiros de Campos. O mercado foi de suma importância que, em 1840, recebeu o imperador Pedro II na fazenda da Barra, que passou a ser conhecida por Pontal e depois Atafona, nome do pequeno moinho

manual de farinha trazido pelo pescador de sua terra natal, como conta o historiador campista Alberto Ribeiro Lamego (1913), em seu livro “A Terra Goytacá – V”, capítulo XIV, pág. 322.

Há relatos de que a primeira povoação emergiu pós-índios goitacás, onde está localizada a igreja de Nossa Senhora da Penha, em Atafona. Segundo Noronha (2007, p. 21),

Em 1622, um grupo de pescadores de Cabo Frio, liderado por Lourenço do Espírito Santo – que se tornou um próspero comerciante ano mais tarde – chega a Barra (Atafona), incentivado pela fartura de peixes, e se instala no promontório onde foi construída a igreja da Penha, na foz do Paraíba do Sul, no século XVII.

Posteriormente, após afogamento de sua esposa em uma enchente do Paraíba do Sul na Barra, o pescador Lourenço mudou-se para o interior, 8 (oito) anos depois. Lourenço constrói uma capela, iniciando a Vila de São João Baptista do Paraíba do Sul. “Impressionado com a triste cena de que fora testemunha importante, resolveu mudar-se dali, e o fez em breves dias, escolhendo meia légua acima da foz, um ponto onde erigiu uma capelinha, em volta da qual vieram outros, a seu exemplo, estabelecer-se” (NORONHA, 2007 apud CARVALHO, 1888, p. 61).

Até a chegada dos colonizadores, a povoação era composta, em sua maioria, por indígenas. Em 1622, surge efetivamente o primeiro núcleo de colonização do Norte Fluminense – a atual vila de Atafona – a mais antiga povoação da planície, segundo Lamego (1913); e Martins (2004).



Figura 3 - A povoação de São João da Barra

Fonte: Jornal Folha Nova de São João da Barra, 22 de junho de 1980, cedido pelo entrevistado Fernando Lobato.

Na reportagem feita em 22 de junho de 1980, pelo jornal Folha Nova de São João da Barra há informações importantes sobre a povoação de São João da Barra. Dados, datas e figuras importantes constataam o início da população da cidade. Traz que, no ano de 1630, nascia à população São João da Paraíba do Sul; depois chamada de vila São João da Praia e, mais tarde, nos fins do século XVIII, denominada São João da Barra. Assim confirma as informações no referencial bibliográfico sobre o surgimento da povoação de São João da Barra, e as mudanças dos nomes encontrados, segundo Noronha (2003) e Santafé (1999).

O município obteve vários nomes, como: São João do Paraíba do Sul; São João da Praia e, por fim, o atual nome, São João da Barra. No dia 17 de junho de 1850, D. Pedro II elevou a vila à categoria de cidade, por meio da assinatura de uma lei, no período que esteve visitando o município, assim complementou Santafé

(1999, p. 25). Segundo Noronha (2003, p. 11),

Ergue uma igreja onde era um pouso de tropeiros, que passa a ser nomeada de São João Batista, iniciando a povoação em 1630 da Vila de São João Batista do Paraíba do Sul, depois Vila de São João da Praia, em 1676, e, finalmente, São João da Barra, em 1850, que foi elevada à condição de cidade por decreto imperial, tornando-se a sede do município.

Já para Lamego (1942, p. 87),

[...] em 29 de maio de 1677 foi a fundação da vila de São Salvador, que logo após, em 15 de junho, virou fundação de São João da Barra. Na primeira, já existia igreja e achavam-se reunidos 150 moradores, com três companhias de ordenanças, e, na última, habitavam 24 pessoas, estando em construção a igreja.

Afirma Lamego (1946, p. 184), no livro “O Homem e a Restinga”, sobre a fundação das vilas na planície, ocorrendo a de “Campos em 29 de maio de 1677 e a de São João da Barra em 18 de junho do mesmo ano. Nessa data, agrupavam-se no entorno da pequena igreja de São João em média de 24 povoadores”. Assim nasceu a vila, “em 1677, pela Carta Régia de 20 de março de 1674. Uma aglomeração de cabanas em torno de uma ermida, com cerca de 600 habitantes em todo o seu distrito”.

nomes	ano do nascimento	nomes	ano do nascimento
Capitão Manoel de Freitas Silva		filho de Leonardo de Sá Barbosa	
Alferes Leonardo de Sá Barboza	1637	Francisco Martins	1634
Izabel Pinta	1619	Manoel Coutinho Araújo	
João Fernandes Daviso	1652	Manoel Casado Tourinho	1636
Felippe de Siqueira (pescador)		Braz Ferreira Coutinho	
João dos Valles	1638	Pascoal Borges Ramos	1653
João Rodrigues		Jorge de Castro Ilara	
Alferes Balthazar de Calheiros Malheiros	1639	Antônio Martins da Palma	1645
João de Almeida	1550	Capitão João Vaz Nunes	
Simão Dorias (ainda vivia em 1697)	1617	Antônio da Silva	
Capitão Mauricio Ferreira Bandeira	1644	Manoel da Fonseca	1641
Luis Per.ª Bandeira (veio há 14 anos)	1650	José Saraiva (ainda vivia em 1702)	1625
Manoel Alves Godinho		Antônio Coelho	
Maria da Zévara	1647	Sargento Sebastião Lopes Ferrão	
Antônio Martins Gato	1621	Dito Gabriel Nunes Varejão	1631
Francisco de Sá Barboza,		Innocencio Rodrigues	
		Lourenço do Espírito Santo	
		Manoel Varejão	1639

Figura 4 - Lista dos Primeiros Moradores da Antiga Paraíba do Sul

Fonte: Livro: História: sobre a povoação e fundação de São João da Barra e dos Campos dos Goytacazes. Da Antiga Capitania da Paraíba do Sul.

Lista com o arrolamento da povoação da barra da Paraíba do Sul no ato de ser formada a vila de São João da Praia, no ano de 1676. Figura encontrada no livro “História sobre a povoação e fundação de São João da Barra e dos Campos dos Goytacazes. Da Antiga Capitania da Paraíba do Sul”. Nota-se o nome do pescador Lourenço do Espírito na referida listagem, e o ano coincide com a data mencionada por Noronha (2003, p. 11) sobre a mudança para Vila de São João da Praia, em 1676.

1.3 A Pesca em São João da Barra: marcos importantes da Barra

Abordaremos, nesta parte do trabalho, marcos importantes da barra, da navegação e da pesca, feitos que consagrem e caracterizem Atafona. Os séculos XVII e XIX retratam que os pescadores realizavam suas atividades em alto-mar com batelões, e, no Paraíba do Sul, os mesmos utilizavam pranchas, vapores e patachos de até 50 toneladas, muito utilizados também para transportarem as pessoas de uma região a outra, quando caiu o movimento do porto, segundo afirmações de Noronha (2007, p. 47).

Por meados de 1850, os proprietários já negociavam diversos tipos de mercadorias, como farinha de mandioca, aves e frutas, que eram comercializados nos portos da Banca e da Rua do Rosário, em Campos, e da Beira-Rio, em São João da Barra, vindos da Feira de Gargaú. “Os visitantes chegavam nos vapores Muriaé, União, São Salvador, Agente e Cachoeiro, que transportavam ainda móveis e utensílios dos poucos veranistas, além de rebocarem canoas e pranchas em uma e outra direção, por falta de vento” (TEIXEIRA, 1886, p. 27).

Por volta do século XX, as embarcações foram modernizadas e passaram a ser movidas à gasolina e, depois, a óleo diesel. No início nesse século, os botes, lanchas e canoas à vela foram em bateras motorizadas e ainda são utilizados pelos que vivem das atividades pesqueiras na região.

O mar de Atafona e o rio Paraíba do Sul são produtores de diferentes espécies de peixes. Segundo Noronha (2007, p. 48), uma das maiores produções da história do ano de 1998 (em um mês de pesca) foi alcançada, isto é, mais de 300 toneladas de pescados. “O pescado da primeira qualidade será vendido à base de Cr\$ 8,00 o quilograma; o de segunda será Cr\$ 6,00 o quilograma e o de terceira Cr\$

4,00 e Cr\$ 2,00. O camarão, conhecido por “cascudo”, será vendido em qualquer época à base de Cr\$ 6,00 o quilograma. [...]”, segundo publicação do jornal “A Evolução”, de 03 de fevereiro de 1946, p. 4.

Antigamente, a pesca era uma das principais atividades de Atafona, com sua importância e representatividade para o assentamento, mostrando o quanto os pescadores de Atafona sustentava suas famílias por meio da pesca, sendo assim, sua renda principal e exclusiva. Segundo Noronha (2003, p.108), a pesca representava 40% da economia do município, sendo considerada uma das principais fontes de renda, depois tinham as demais fontes de renda que eram: o petróleo, o turismo e, por fim, um inibido comércio de vestuários e produtos alimentícios. Seu litoral tem 32 quilômetros de extensão. Atafona tem a maior produção, hoje com cerca de 450 embarcações e 2.600 pescadores, segundo Noronha (2003, p. 108).

Os pescadores utilizavam matérias tradicionais para a pesca. “O “jereré” é ainda utilizado para capturar pequenos peixes, o semi-arco, feito com madeira de jenipapeiro, com uma rede em forma de saco e extremidades alongadas, tem sido responsável pelo sustento de famílias extensas”. O entrevistado Benedito Gonçalves (apud NORONHA 2003, p.108), 56 anos, relata que pescava utilizando o “jereré” desde os 12 anos:

Ele apanhava entre dois e cinco quilos de pescado por dia, no rio Paraíba, em Convivência, ilha de Atafona. O mesmo lembrou-se do camarão pitu, tainha, acará e piau que capturava na década de 40, para criar os oito filhos, um tempo de dificuldades, mas de fartura no rio. Pegávamos os peixes lá, e vínhamos vender na praia aos veranistas (GONÇALVES apud NORONHA 2003, p. 108).

Ressalta que o utensílio utilizado, o “jereré”, ainda pode ser encontrado. Mesmo sendo um objeto raro, mesmo os pescadores não guardando uma herança herdada pelos seus pais, existe essa possibilidade de encontrá-lo na localidade de Atafona.

Noronha (2003, p. 108) destaca que existia também o “juquiá”, uma espécie também de cesto de palha aberto nas duas extremidades. Os pescadores utilizavam-no e percorriam os trechos do Paraíba do Sul, entre a cidade e à praia, em busca de peixes. A produção se manteve durante muitos anos. Tinha o “jacá”, usado pelos vendedores de hortaliças, aproveitado também pelos pescadores antigos que moravam na ilha de Convivência. A captura de peixes com panelas,

atração hoje nas praias nordestinas, ainda é utilizada nas imediações dos manguezais.

Ao falar de como era a pesca naquela época, o autor completa dizendo que o mar de Atafona e o rio Paraíba do sul produziam uma infinidade de espécies de peixes, facilitando a venda dessas numerosas espécies e, claro, dando um sabor a mais para a gastronomia de São João da Barra.

Em Atafona foi fundada uma Cooperativa Mista de Pesca do Norte Fluminense (CMPNF). Seu funcionamento teve início em 1966, no Pontal de Atafona. O prédio disponibilizava um depósito para o congelamento de grande quantidade de pescado, posto médico e oficina para reparos dos barcos, amparos esses concedidos pelos cooperados. Eles receberam a colaboração da Organização Assistencial Norte- Americana: Voluntários da Paz e a ajuda da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE) e do Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC), em reconhecimento aos 14 meses de atividades, segundo o livro “Uma dama chamada Atafona” (p.109), e informações do jornal sanjoanense “O Caranguejo”, de novembro de 68. Segundo Noronha (2003, p.109), sobre a cooperativa:

Presidida pelo capitão de corveta da Marinha, Hermínio Alves Barreto, pelos norte-americanos, Charles Robert e John Peter, Serafim de Castro França Neto (Iguape) e Benedito Nascimento Marques, a cooperativa conseguiu comercializar no período um total de 400 mil cruzeiros novos, proporcionando melhores condições de vida para os pescadores, que anteriormente viviam agrupados e sem organização estrutural. A SUDEPE financiou a aquisição de material de pesca e acessórios, como motores, redes e outros (NORONHA, 2003, p. 109).

Completa Noronha (2003) que, por questões particulares e irregularidades entre os cooperados, a cooperativa encerrou suas atividades em 78. Foram diversos os motivos como desvio de dinheiro e falta de manutenção dos equipamentos. Hoje em dia existem cinco frigoríficos e três peixarias na praia, onde a prefeitura do município construiu um Mercado de Peixe no Cais da Penha em 2000, a fim de incentivar e disciplinar a comercialização dos pescadores, que passou a ser feita com água corrente, boxes e câmaras de refrigeração.

Assim, segundo Noronha (2003), a Colônia de Pescadores Z-2, que foi fundada em 1934 por Benedito Marques, e funciona em sua sede localizada na Rua Nossa Senhora da Penha, conta com cerca de 3000 associados da região,

Reconstruída pela prefeitura em 2000, a entidade atende aos pescadores com cursos de qualificação profissional, concessão de benefícios sociais, como seguro-desemprego, aposentadoria e pensão garantidos pela legislação. O atual presidente, Willian da Silva Pereira, pretende humanizar o serviço social com atendimento médico-odontológico para todas as famílias de pescadores (NORONHA, 2003, p. 109).

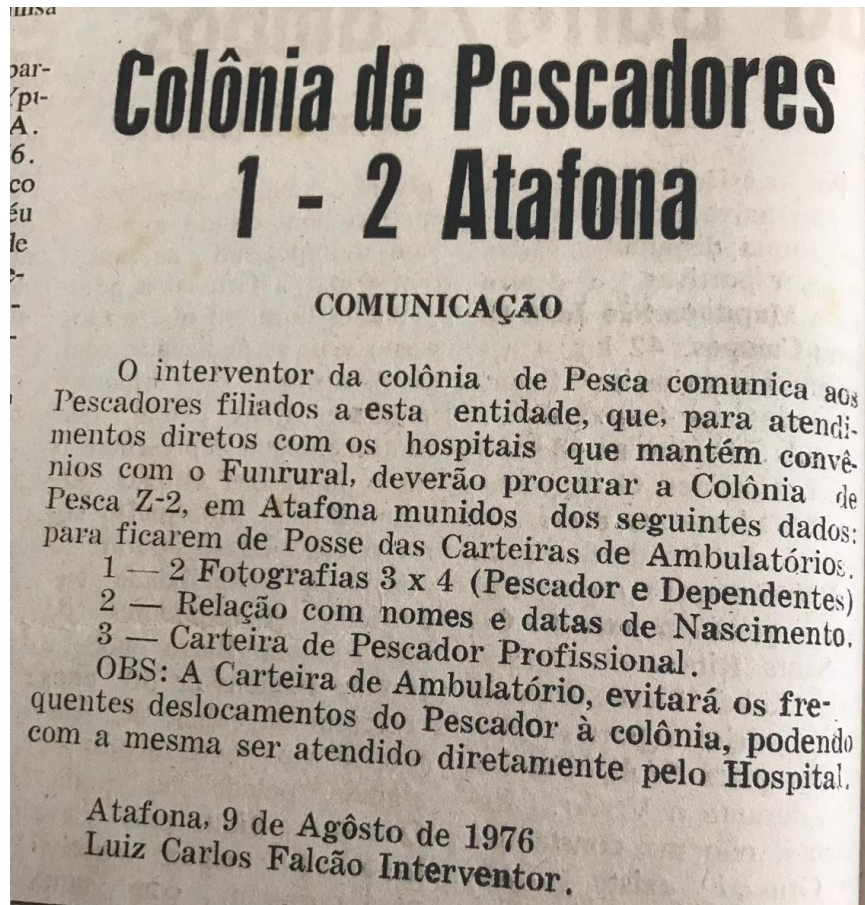


Figura 5 - Colônia de Pescadores Z-2— Reportagem no Jornal Folha Nova
Fonte: Entrevistado Fernando Antônio Lobato.

A Colônia de Pescadores atuava diretamente com a integralização dos pescadores de Atafona, cadastrando todos do município e oferecendo benefícios de cursos de qualificação profissional, benefícios sociais, seguro desemprego, entre outras prerrogativas para os nativos. Para ratificar a importância da Colônia de Pescadores de Atafona e a preocupação com os pescadores, saiu uma nota, no dia 09 de agosto de 1976, no jornal Folha Nova, de São João da Barra, com atendimento direto aos hospitais para os pescadores filiados a colônia. Dessa forma, observa-se a importância da colônia para os pescadores, não somente com a questão da educação, mas também, com saúde de todos.

Segundo Noronha (2003), o distrito de Atafona ganha um incentivo, passa a contar com o projeto Cetáceo, ainda em 1989. Projeto esse elaborado por Lilian

Capistrano, bióloga carioca, desenvolvido com os pescadores e tendo parcerias da Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (FBCN) e da Petrobras. O projeto tem como objetivo o monitoramento em alto-mar das capturas acidentais em redes de pesca dos golfinhos. Na década de 90, o projeto ganhou amparo do IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), Fundo Mundial pela Vida Selvagem (FMVS), Fundação Boticário de Proteção à Natureza (FBPN), com as biólogas Renata Ramos e Ana Paula diBeneditto. Foi implantado o Museu do Mar, ora desativado, que guardava várias espécies marinhas. Atualmente, os Cetáceos reforçam a educação ambiental na localidade, trazendo mais orientação e coleta de informações aos pescadores, sendo coordenados por equipes feitas pelas biólogas (NORONHA, 2003, p.109).

No capítulo a seguir, abordaremos conceitos tradição, cultura, memória, identidade e manifestações, assim sendo, ligaremos os conceitos com as entrevistas feitas com os nativos de Atafona relatando suas concepções e as vivências daqueles quem participam da elaboração da festa de Nossa Senhora da Penha.

2 EXPRESSÕES CULTURAIS E A IMPORTÂNCIA DA CONSOLIDAÇÃO DA IDENTIDADE PARA A LOCALIDADE

2.1 A noção de tradição

As festas religiosas, com base no caráter sagrado ou profano, são acontecimentos tradicionais que deslocam grande contingente de pessoas em busca de conforto espiritual, equilíbrio psicológico, fuga do cotidiano, fé, devoção, lazer e enriquecimento cultural. Embora em mais de cinco séculos de presença portuguesa no Brasil as festas processionais, de origem ibérica, tenham se ressignificado, as mesmas são “uma das mais antigas manifestações da vida social no Brasil. Elas diferem umas das outras conforme a época e a sociedade, mas, invariavelmente, representam os valores, reforçam as estruturas sociais e ajudam a construir a identidade de um grupo [...]” (FERREIRA, 2009, p. 11). Assim, para Javier Marco Arévalo (2004),

[...] o nexo de continuidade entre o passado e o presente, existe um aspecto permanente e outro suscetível à mudança. A tradição resulta de um processo de decantação cultural e da hibridação que deriva do passado transformado e de sua incorporação ao presente (ARÉVALO, 2004, p. 928).

A construção de cada detalhe da festa ocorre tradicionalmente todos os anos, sem perder nenhum detalhe dessa festa tão esperada por todos. A tradição é aquilo que é transmitido de uma geração para outra, conferindo elementos de identificação dos grupos. A “Identidade é uma construção social fundamentada na diferença” (ARÉVALO, 2004, p. 934). Assim, a festa de Nossa Senhora da Penha tem uma representatividade grandiosa para os fiéis de Atafona, sendo a festa o momento de manifestar a devoção, a fé e a crença daqueles que acreditam veemente na santa. Dessa forma, os fiéis têm participação ativa e constante na festa. Os festejos em homenagem à santa estão presentes no cotidiano das famílias e começam antes mesmo da festa, no momento de elaboração e criação de cada detalhe.

Assim, Schio (2006) relata sobre a perda da tradição que significou ficar sem aquela que serve de suporte, que seleciona e nomeia, que transite e preserva, que indica os rumos a serem seguidos. A tradição garante as normas do agir, pois se baseia na autoridade adquirida no transcorrer do tempo. A ela cabia tornar qualquer

desordem, ou perturbação, apenas um transtorno ou disfunção provisória, pois as regras, provindas e seguidas pela própria humanidade na História, eram firmes o suficiente para explicar e para resolver os problemas surgidos (SCHIO, 2006, p. 31-32).

Tradição, de acordo com Japiassú, tem origem no termo latino *traditio* e significa continuidade, permanência de uma doutrina, visão de mundo, ou conjunto de costumes e valores de uma sociedade, grupo social ou escola de pensamento que se mantêm vivos pela transmissão sucessiva através de seus membros (JAPIASSU, 2001, p.185).

Ressalta Schio (2006), ao mencionar a perda da tradição, que o futuro tornou-se incerto, pois os acontecimentos do passado não mais iluminam o presente e não mais trazem garantia para o futuro. A função da tradição, fora preservar o passado e transmitir conhecimento às gerações futuras, é permitir que cada indivíduo - ao nascer - chegue conhecendo o mundo que está a sua volta. A ideologia produziu uma nova forma de governo e dominação frente às quais a tradição não conseguiu compreender e esclarecer com os conceitos usuais da política. Para Schio (2006), “Não havia mais regras ou leis, apenas obediência ou exclusão. Não existiam direitos, apenas terror” (SCHIO, 2006, p. 23).

Entretanto, para Hobsbawm (1984), um de seus interesses é o desenvolvimento das tradições e também o estudo de sua construção no contexto do Estado-nação. Argumenta o autor que, muitas vezes, as tradições são inventadas por elites nacionais para justificar a existência e importância de suas respectivas nações.

Hobsbawm reconhece, em sua obra “A invenção das tradições”, que a expressão corresponde a uma questão interdisciplinar e referente à contribuição da historiografia, nesse campo comum, como a outros estudiosos de ciências humanas, que devem considerá-la útil às suas pesquisas.

Outro ponto observado é quando ele mostra o conceito do que é a tradição genuína e o que é a tradição inventada. Nesse momento, o autor mostra que as tradições genuínas são as “que surgiram e que se tornam difíceis de localizar num período limitado de tempo – às vezes coisa de poucos anos apenas – e que se estabeleceram com enorme rapidez” (HOBBSAWM, 1984, p.9), ou seja, não existe a possibilidade de se chegar onde começou tal tradição.

Já a tradição inventada Hobsbawm (1984) caracteriza como

[...] práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam a inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado. Exemplo notável é a escolha deliberada de um estilo gótico quando da reconstrução da sede do Parlamento britânico no século XIX [...] (HOBSBAWM, 1984, p. 9).

Para Pesavento (1993), a tradição traz um conceito e faz ligação com a memória, mas de outra memória, a controlada, a fabricada, a que manipula o passado visando a determinados fins. Essa memória social implica em um processo seletivo que ressalta algumas informações e elimina ou desconsidera outras, como se não tivessem importância ou jamais tivessem existido. Essas memórias estariam no domínio das tradições inventadas, nas quais o conhecimento e o “aprisionamento” do passado pelo presente dão a chave privilegiada para acessar um determinado imaginário.

Mas, para Flores (1997), inventar tradições significa criar rituais e regras que buscam uma continuidade com o passado, instituindo uma memória que funciona como um estoque de lembranças. “Nem tudo que a tradição inventada abarca é realmente passado; várias manifestações são recentes, mas surgem para as pessoas como algo que há muito existe” (FLORES, 1997, p. 35).

Assim, essa continuidade com o passado caracteriza-se por manter um caráter bem artificial e invariável, mas que, no entanto, sabemos que nem a tradição, nem as pessoas, nem a cultura, nem as cidades e a arquitetura permanecem iguais para sempre. Manter cristalizadas as tradições e a identidade local pode significar o engessamento do processo natural de evolução, segundo Flores (1997).

Outro ponto em que o autor faz questão de estabelecer uma diferença é entre a tradição e a convenção, ou rotina, que não possui nenhuma função simbólica nem ritual importante, embora se possa adquiri-las eventualmente. É básico que uma prática social, que venha sendo repetida por convenção ou maior eficiência, comece a gerar convenções e rotinas.

Um ponto importante tratado por Hobsbawm (1984) é a distinção entre a tradição e o costume.

[...] neste sentido deve ser nitidamente diferenciada do “costume”, vigente nas sociedades ditas “tradicionais”. O objetivo e a característica das “tradições”, inclusive das inventadas, é a invariabilidade. O passado real ou forjado a que elas se referem impõe práticas fixas (normalmente

formalizadas), tais como a repetição (HOBSBAWM, 1984, p. 9).

Já o costume mostra que, nas sociedades tradicionais, têm-se uma dupla função de motor e volante:

[...] Não impede as inovações e pode mudar até certo ponto, embora evidentemente seja tolhido pela exigência de que deve parecer compatível ou idêntico ao precedente. Sua função é dar a qualquer mudança desejada (ou resistência à inovação) a sanção do precedente, continuidade histórica e direitos naturais conforme o expresso na história. [...] não pode se dar ao luxo de ser invariável, porque a vida não é assim nem mesmo nas sociedades tradicionais. O direito comum, ou consuetudinário, ainda exhibe esta combinação de flexibilidade implícita e comprometimento formal com o passado (HOBSBAWM, 1984, p. 10).

Desta forma, é notória e clara a diferença entre “tradição” e “costume”. “Costume” é o que fazem os juízes; “tradição” (no caso, tradição inventada) é a peruca, a toga e outros acessórios e rituais formais que cercam a substância, que é a ação do magistrado (HOBSBAWM, 1984, p. 10).

O autor por vezes alerta para o fato de que o poder da adaptação e a força das tradições genuínas não devem ser confundidos com a invenção das tradições. E coloca, dessa forma, que não se faz necessário inventar tradições quando velhos usos ainda se conservam.

Assim, ele coloca que só ocorre a necessidade de inventar tradições quando a sua forma genuína já está em processo de degeneração, confirmando a informação no trecho: “as tradições inventadas são altamente aplicáveis no caso de uma inovação histórica comparativamente recente, a “nação” e seus fenômenos associados: o nacionalismo, o Estado nacional [...]” (HOBSBAWM, 1984, p. 22).

2.2 Algumas considerações sobre Memória Individual e Memória Coletiva

A Memória pode ser traduzida como as recordações do passado que chegam ao pensamento de cada um no momento presente; ou, ainda, como a capacidade de armazenar dados ou informações referentes a fatos ocorridos no passado. Partindo dessas definições cotidianas para um termo que perpassa por diversas áreas que já foram estudadas, entendendo como multidisciplinar também.

Nessa perspectiva, situando a memória no campo da pesquisa, objetiva-se

discutir alguns aspectos referentes à memória, no seu caráter social, sobretudo pelo que nos apresenta o teórico Maurice Halbwachs (1877-1945), sendo, a partir de seus estudos, também o que se pensa em uma dimensão da memória que ultrapassa o plano individual, considerando que as memórias de um indivíduo nunca são só suas e que nenhuma lembrança pode existir afastada da sociedade. Segundo esse autor, as memórias são construções dos grupos sociais, são eles que determinam o que é memorável e os lugares em que essa memória será preservada (HALBWACHS, 2006).

Considerando primeiramente o caráter psicológico da memória, é automática a ideia de que “lembrar” de algo requer a existência de um acontecimento e de um ator. Nessa perspectiva, temos a noção individual de memória, na medida em que entendemos que é preciso haver uma pessoa que participou do fato, seja como ouvinte ou como ator, que se lembre daquele fato e que possa relatá-lo e guardá-lo. Temos, então, a noção de memória como armazenamento de informações e podemos classificá-la como “memória individual”, segundo Halbwachs (2006).

Dessa ideia surge a afirmação de que é preciso que haja um testemunho para que um fato se perpetue e se torne memória para um grupo. A esse testemunho, segundo Halbwachs (2006), recorreremos “para reforçar ou enfraquecer e também para completar o que sabemos de um evento sobre o qual já tivemos alguma informação” (HALBWACHS, 2006, p. 29). Ainda segundo o autor, “o primeiro testemunho a que podemos recorrer será sempre o nosso” (HALBWACHS, 2006, p. 29). A relação entre ambos os testemunhos deve ser entendida como parte de um mesmo grupo e o evento vivido e recordado deve ser comum aos membros desse grupo.

Os estudos empreendidos por Halbwachs trazem, portanto, uma nova vertente para a noção de memória e apresenta, então, os quadros sociais que compõem a memória.

Para o referido autor, mesmo que aparentemente particular, a memória remete a um grupo; o indivíduo carrega em si a lembrança, mas está sempre interagindo na sociedade, já que “nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos” (HALBWACHS, 2006, p. 30).

A memória individual não deixa de existir, mas está enraizada em diferentes contextos, com a presença de diferentes participantes, e isso permite que haja uma

transposição da memória de sua natureza pessoal para se converter num conjunto de acontecimentos partilhados por um grupo, passando de uma memória individual para uma memória coletiva.

Há, portanto, uma relação intrínseca entre a memória individual e a memória coletiva, visto que não será possível ao indivíduo recordar de lembranças de um grupo com o qual suas lembranças não se identificam. Segundo Halbwachs (2006, p. 39),

[...] para que a nossa memória se aproveite da memória dos outros, não basta que estes nos apresentem seus testemunhos: também é preciso que ela não tenha deixado de concordar com as memórias deles e que existam muitos pontos de contato entre uma e outras para que a lembrança que nos fazem recordar venha a ser constituída sobre uma base comum (HALBWACHS, 2006, p. 39).

Nesse sentido, a constituição da memória de um indivíduo é uma combinação das memórias dos diferentes grupos dos quais ele participa e sofre influência em qualquer ambiente, sem distinção do lugar. O indivíduo participa, então, de dois tipos de memória (individual e coletiva) e isso se dá à medida que “o funcionamento da memória individual não é possível sem esses instrumentos que são as palavras e as ideias, que o indivíduo não inventou, mas que toma emprestado de seu ambiente” (HALBWACHS, 2006, p. 72).

Ao mesmo tempo, “na base de qualquer lembrança haveria o chamamento a um estado de consciência puramente individual” (HALBWACHS, 2006, p. 42) que permite a reconstituição do passado de forma que haja particularidades nas lembranças de cada um. Isso significa que, mesmo fazendo parte de um grupo, o indivíduo não se descaracteriza e consegue distinguir o seu próprio passado. Dessa maneira, a memória coletiva engloba a memória do grupo e cada componente desse grupo com ela se identifica. O grupo é portador da memória e esta é consensualizada mediante as relações que se estabelecem dentro do próprio grupo. É no contexto dessas relações que construímos as nossas lembranças e elas estão impregnadas das memórias dos que nos cercam, de maneira que, ainda que não estejamos na presença deles, o nosso lembrar e as maneiras como percebemos e vemos o que nos cerca se constituem a partir desse emaranhado de experiências (HALBWACHS, 2006).

Para Halbwachs (2006), a duração de uma memória está limitada à duração

da memória do grupo. Isso significa dizer que há necessidade de preservação de elos entre os integrantes de um grupo para que a sua memória permaneça. Como exemplo dessa assertiva, o autor cita as lembranças que podem ser retomadas a respeito de uma turma escolar, do ponto de vista do professor e dos alunos.

Diante desse exemplo, fica claro que a memória coletiva tem como base as lembranças que os indivíduos recuperam enquanto integrantes de um grupo. Concordando com Halbwachs (2006, p. 69),

[...] diríamos que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda segundo o lugar que ali ocupo e que esse mesmo lugar muda segundo as relações que mantenho com outros ambientes (HALBWACHS, 2006, p. 69).

Para que uma lembrança seja reconhecida e reconstruída, os atores sociais precisam buscar marcas de proximidade que os permitam continuar fazendo parte de um mesmo grupo, dividindo as mesmas recordações. Se isso não acontece, segundo Halbwachs (2006, p. 39 e 40), pode-se dizer que desaparece uma memória coletiva e os integrantes desse grupo podem se perguntar:

Que importa que os outros estejam ainda dominados por um sentimento que outrora experimentei com eles e que já não tenho? Não posso mais despertá-lo em mim porque há muito tempo não há mais nada em comum entre mim e meus antigos companheiros. Não é culpa da minha memória nem da memória deles. Desapareceu uma memória coletiva mais ampla, que ao mesmo tempo compreendia a minha e a deles (HALBWACHS, 2006, p. 39 e 40).

Devido a essa não identificação com o grupo, não ocorre o processo de rememoração por parte do indivíduo, uma vez que os indivíduos só se lembram mediante quadros que guardam e regulam os fluxos das lembranças, chamados por Halbwachs de “quadros sociais de memória”.

A continuidade desses quadros de lembranças, que atuam sobre os indivíduos em diferentes circunstâncias, é que permitem a rememoração e fortalecem a memória coletiva, à medida que se define o que ele deve lembrar e/ou esquecer.

Há, nesse processo de rememoração coletiva, critérios que definem o que será lembrado com maior clareza e prioridade. No primeiro plano, terá destaque nas memórias de um grupo aquilo que foi vivido por um maior número de pessoas e que resulta de experiências coletivas; já as experiências relacionadas a um número

menor de integrantes adquirem um caráter de segundo plano (HALBWACHS, 2006). Isso explica o fato de determinadas lembranças de grupos internos e menores dentro de um grupo maior serem pouco lembradas e/ou esquecidas. Somente na presença de circunstâncias específicas essas lembranças ganham espaço e se despertam para determinados indivíduos.

Mesmo que a lembrança corresponda a um acontecimento distante no tempo, o contato com as pessoas que também viveram aquelas situações, ou com os lugares em que elas aconteceram, permite a rememoração daqueles fatos, numa relação entre memória individual e memória coletiva. Isso mostra que “a representação das coisas evocada pela memória individual não é mais que uma forma de tomarmos consciência da representação coletiva relacionada as mesmas coisas” (HALBWACHS, 2006, p. 61).

No processo de recordar/rememorar, está novamente em dupla ação a memória individual e a memória coletiva, pois se a “memória coletiva tira sua força e sua duração, por ter como base um conjunto de pessoas, são os indivíduos que se lembram, enquanto integrantes do grupo” (HALBWACHS, 2006, p. 69). Quanto mais inseridos se fazem em um grupo, mais condições terão os indivíduos de recuperarem as suas memórias, como também de contribuir para a recuperação e perpetuação da memória do grupo, sempre numa relação de complementaridade.

Diversos são os fatores que contribuem para que uma lembrança venha à tona, seja individualmente ou em grupo. Na recorrência a essa memória, muitas vezes é necessário retornar ao momento do fato ocorrido e, nesse retorno, identificar, além das pessoas envolvidas, o momento em que aqueles fatos ocorreram. Nessa perspectiva, ganha destaque nos estudos de Halbwachs a noção de tempo.

O tempo é visto aqui não como recuperação exata do dia, mas como uma recordação de um período, o que faz com que de pouco a pouco haja o reviver de uma lembrança. A identificação de um contexto temporal que particulariza aquele acontecimento diante de muitos outros podem possibilitar que ele seja lembrado por meio de vestígios que se destacam quando pensamos no momento em que ele ocorreu. Sobre essa relação entre a noção de tempo como “localização temporal de um fato”, Halbwachs (2006, p. 125) destaca que:

[...] não deixa de ser verdade que, em grande número de casos, encontramos a imagem de um fato passado ao percorrermos o contexto do tempo – mas, para isso, é preciso que o tempo seja apropriado para enquadrar as lembranças (HALBWACHS, 2006, p. 125).

Dessa maneira, pode-se pensar em muitas situações, recordar o momento em que o fato ocorreu, pensando em como se comportou naquele momento, com quais pessoas estavam envolvidas, o que aquele fato significou para você naquela época, pode contextualizá-lo melhor e fazer com que você se lembre com mais clareza do acontecimento. Nas palavras de Halbwachs (2006, p. 156), “os limites até onde retrocedemos assim no passado são variáveis segundo os grupos e é o que explica porque os pensamentos individuais conforme os momentos (...) atingem lembranças mais ou menos remotas” (HALBWACHS, 2006, p. 156). Não faremos aqui uma discussão sobre a divisão do tempo e da adequação dos indivíduos a essa marcação temporal; antes, a noção de tempo aqui é apresentada apenas como contextualização do fato visando a sua recuperação pela memória.

2.3 A identidade cultural

O tema sobre a identidade tem sido bastante enfatizado em estudos relativos à fenômenos socioculturais contemporâneos. Tanto do ponto de vista pessoal, quanto social, a identidade é importante para melhor compreensão de práticas singulares ou coletivas, desencadeadas na atualidade.

No plano social, as identidades das pessoas configuram-se como a percepção de si mesmas dentro de um ou vários grupos, e, nesse sentido, direcionam os movimentos, refletindo a ação grupal. A identidade social é “a representação que um indivíduo dá a si mesmo por pertencer a um grupo” (TAJFEL, 1986 apud WHETTEN; GODFREY, 1998, p. 30). Nesse sentido, ela é o fruto da interação dos mecanismos psicológicos e dos fatores sociais. Trata-se de processo social dinâmico, em contínua evolução, que se constrói por semelhança e oposição. A identidade social é, portanto,

Um processo de justaposição na consciência individual, uma totalidade dinâmica em que os diferentes elementos interagem na complementaridade ou no conflito, pois o indivíduo tende a defender sua existência e sua visibilidade social, sua integração à comunidade, ao mesmo tempo que ele

se valoriza e busca sua própria coerência (LIPIANSKI apud RUANO - BORBALAN, 1998, p. 144).

A identidade de um grupo repousa sobre uma representação social construída, sobre a qual uma coletividade toma consciência de sua unidade pela diferenciação dos outros (DUBAR, 1996), pois a vida no grupo cria um imaginário social (MAFFESOLI, 1996).

Dessa maneira, ao ingressar em um ambiente, indivíduos com características diversas se unem para atuar dentro de um mesmo sistema sociocultural na busca de objetivos determinados. Essa união incita um compartilhamento de crenças, valores, hábitos, entre outros, que irão orientar suas ações dentro de um contexto preexistente, definindo assim as suas identidades.

Assim, as identidades dos indivíduos são construídas de acordo com o ambiente em que se inserem, envolvendo, entre outras coisas, as estruturas sociais, a cultura e o histórico das relações.

Segundo Dupuis (1996), são os indivíduos que, por meio de suas ações, contribuem para a construção de sua sociedade. Entretanto, os indivíduos agem sempre dentro de contextos que lhes são preexistentes e orientam o sentido de suas ações. Assim, para Castells (2008) a construção da Identidade está interligada com o contexto em que se inclui, tendo em vista que todas as intervenções sociais e as características de cada tipo de Identidade se conectam ao ser social de forma que o ator social, interessado nas suas necessidades para com a sociedade, no que tange o “processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual (ais) prevalece(m) sobre outras fontes de significados” (CASTELLS, 2008, p. 22) Já para Berger e Luckmann (1983), a vida cotidiana se apresenta para os homens como realidade ordenada. Os fenômenos estão pré-arranjados em padrões que parecem ser independentes da apreensão que cada pessoa faz deles, individualmente.

Dessa maneira, a memória exerce papel importante na construção da identidade, porque a representação de si é inseparável do sentimento de continuidade temporal. O passado, o presente e o futuro são importantes para prover continuidade ou consistência subjetiva (HAVILAND et al., 1994). A partir dos múltiplos mundos classificados, ordenados e nominados na memória, segundo a lógica do indivíduo e de sua categorização social, que consiste em reunir o que se parece e separar o que difere, o indivíduo vai construir sua própria identidade

(CANDAU, 1998).

Memória e Identidade são conceitos fundamentais tanto nas teorias clássicas quanto nas teorias mais recentes no campo das ciências humanas e sociais. Tais conceitos estão presentes em reflexões teóricas das mais diversas, como nas análises da memória e/ou da identidade elaboradas por Pierre Nora, Jacques Le Goff, Maurice Halbwachs, Andreas Huyssen e Michael Pollak, entre muitos outros autores.

Segundo Arno Wehling (2003), a memória traz algumas finalidades e a afirmação de sua identidade:

A memória do grupo, sendo a marca ou sinal de sua cultura, possui algumas evidências bastante concretas. A primeira e mais penetrante dessas finalidades é a da própria identidade. A memória do grupo baseia-se essencialmente na afirmação de sua identidade (WEHLING, 2003, p. 13).

O livro em questão, Memória e Identidade, de Joel Candau, traz à luz algumas dessas contribuições e propõe reavaliações e redimensionamentos dos conceitos de memória e identidade. Para o autor, a antropologia, que a partir da sua trincheira tenta interpretar as relações entre indivíduo e grupo, tem uma importante contribuição para o entendimento dos conceitos de memória e identidade, pois, no fundo, a grande questão, a partir de dados empíricos, é saber como os indivíduos compartilham práticas, representações, narrativas, lembranças que produzem, as quais, em última instância, é o que chamamos de cultura. A principal chave de leitura para analisar o livro em questão e que constitui o seu principal argumento é a de buscar compreender como passamos de formas individuais para formas coletivas de memória e identidade.

Joel Candau chega mesmo a afirmar que “o patrimônio é uma dimensão da memória” (CANDAU, 2012 p. 16) e que “o patrimônio é menos um conteúdo que uma prática da memória, obedecendo a um projeto de afirmação de si mesma” (CANDAU, 2012, p.163).

Candau nos provoca, indagando-nos se não há uma tendência que nos leva ao exagero de conferir a esses fenômenos (memória e identidade) uma centralidade que, exceto em períodos de crise, seriam de fato mais relevantes.

Argumenta que manter a afirmação de que “a questão das identidades está no coração do debate político” (CANDAU, 2012, p. 200) e que o patrimônio está no

centro deste problema seria uma forma que o Estado, as organizações, os partidos e algumas correntes religiosas encontraram de conferir importância a esse debate que, cotidianamente, pode não ser assim tão relevante para as principais preocupações de indivíduos que estão empenhados em trabalhar, amar, manter sua família e, com muita dificuldade, usufruir um pouco do seu escasso tempo livre. (CANDAUI, 2012, p. 199).

Stuart Hall considera que “as identidades nacionais não são coisas com as quais nós nascemos, mas são formadas, transformadas no interior da representação” (HALL, 1999, 48). Sendo a nação construída, transformando-se em uma comunidade simbólica, gera identidade e sentimentos de pertencimento, que são necessariamente próximos dos limites geográficos que impõem barreiras na criação dessa nação revitalizada, no que tange à criação da sua identidade.

[...], a identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. Existe sempre algo “imaginário” ou fantasiado sobre sua unidade. Ela permanece sempre incompleta, está sempre em “processo”, sempre “sendo formada” (HALL, 2005, p.38).

Completa o autor, referindo-se à linguagem do senso comum, que a identificação é construída a partir do reconhecimento de alguma origem comum, ou de características que são partilhadas com outros grupos ou pessoas, ou ainda a partir de um mesmo ideal (HALL, 2000, p. 106).

Dessa forma, essa construção da identidade ou identidades vai se moldando quando um determinado grupo se apropria de seus valores, manifestações que são contínuas em sua história, passando de geração a geração.

As identidades parecem invocar uma origem que residiria em um passado histórico com o qual elas continuariam a manter certa correspondência. Elas têm a ver, entretanto, com a questão da utilização dos recursos da história, da linguagem e da cultura para a produção não daquilo que nós somos, mas daquilo no qual nos tornamos (HALL, 2000, p. 109).

Já para Nora (1993, p. 21), a historiografia, inevitavelmente ingressada em sua era epistemológica, fecha definitivamente a era da identidade, a memória inelutavelmente tragada pela história. Não existe mais um homem-memória em si mesmo, mas um lugar de memória.

2.4 O problema da definição do termo “cultura”

No intuito de conceituar cultura, consideram-se aqui definições consagradas como aquela que caracteriza a cultura como um conjunto de atividades e crenças que um lugar que adota para enfrentar os problemas impostos pelo meio, noção que será complementada pela definição segundo a qual a cultura é o conjunto de soluções originais que um grupo de seres humanos inventa, a fim de se adaptar a seu meio ambiente natural e social.

A cultura, enquanto saber experimentado e acumulado como fruto da experiência e da vivência diária em sociedade, parece ter-se dissociado de uma “cultura” ou uma realidade em que tudo passa a ser cultural. “A cultura agora está além do social, tendo se livrado de seus determinismos tradicionais, na vida econômica, nas classes sociais, no gênero, na etnicidade e na região”, escreve Featherstone (1997, p. 17).

Assim, também pensa Câmara Cascudo (1973, p. 21), para quem a cultura está associada a toda uma maneira de viver de uma sociedade, entendida também como um povo que tem um patrimônio construído de tradições, de costumes, normas, doutrinas, hábitos, técnicas herdadas e passadas para outras gerações.

Para Cosgrove (1998), trata-se de determinismo cultural, uma vez que

A cultura não é algo que funciona através dos seres humanos; pelo contrário, tem que ser reproduzida por eles em suas ações, muitas das quais são ações não reflexivas, rotineiras da vida cotidiana (...) a cultura é, ao mesmo tempo, determinada por e determinante da consciência das práticas humanas (COSGROVE, 1998, p. 101-102).

Associa-se aqui a ideia de cultura a modo de vida, constituído de valores, ações, padrões de comportamento, elementos, características, manifestações, símbolos e significados dos ritmos, hábitos, rituais, costumes, tradições, entre outros, que são assimilados de modo natural desde o nascimento e vão se reproduzindo ao longo da vida das pessoas, dos grupos, da sociedade, ou seja, diz respeito a toda uma ordem simbólica que ajuda a (re)afirmar identidades; expressões dos modos como os homens vivem e formas como eles estabelecem relações entre si e com o mundo em seu entorno.

Já para Schelling (1990), “[...] ao discutir a natureza da cultura, é necessário começar pela gênese do termo cultura, pela qual ela se constitui como um tipo de

fato específico” (SCHELLING, 1990, p. 21). Segundo a autora, a elucidação do conceito de cultura é de alta complexidade, em virtude da própria complexidade da construção do conceito. Complementa a autora ao mencionar que o processo de construção do conceito se configura como um fato cultural, à medida que envolve - em locais e épocas distintas - personagens e estudiosos de uma maneira geral, preocupados com melhores esclarecimentos a respeito do tema.

Mattelart sustenta que a cultura, como uma área de competência específica reivindicada pela UNESCO, ganhou maior densidade institucional no decurso dos anos noventa, com a promulgação de inúmeros documentos de regulamentação: declarações, recomendações e convenções (MATTELART, 2005, p. 160).

A cultura é o principal eixo do texto e um conceito fundamental na antropologia, que, para Geertz (1989), utiliza o conceito de Max Weber, que afirma que o homem é um ser amarrado em teias de significados que ele mesmo teceu. O que poderia ser chamado de teias de significados na visão dele seria o mito, a religião, a arte, a escrita, a comunicação, os hábitos sociais, o comportamento, entre outros. Quando o autor cita que a cultura é pública, ele diz que

A cultura, esse documento de atuação, é, portanto, pública, como uma piscadela burlasca ou uma incursão fracassada aos carneiros. Embora uma ideação, não existe na cabeça de alguém; embora não-física, não uma identidade oculta. O debate interminável, porque não-terminável, dentro da antropologia, sobre se cultura é "subjativa" ou "objetiva" [...] A cultura é pública porque o significado o é (GEERTZ, 1989, p. 8-9).

Dessa forma, o autor está se referindo aos significados que não se encontram na mente de uma ou outra pessoa, e, sim, na ação social, nos comportamentos, num conjunto como um todo e abrindo caminho para a diversidade. Se o ser humano é o resultado do meio cultural em que foi inserido, socializado, “[...] ele é um herdeiro de um longo processo acumulativo, que reflete o conhecimento e a experiência adquiridos pelas numerosas gerações que o antecederam” (LARAIA, 2001, p. 46).

Em seu texto, Geertz (1989, p. 3-4) lista alguns conceitos de cultura analisando os casos de E.B. Taylor, cujos conceitos ele define sendo de “o todo mais complexo”, no entanto, o autor o critica de mais confuso do que esclarecedor, cita ainda Clyde Kluckhohn que, em 27 (vinte e sete) páginas de sua obra, busca um conceito para cultura e apresenta 11(onze) definições de cultura, sendo tais:

(1) o modo de vida global de um povo; (2) o legado social que o indivíduo adquire do seu grupo; (3) uma forma de pensar, sentir e acreditar; (4) uma abstração do comportamento; (5) uma teoria, elaborada pelo antropólogo, sobre a forma pela qual um grupo de pessoas se comporta realmente; (6) um celeiro de aprendizagem em comum; (7) um conjunto de orientações padronizadas para os problemas recorrentes; (8) comportamento aprendido; um mecanismo para a regulamentação o normativa do comportamento; (09) um conjunto de técnicas para se ajustar tanto ao ambiente externo como em relação aos outros homens; (11) um precipitado da história [...] (GEERTZ, 1989, p.4).

Mesmo com 11 (onze) conceitos de cultura diferentes, Geertz não escolhe nem uma e nem outra definição, ele se mantém nos seus próprios conceitos. No estudo da cultura, o que importa não são apresentações dos sintomas, mas sim os atos simbólicos, e o objetivo não é o que mostra ser, mas a análise do discurso social.

Nesse sentido, as críticas tecidas a Malinowski (apud GEERTZ, 1989) revelam que, para obter o ponto de vista dos nativos, não é preciso morar com eles, tornar-se um nativo ou copiá-lo, mas sim procurar conversar e situar-se entre eles para captar o sentido das ações sociais que são compartilhados entre os indivíduos. Desse modo, o etnógrafo “deve atentar-se para o comportamento e, com exatidão, pois é através do fluxo do comportamento – ou mais precisamente, da ação social – que as formas culturais encontram articulação” (GEERTZ, 1989, p. 12).

Compreender a cultura de um povo expõe a sua normalidade sem reduzir a sua particularidade. Ele trata a antropologia, portanto, como sendo uma ficção, algo construído, modelado, afirmando que apenas um nativo pode interpretar sua própria cultura, assim:

É entre tantas interpretações insatisfatórias que a antropologia tem tentado encontrar seu caminho para um conceito de homem mais viável sobre o homem, no qual a cultura e a variabilidade de cultural possam ser mais levadas em conta do que concebidas como capricho ou preconceito e, no entanto, ao mesmo tempo, um conceito no qual o princípio dominante na área, “a unidade básica da humanidade”, não seja transformado numa expressão vazia. Assumir esse peso gigantesco longe da perspectiva uniforme da natureza humana, no que concerne ao estudo do homem, é abandonar o paraíso (GEERTZ, 1989, p. 27).

A dinâmica, que é a cultura, escapa dos nossos sentidos, por isso exige um esforço intelectual para sua compreensão, que também nos leva a uma concepção maior em qualquer que seja a área de atuação. Posso concluir, como afirma Geertz (1989), que

A análise cultural é intrinsecamente incompleta e, o que é pior, quanto mais profunda, menos completa. É uma ciência estranha, cujas afirmativas mais marcantes são as que têm a base mais trêmula, na qual chegar a qualquer lugar com um assunto focado é intensificar a suspeita, a sua própria e a dos outros, de que você não o está encarando de maneira correta (GEERTZ, 1989, p. 20).

Em seguida Geertz (1989), em seu texto da *Interpretação das Culturas*, conceitua etnografia e descreve o seu ponto de vista, portanto, interpretativa e microscópica (os antropólogos não estudam as aldeias, eles estudam nas aldeias) no sentido de acessar os significados de determinado grupo. Ele afirma ainda que etnografia não é questão de método “é estabelecer relações, selecionar informantes, transcrever textos, levantar genealogias, mapear campos, manter um diário” (GEERTZ, 1989, p. 4). O que define metodologia é um tipo de esforço intelectual que o autor chama de “descrição densa”.

Para a continuidade de sua discussão, Geertz (1989) usou como exemplo o trabalho de Gilbert Ryle, que analisa, sob várias situações, as contrações de uma pálpebra, a linguagem, a comunicação, a informação, o entendimento estabelecido a partir de piscadelas e os efeitos diante dos seus significados recolhidos, de acordo com códigos culturais já estabelecidos.

Portanto, se a etnografia é uma descrição densa, os etnógrafos são aqueles que fazem a descrição. Ao trazer a análise do discurso social, ou uma leitura da cultura, o autor quer mostrar que os fatos, os acontecimentos, têm existência no momento, na época e no lugar de sua ocorrência. Ao anotar, transforma esse acontecimento passado em relato, transformando em futuro material de estudo.

As ideias teóricas não aparecem inteiramente novas a cada estudo, são dotadas de outros estudos relacionados e refinados durante o processo, aplicados a novos problemas interpretativos. Se deixarem de ser úteis com referências a tais problemas, deixam também de ser usadas e são mais ou menos abandonadas. Continua-se a serem úteis, dando à luz a novas compreensões, posteriormente elaboradas e utilizadas.

Por fim, Geertz (1989) conclui dizendo que olhar as dimensões simbólicas da ação social não é afastar-se dos dilemas

[...] existenciais da vida em favor de algum domínio empírico de formas não-emocionalizadas; é mergulhar no meio delas. A vocação essencial da antropologia interpretativa não é responder às nossas questões mais profundas, mas colocar à nossa disposição as respostas que outros deram -

apascentando outros carneiros em outros vales - e assim incluí-las no registro de consultas sobre o que o homem falou (GEERTZ, 1989, p. 21).

A antropologia interpretativa não é responder as nossas questões mais profundas, mas colocar à nossa disposição as respostas que outros deram. Para Laraia (2001), se oferecêssemos aos homens “a escolha de todos os costumes do mundo, aqueles que lhes parecessem melhor, eles examinariam a totalidade e acabariam preferindo os seus próprios costumes, tão convencidos estão de que estes são melhores do que todos os outros” (LARAIA, 2001, p. 2).

Valoriza-se o patrimônio cultural imaterial, os modos de fazer, a tradição oral, a organização social de cada localidade, os costumes, as crenças e as manifestações da cultura popular que remontam ao mito formador de cada grupo. Como salienta Botelho (2007),

Vale nesta linha de continuidade a incorporação da dimensão antropológica da cultura, aquela que, levada às últimas consequências, tem em vista a formação global do indivíduo, a valorização dos seus modos de viver, pensar e fruir, de suas manifestações simbólicas e materiais, e que busca, ao mesmo tempo, ampliar seu repertório de informação cultural, enriquecendo e alargando sua capacidade de agir sobre o mundo. O essencial é a qualidade de vida e a cidadania, tendo a população como foco (BOTELHO, 2007, p. 110).

2.5 Manifestações Culturais: as Festas Populares

É compreendida como manifestação cultural a dança, a música, as festas, a literatura, o folclore, a arte, entre outras atividades que o povo produz e participa de forma ativa, constante e massiva. A cultura popular surge das tradições e costumes e é transmitida de geração para geração, principalmente de forma oral. Exemplos desse fato são as referidas manifestações culturais: carnaval, danças e festas folclóricas, literatura de cordel, provérbios, samba, frevo, capoeira, artesanato, cantigas de roda, contos e fábulas, lendas urbanas, superstições, entre outros.

As Manifestações de Cultura Popular vêm cada vez mais sendo reconhecidas como patrimônio do Brasil. Dessa forma, o que define os preceitos da manifestação cultural é concernir com as formas de expressão.

As manifestações culturais estão no centro do espaço ocupado hoje pelos estudos folk comunicacionais. A partir deste diagnóstico inicial, as mesmas

podem ser entendidas como formas de expressão da cultura de um povo, constituindo movimento de determinada cultura, em época e lugar específicos (CARVALHO, 2007, p. 64).

Nesse sentido, as manifestações culturais são representativas da voz social, “uma forma subjetiva que o grupo de pessoa encontra para expor seu interior, expressar o que pensa e o que deseja realizar ou modificar” (idem, p. 64).

Talvez seja através da noção de tradição, sua carga ética e valiosa, que as categorias de cultura popular e patrimônio imaterial vêm assumindo formas de equivalências. Muitos autores buscam explorar as aproximações entre as categorias de cultura popular e patrimônio imaterial a partir da constituição dos diferentes olhares. O reconhecimento faz parte de uma tendência mundial de valorizar a cultura popular. Sabemos que a cultura é muito associada à identidade do povo, etnia ou localidade.

Isabela Tamaso produz uma síntese bastante elucidativa acerca dessas aproximações, buscando entender as implicações epistemológicas e profissionais para a antropologia e para os antropólogos diante da institucionalização do patrimônio cultural imaterial e de sua conversão em objeto de direito internacional. Tamaso (2006) destaca:

Uma diferença há e não é de objeto, mas sim epistemológica. Transforma-se o modo como se olha para o objeto. Manifestações culturais (danças, músicas, poesia, crença, expressões, técnicas, etc.), olhadas por folcloristas são “folclore”, “fato folclórico”, “manifestação folclórica”. Aos olhos dos antropólogos, são cultura e/ou cultura popular. Atualmente, a tendência de ambos é de percebê-los como patrimônio; ao menos pelo fato de que, ao serem potencialmente bens patrimoniais, ampliam as possibilidades profissionais de ambos (TAMASO, 2006, p. 11).

As manifestações culturais tradicionais são transmitidas oral ou gestualmente, recriadas coletivamente e modificadas ao longo do tempo. A essa porção intangível da herança cultural dos povos dá-se o nome de "patrimônio cultural imaterial". Transmitidas de geração em geração e constantemente recriadas pelos assentamentos e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo, assim, para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana.

O processo histórico e os aspectos físico-geográficos de uma região são fatores que influenciam a localidade ali inserida na adoção de vivências que a

diferenciam de grupos sociais que habitam outras regiões. Entretanto, é importante lembrar que os hábitos e atitudes típicos de um povo evoluem no tempo e no espaço, e podem também ser transculturados. Assim, as pessoas que saem de seu lugar a procura de trabalho ou estudo levam consigo suas vivências para o novo destino e ali se adaptam sem perder a própria identidade cultural. A existência de várias irmandades de Nossa Senhora do Rosário, com suas guardas de congado, em diferentes bairros de Belo Horizonte, são um bom exemplo desse processo de transculturação.

A palavra festa⁹ vem do latim e significa reunião alegre para fim de divertimento; o conjunto das cerimônias com que se celebra qualquer acontecimento; solenidade, comemoração; dia santificado, de descanso, de regozijo; comemoração litúrgica; solenidade da Igreja; romaria; regozijo, alegria, júbilo. Também se relaciona a trabalhadeira, cuidados, barulho.

Para Brandão (1989), a festa está intimamente relacionada às únicas, raras e repetidas situações da vida. As comemorações são enfatizadas pelas sociedades em menor ou maior grau, dependendo das situações. Nas cidades médias e grandes, as comemorações ou festas cívicas, históricas e profanas são mais relevantes, enquanto, no interior, ou seja, nos povoados e pequenas cidades, as festas locais e religiosas são as mais importantes.

O historiador Coulanges (1976) designa a festa, de maneira geral, como um acontecimento espiritual, trazido dos tempos antigos. Para o autor, as sociedades antigas, grega e romana, faziam festas para homenagear seus deuses, ou seja, retiravam uma parte de seu tempo comum e davam aos deuses. Essa disposição para a festa, em honra aos deuses, envolvia o homem em sua totalidade conforme destaca o autor:

Em todos os tempos e em todas as sociedades, quis o homem honrar os seus deuses com festas; estabeleceu, assim, dias durante os quais apenas o sentimento religioso reinará em sua alma, sem distraí-la com pensamentos ou ocupações terrenas [...] tudo enquanto era sagrado dava lugar a uma festa (COULANGES, 1976, p. 127).

A festa de Nossa Senhora da Penha, do distrito de Atafona, que tem mais de cem anos de existência, é momentoso de tradições e rituais. As festas populares são manifestações capazes de reunir, em um mesmo ambiente, pessoas de diferentes

⁹ Termo definido pelo Dicionário Aurélio Eletrônico, versão 5.12. Informática Positivo.

classes sociais, idades e religiões, sem discriminações. As festas populares são estruturas dinâmicas e acabam se transformando com o passar do tempo, passando por adaptações regionais, podendo encontrar, ainda, festas semelhantes com nomes diferentes.

Durkheim, em seu texto “As formas elementares da vida religiosa”, expõe uma estreita relação entre festas e o ritual. Ele separa os ritos representativos das recreações coletivas por suas flutuações, afirmando como característica importante de toda religião o elemento recreativo e estético. Nas palavras de Durkheim (1996, p. 417-418),

Toda festa, mesmo quando puramente laica em suas origens, tem certas características de cerimônias religiosas, pois, em todos os casos ela tem por efeito aproximar os indivíduos, colocar em movimento as massas e suscitar assim um estado de efervescência, às vezes mesmo de delírio, que não é desprovido de parentesco com o estado religioso. [...] pode-se observar, também, tanto num caso como no outro, as mesmas manifestações: gritos, cantos, música, movimentos violentos, danças, procura de excitantes que elevem o nível vital, etc. Enfatiza-se frequentemente que as festas populares conduzem ao excesso, fazem perder de vista o limite que separa o lícito do ilícito. [...] Mas é preciso observar que talvez não exista divertimento onde a vida séria não tenha qualquer eco. No fundo a diferença está mais na proporção desigual segundo a qual esses dois elementos estão cominados (DURKHEIM, 1996, p. 417 e 418).

As festas oferecem como características básicas a superação das distâncias entre os indivíduos; a produção de um estado de efervescência e a transgressão das normas coletivas. A festa também coloca em cena, de acordo com Durkheim (1996), o conflito entre as exigências da vida séria e da natureza humana. As festas e as religiões refazem e fortificam o espírito cansado pelas angústias do cotidiano. Nas festas, os indivíduos estão mais livres em suas imaginações e possuem uma vida menos tensa. A festa teria uma função de restabelecer a energia para a continuidade da sociedade, um ritual cíclico de pausa no cotidiano para a vivência de outro tempo, o tempo festivo.

As festas populares são estruturas dinâmicas e acabam se transformando com o passar do tempo, passando por adaptações regionais, podendo encontrar ainda festas semelhantes com nomes diferentes. Os elementos que compõem as festas populares ocorrem geralmente espontaneamente, vendo, ouvindo e fazendo. É por meio da observação que as pessoas aprendem as letras das músicas, a maneira que se toca os instrumentos e como se realizam os passos das danças. “[...]”

os ingredientes que compõem a festa popular são também textos por meio dos quais a gente simples manifesta tudo que lhe toca mais profundamente e intensamente” (PESSOA, 2007, p. 4).

As formas populares de festejar estão ligadas não só ao lazer, como também a questões religiosas e ciclos de trabalho. A festa popular constitui-se como uma das formas mais reveladoras do modo de ser de um grupo, pois é nesse espaço intervalar que ficam suspensas algumas normas sociais e outras são invertidas.

A riqueza cultural, histórica e, principalmente religiosa, caracteriza-se também como espaço de múltiplas tradições. Os baianos, de um modo geral, gostam de festas e celebrações. Durkheim (1999, p. 28) afirma que “É preciso considerar os fenômenos sociais em si mesmos, separados dos sujeitos conscientes que os recebem; é preciso estudá-los de fora, como coisas exteriores, pois é nessa qualidade que eles se apresentam a nós”.

As festas populares, por constituírem um domínio da cultura do qual emergem as identidades que singularizam grupos humanos e sociedades inteiras, vêm ganhando importância social, política e econômica. O município de São João da Barra é repleto de manifestações culturais envolvendo as festas religiosas, o artesanato, a dança, o teatro, entre outras expressões culturais tão importantes para o município.

Estudar o festejo religioso de Nossa Senhora da Penha é muito importante para reafirmar a identidade dos munícipes, principalmente para os moradores de Atafona, que também são devotos e fieis da santa. Para elucidar a inter-relação entre as festas populares, políticas públicas, patrimônio imaterial e tradição, far-se-á necessária, primeiramente, a compreensão da historiografia e do conceito de festa popular, termo de difícil definição e que vem se modificando nas últimas décadas. Assim, no próximo capítulo iremos abordar os conceitos de políticas sociais e políticas culturais, mesmo que breve, mas necessário para entendimento da importância das políticas culturais para o município e para cultura.

3 DESENVOLVIMENTO DAS POLÍTICAS CULTURAIS COMO POLÍTICAS DE INCENTIVO À CULTURA EM SÃO JOÃO DA BARRA

3.1 Políticas Sociais

A construção da cidadania no Brasil ocorre por meio de um longo processo social ainda em construção, como destaca Carvalho (2002), que completa lembrando que uma cidadania plena, que combine liberdade, participação e igualdade para todos, é algo talvez inatingível. Complementa o autor:

No entanto, pode-se dizer que, dos direitos que compõem a cidadania, no Brasil são ainda os civis que apresentam as maiores deficiências em termos de seu conhecimento, extensão e garantias. [...] Os dados revelam ainda que educação é o fator que mais bem explica o comportamento das pessoas no que se refere ao exercício dos direitos civis e políticos (CARVALHO, 2002, p. 210).

Um dos conceitos que melhor expressa essa reabsorção dos bens sociais pelo conjunto dos cidadãos, que melhor expressa, portanto, a democracia, é precisamente o conceito de cidadania. Já para Coutinho (2005), Cidadania é a capacidade conquistada por alguns indivíduos, ou (no caso de uma democracia efetiva) por todos os indivíduos, de se apropriarem dos bens socialmente criados, de atualizarem todas as potencialidades de realização humana abertas pela vida social em cada contexto historicamente determinado.

Destaco a expressão historicamente, pois apresenta ser fundamental ao fato de que soberania a popular, a democracia e a cidadania possuem eminência histórica, conceitos e realidades aos quais a história contribui permanentemente ao novo, ao que surge no decorrer das determinações. A cidadania não é dada aos indivíduos de uma vez para sempre, não é algo que vem de cima para baixo, mas é resultado de uma luta permanente, travada quase sempre a partir de baixo, das classes subalternas, implicando num processo histórico de longa duração.

Para Marshall (1967, p. 76), “a cidadania é um status concedido àqueles que são membros integrantes de uma comunidade”.

Todos aqueles que possuem o status são iguais com respeito aos direitos e obrigações perante ao status. Não há nenhum princípio universal que determine o que estes direitos e obrigações serão, mas as sociedades nas quais a cidadania é uma instituição em desenvolvimento criam uma imagem

de cidadania ideal em relação à qual o sucesso pode ser medido e em relação à qual a aspiração pode ser dirigida (MARSHALL, 1967, p. 76).

Para Marshall (1967), a classe social, por outro lado, é um sistema de desigualdade. E ela também, como a cidadania, pode estar baseada num conjunto de ideais, crenças e valores. É, portanto, compreensível que o impacto da cidadania sobre a classe social tomasse a forma de um conflito entre princípios opostos. De certa forma, a cidadania tem sido uma instituição em desenvolvimento na Inglaterra, pelo menos desde a segunda metade do século XVII. Então é claro que o seu crescimento coincide com o desenvolvimento do capitalismo, que é o sistema, não de igualdade, mas de desigualdade, o que nos leva a questão de como esses dois princípios opostos puderam crescer e florescer, lado a lado, desde então. A igualdade implícita no conceito de cidadania (igualdade de oportunidades e perante a lei), embora limitada em conteúdo, minou a desigualdade do sistema de classe, que era, em princípio, uma desigualdade total. Uma justiça nacional e uma lei igual para todos deve, inevitavelmente, enfraquecer e destruir a justiça de classe e a liberdade pessoal, como um direito natural universal, deve eliminar a servidão.

Estudos históricos costumam desdobrar a cidadania em direitos civis, políticos e sociais. Segundo, T. H. Marshall (1967), a diferenciação entre as dimensões da cidadania na Inglaterra podem ser compreendidas cronologicamente a partir da constatação da ampliação dos direitos, sendo que o primeiro elemento foi o civil, relativo aos direitos necessários à liberdade individual – liberdade de ir e vir, liberdade de imprensa, pensamento e fé, direito à propriedade e justiça; num segundo momento, surge o elemento político enquanto direito de participar do exercício do poder político como um membro de um organismo investido da autoridade política, ou como eleitor dos membros de tal organismo. O terceiro elemento é o social e se refere a tudo o que vai desde o direito mínimo de bem-estar econômico e segurança ao direito de participar, por completo, na herança social (MARSHALL, 1967, p. 63).

A cidadania exige um elo de natureza diferente, um sentimento direto de participação numa comunidade baseado numa lealdade a uma civilização que é um patrimônio comum. (...) Seu desenvolvimento é estimulado tanto pela luta para adquirir tais direitos quanto pelo gozo dos mesmos, uma vez adquiridos (MARSHALL, 1967, p. 84).

A ordem cronológica é que de fato não se reproduziu num grande número de

países pelo mundo, dentre eles o Brasil faz parte (CARVALHO, 2002; COUTINHO, 2005). No caso dos brasileiros, tiveram irregularidades, como notou Carvalho (1995), tanto no processo de implantação quanto no de desenvolvimento da cidadania, no qual o elemento social precedeu os outros dois direitos, além de paradoxos históricos com liberdades políticas no Império, numa sociedade escravocrata que negava liberdades civis a escravos e a homens livres pobres.

Atualmente, ainda vivemos numa luta constante pelo reconhecimento, divulgação ampla e aplicação prática e cotidiana dos direitos, ainda que garantidos pela Constituição Federal de 1988. Para Carvalho (2002),

A constituinte de 1988 redigiu e aprovou a constituição mais liberal e democrática que o país já teve, merecendo por isso o nome de Constituição Cidadã [...] Os direitos políticos adquiriram amplitude nunca antes atingida. No entanto, a estabilidade democrática não pode ainda ser considerada fora de perigo. A democracia política não resolveu os problemas econômicos mais sérios, como a desigualdade e o desemprego (CARVALHO, 2002, p. 199).

Completa o autor, quando menciona a Constituição Federal de 1988, que ampliou, de certa forma, mais do que qualquer antecedente, os direitos sociais. “[...] Mas as maiores dificuldades na área social têm a ver com a persistência das grandes desigualdades sociais que caracterizam o país desde a independência, para não mencionar o período colonial [...]” (CARVALHO, 2002, p. 207).

No caso específico da referida pesquisa, os direitos sociais de acesso à cultura estão firmados na legislação nacional. É importante ressaltar que a presença de tais direitos na Constituição, seu reconhecimento legal, garante automaticamente a efetiva tradução das políticas públicas e a conseqüente materialização das mesmas, ainda que esse reconhecimento facilite a luta para torná-lo efetivamente um dever do Estado (COUTINHO, 2005).

Dessa forma, Carvalho (2002) salienta que a Constituição Federal de 1988 trouxe inovações e, assim, corroborou para a criação de direitos.

[...] Em virtude do qual qualquer pessoa pode exigir do governo acesso às informações existentes sobre ela nos registros públicos, mesmo as de caráter confidencial. Criou ainda o "mandato de injeção", pelo qual se pode recorrer à justiça para exigir o cumprimento de dispositivos constitucionais ainda não regulamentados.[...] Fora do âmbito constitucional, foi criado em 1996 o Programa Nacional dos Direitos Humanos, que prevê várias medidas práticas destinadas a proteger esses direitos (CARVALHO, 2002, p. 209).

Para Marshall (1967), os direitos civis tornaram de certa forma para os trabalhadores, uma forma de elevar seu status econômico e social. Assim,

Para firmar a reivindicação segundo a qual eles, como cidadãos, estavam habilitados a certos direitos sociais. Mas o método normal de assegurar direitos sociais é o exercício do poder político, pois os direitos sociais pressupõem um direito absoluto a um determinado padrão de civilização que depende apenas do cumprimento das obrigações gerais da cidadania (MARSHALL, 1967, p. 86).

3.2 Questões sobre as políticas culturais

Para Simis (2007), com relação à formulação de políticas públicas de forma geral, no Brasil há de se entender que o processo para que os investimentos na área ocorressem de forma tardia se comparado a outros países. Não apenas pelo fato ter ocorrido a partir dos anos 30, pois já havia também a dominância do pensamento europeu “positivista” de que a população encontrada no país deveria ser “civilizada”, ou seja, adequada aos padrões que eles estabeleciam como ideias. Esse retardamento, tanto funcional quanto operacional prejudicou nitidamente a escala de investimentos em âmbito cultural no país, uma vez que as políticas - sendo baseadas em ideais europeias e não brasileiras - as especificidades locais seriam totalmente ignoradas, quando fossem ser elaboradas as diretrizes das políticas culturais.

É preciso ter em conta que a cultura é um direito e, nesse sentido, é muito mais que uma atividade econômica, embora a economia da cultura tenha hoje um papel importante na geração de empregos. Os direitos sociais são aqueles que dizem respeito a um mínimo de bem-estar econômico, de participação, de ser e viver na plenitude a civilização (SIMIS, 2007, p. 134).

As políticas culturais vêm procurando, nas noções de cidadania e de direitos culturais, expressões incorporadas ao texto da Constituição de 1988, a base de sua legitimidade, Tais transformações e lutas, que buscam validar os direitos pelos quais as sociedades passam no decorrer do tempo e que, atualmente, iniciam várias frentes investigativas no campo social. Ao me debruçar sobre as literaturas teóricas e seus conceitos no ramo das Políticas Culturais, buscando um posicionamento, estamos invadindo um ambiente complexo, de certa forma. O questionamento sobre Política e Cultura já se ramifica para diversos pensamentos e tendências

acadêmicas.

Assim, a partir desses estudos iniciais, diversas abordagens do conceito de cultura se desenvolveram nas ciências sociais e nas demais áreas do pensamento humano como finalidade do fenômeno que Albino Rubim chama de “automização da cultura como campo singular”, que mobiliza mercados consumidores e permite atuações profissionais, acadêmicas e políticas. Para o autor, “cabe propor mesmo uma centralidade para a cultura” no mundo contemporâneo (RUBIM, 2007, p. 2).

Dessa forma, o termo “Políticas Culturais” detém diversos estudos recentes e em grande proporção e, principalmente, com a Universidade Federal da Bahia (UFBA) e na Fundação Casa Rui Barbosa (FCRB), responsáveis por publicações que buscam a sua compreensão conceitual e uma análise mais aprofundada terminologia que coincide e relaciona com um diagnóstico de política pública de cultura. Apesar disso, há ainda a importância de discussões e reflexões mais profundas sobre esse conceito que é permissivo à relativa fundamentação teórica e sua aplicabilidade prática, já que a maioria dos estudos estão relacionados à questão histórica das Políticas Culturais, o caminho a se iniciar para, de fato, começar a sua implementação, e como esse aspecto de política social foi se consolidando em território brasileiro com perspectivas avanços.

Em concomitância com as circunstâncias teóricas e conceituais que embasam a construção deste referido estudo, buscamos meios metodológicos que pudessem fazer com que os resultados da pesquisa pudessem embasar os apontamentos sobre como o poder público local se manifesta perante sua maior festa religiosa, a festa de Nossa Senhora da Penha, seu incentivo por meio das políticas culturais, delineando um enlace entre eles.

Assume-se, com grande frequência, que os conceitos são auto-evidentes, autênticos dados, praticamente postulados – quando de fato deveriam ser demonstrados. Se por vezes é possível encontrar aqui e ali, intacta e inteiriça, a definição de um termo, num número maior de ocasiões é preciso reconstruir a ideia por trás dele, montá-la, peça por peça, mediante uma ação de arqueologia, eventualmente detetivesca. E, não raro, construir uma definição ali onde nenhuma parece ter sido claramente dada antes (COELHO, 1997, p. 10).

Assim, o estudo da cultura é perseverante de tanta complexidade que Canclini (2001) afirma que um dos poucos consensos, em se tratando do tema, é que não há consenso, pois há diferentes formas concebidas quando tratamos a relação entre

sociedade e cultura, além dos contrapontos entre realidade e representação, ações e símbolos. As referências empíricas em muitas sociedades fortalecem essa diversidade conceitual. Para o autor, é possível ver a cultura como parte “la socialización de las clases y los grupos em la formación de las concepciones políticas y em el estilo que la sociedad adopta en diferentes líneas de desarrollo” (CANCLINI, 1987, p. 25).

Segundo Canclini (2001), é importante analisar a heterogeneidade presente nos mais diversos ambientes que ocupam um mesmo espaço, provocando a discussão centrando o pensamento nas ciências e políticas socioculturais, ressaltando que:

Em esta perspectiva, la función principal de la política cultural no es afirmar identidades o dar elementos a los miembros de una cultura para que la idea licen, sino para que sean capaces de aprovecharla heterogeneidade y la variedad de mensajes disponibles y convivir com los otros. Hasta ahora lo poco que há habido de horizonte supranacional em las políticas culturales se concibe como cooperación intergubernamental. Necesitamos también políticas de regulación y de movilización de recursos a escala internacional. Esto tiene que ver com la reconstrucción de la esfera pública (CANCLINI, 2001, p. 65).

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), buscando ampliar o debate sobre cultura, divulgou, em 1969, o documento *Cultural policy: A preliminar study*, da coleção *Studie sand document son cultural policies*, concatenando com as políticas culturais dos países e demais membros. O referido documento compreendia política cultural como um conjunto de princípios operacionais, práticas administrativas e orçamentárias, além de procedimentos que embasam a ação cultural do Estado. Outro conceito definido pela instituição mostrava que:

Política cultural deve ser entendida como a soma dos usos conscientes e deliberada, de ação ou falta de ação na sociedade, visando atender a determinadas necessidades culturais por meio da utilização óptima de todos os recursos materiais e humanos disponíveis em uma sociedade em momento determinado (UNESCO, 1969, p. 10, *tradução nossa*).

Indubitavelmente, devemos considerar e analisar o documento em seu contexto temporal, de forma que a UNESCO impede as políticas culturais à intervenção direta com o Estado com ideia de criar a participação governamental no

setor cultural. Contudo, devemos observar e nos atentar para atuações da iniciativa privada e instituições civis nas políticas de cultura. Dessa forma, Canclini (2001) abarca o desenvolvimento das políticas culturais e descreve o novo modelo participativo:

Los estudios recientes tienden a incluir bajo este concepto al conjunto de intervenciones realizadas por el estado, las instituciones civiles y los grupos comunitarios organizados a fin de orientar el desarrollo simbólico, satisfacer las necesidades culturales de la población y obtener consenso para un tipo de orden o transformación social. Pero esta manera de caracterizar el ámbito de las políticas culturales necesita ser ampliada teniendo en cuenta el carácter transnacional de los procesos simbólicos y materiales en la actualidad (CANCLINI, 2001, p. 65).

Teixeira Coelho (1997) entende, ao mencionar as questões das políticas culturais, que estamos falando de uma ciência da organização das estruturas culturais, entendida como programa de intervenções, realizadas pelo Estado, instituições civis, entidades privadas ou grupos comunitários, com o objetivo de satisfazer as necessidades culturais da população e promover o desenvolvimento de suas representações simbólicas.

Sob este entendimento imediato, a política cultural apresenta-se assim como o conjunto de iniciativas, tomadas por esses agentes, visando a promover a produção, a distribuição e o uso da cultura, a preservação e divulgação do patrimônio histórico e ordenamento do aparelho burocrático por elas responsável (COELHO, 1997, p. 293).

Teixeira Coelho (1997) analisa, ainda, as políticas culturais segundo seus circuitos de intervenção. No que tange ao mercado cultural, apresenta-se questão do financiamento e facilitação do acesso econômico conectado, principalmente, a incentivos fiscais, regras de mecenatos que se inspiram na lógica de mercado. Paralelo a essa lógica, há os grupos folclóricos, de cultura popular, de amadores, além de programas voltados para a defesa, conservação e difusão do patrimônio histórico, em geral, ainda não incorporado pelo interesse econômico. Acrescenta o autor que as políticas relativas ao uso da cultura são voltadas tanto para a lógica de mercado quanto para os aspectos não comerciais, como cursos, seminários, conferências, debates, ateliês, atividades, que podem ser dominadas de educação informal nesse segmento amplo do termo. Centros de cultura e centros de arte são alguns dos exemplos que se beneficiaram dessas políticas e, de certa forma, são

privilegiadas, pois são políticas que crescem no universo cultural, dando espaço para os modos não comerciais e para as atividades de iniciação e compreensão da cultura. Destaca-se, também, outro ponto abordado por Coelho (1997), a menção à institucionalidade de como a cultura se organiza, sua estrutura de funcionamento e os recursos humanos necessários, além da alocação de recursos e estímulos.

Contudo, observa-se que, na atualidade, a sociedade apreende na cultura um meio de mecanismo para potencializar o desenvolvimento socioeconômico, o que direciona as políticas culturais para novos questionamentos sociais (YÚDICE, 2004).

3.3 Fundo de Cultura e Plano de Cultura: Política Cultural de Incentivo à cultura de São João da Barra

Para Simis (2007), a “expressão” política pública compreende várias conotações e é a que possui significado genérico e adota as diretrizes mais amplas, possuindo uma ação que aponta para o futuro, “cuja responsabilidade é predominantemente de órgãos governamentais, os quais agem almejando o alcance do interesse público pelos melhores meios possíveis, que no nosso campo é a difusão e o acesso à cultura pelo cidadão” (SIMIS, 2007, p. 133).

A história das políticas culturais no estado brasileiro sofre diversas críticas devido aos obstáculos pelos quais passaram e que ainda se mostram recorrentes. Rubim (2007) enumera expressões como autoritarismo, caráter tardio, descontinuidade, paradoxos, desatenção, impasses, dentre outros, para traçar um panorama dessa trajetória que, segundo sua análise, ainda apresenta carências de investigações sobre o tema.

Em crítica ao escritor Márcio de Souza, que inaugurou as políticas culturais no Brasil com D. Pedro II, Rubim (2007) demonstra que não poderia se pensar em Segundo Império, nem mesmo na República Velha para essa proposta inicial.

Tais exigências interditam que o nascimento das políticas culturais no Brasil esteja situado no tempo colonial, caracterizado sempre pelo obscurantismo da monarquia portuguesa que negava as culturas indígena e africana e bloqueava a ocidental, pois a colônia sempre esteve submetida a controles muito rigorosos como: proibição da instalação de imprensas; censura a livros e jornais vindos de fora; interdição ao desenvolvimento da educação, em especial das universidades etc. A

reversão deste quadro a partir de 1808, com a fuga da Família Real para o Brasil, decorrente da invasão das tropas de Napoleão, não indica uma mudança em perspectiva mais civilizada, mas apenas o declínio do poder colonial que prenuncia a independência do país (RUBIM, 2007, p. 13).

Barbalho (2007) complementa dizendo que é amplamente conhecida a proibição da metrópole portuguesa no que diz respeito à criação de instituições de ensino, seja qual for o nível, de editoras, de jornais, enfim, de toda instituição produtora de bens simbólicos na sua colônia americana.

Contudo, duas propostas dão início para a prática de políticas sociais de cultura. Esses dois experimentos, como chama Rubim (2007), são a figura de Mário de Andrade à frente do Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo (1935-1938) e a 25 implantações do Ministério da Educação e Saúde, em 1930, mais especificamente com Gustavo Capanema à frente do ministério, de 1934 a 1945. Completa Rubim (2007) sobre o desenvolvimento público da pasta cultural no período com Mário de Andrade:

1. Estabelecer uma intervenção estatal sistemática abrangendo diferentes áreas da cultura;
2. Pensar a cultura como algo “tão vital como o pão”;
3. Propor uma definição ampla de cultura que extrapola as belas artes, sem desconsiderá-las, e que abarca, dentre outras, as culturas populares;
4. Assumir o patrimônio não só como material tangível e possuído pelas elites, mas também como algo imaterial, intangível e pertinente aos diferentes estratos da sociedade;
5. Patrocinar duas missões etnográficas às regiões amazônica e nordestina para pesquisar suas populações, deslocadas do eixo dinâmico do país e da sua jurisdição administrativa, mas possuidoras de significativos acervos culturais (modos de vida e de produção, valores sociais, histórias, religiões, lendas, mitos, narrativas, literaturas, músicas, danças etc.).

Botelho (2007) e Rubim (2007) reconhecem que esse foi o primeiro exemplo de uma política pública de cultura no País, comparando-a às políticas culturais atualmente, compreendendo todo o universo da produção cultural, em todos os segmentos, e preocupando-se com todas as camadas da população, considerando

também o público infantil.

A política cultural implantada valorizava o nacionalismo, a brasilidade, a harmonia entre as classes sociais, o trabalho e o caráter mestiço do povo brasileiro. A potência desta atuação pode ser dimensionada, por exemplo, pela quantidade de instituições criadas, em sua maioria já no período ditatorial. Dentre outras, podem ser citadas: Superintendência de Educação Musical e Artística; Instituto Nacional de Cinema Educativo (1936); Serviço de Radiodifusão Educativa (1936); Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1937); Serviço Nacional de Teatro (1937); Instituto Nacional do Livro (1937) e Conselho Nacional de Cultura (1938). Também não é mera casualidade que este período esteja entre os mais contemplados em termos de estudos (RUBIM, 2007, p. 17).

Para Chauí (2006), numa proposição de 28 políticas culturais, far-se-á necessário planejamento dos recursos, decisões amplas e definições transparentes de prioridades, levando em consideração a garantia dos direitos existentes, a criação de novos direitos e a quebra de privilégios. Sua linha de trabalho previa a participação da sociedade, das entidades e instituições culturais, além dos movimentos sociais e populares. Assim, como proposta de Cidadania Cultural, visou a articular práticas de criação e participação como ênfase na descentralização geográfica e de gestão, e desenvolveu ações em conjunto com outras secretarias, numa proposta de integração das políticas sociais.

Há campos culturais diferenciados no interior da sociedade, em decorrência da divisão social das classes e da pluralidade de grupos e movimentos sociais. Nessa visão múltipla da cultura, nesse campo ainda da sua definição antropológica, torna-se evidente a impossibilidade, de fato e de direito, de que o Estado produza cultura. O Estado passa a ser visto, ele próprio, como um dos elementos integrantes da cultura [...] É produto da cultura e não produtor de cultura (CHAUI, 2006, p. 135).

Um das grandes dificuldades da efetivação da política cultural cidadã, segundo a visão de Chauí (2006), encontra-se na filosofia da parceria, partindo da iniciativa privada, que conduz - de acordo com seu viés capitalista, acreditando obter lucros por meio das atividades culturais - em desencontro à visão de uma política como trabalho e direito de construção dos indivíduos. Em falta com a tradição, para consolidar a perspectiva-cultural, pede-se um processo paulatinamente gradual e lento, envolvendo explicações e exposição dos parâmetros sociais que o fundamentavam constantemente.

Segundo Calabre (2011), é importante e necessária a produção de informações para embasar a gestão pública de cultura, na construção de indicadores

para elaborar, acompanhar, avaliar as políticas públicas na área de cultura.

Indicadores culturais devem se prestar a subsidiar as atividades da gestão pública de cultura, tendo como princípio básico o de que a cultura é um direito do conjunto dos cidadãos que está garantido pela Constituição. Um indicador informa algo sobre uma realidade, a mensuração sistemática das ações e políticas nos permite perceber as mudanças que estão sendo processadas (CALABRE, 2011, p. 77).

Dados da pesquisa do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) sobre cultura, realizada em 2006, nos municípios brasileiros (Brasil tinha 5.564 municípios) a partir do convênio entre o Instituto e o Ministério da Cultura, levou a campo um Suplemento de Cultura na Pesquisa Básica de Informações Municipais que apontou a seguinte estrutura de cultura¹⁰.

Tabela 1 - Estrutura Administrativa de Cultura nos Municípios Brasileiros

Estrutura Administrativa de Cultura nos municípios brasileiros		
Tipo de estrutura	Total	Percentual
Fundação	145	2,6%
Secretaria exclusiva	236	4,2%
Secretaria em conjunto	4.007	72%
Setor subordinado	699	12,6%
Subordinado ao executivo	339	6,1%
Sem estrutura específica	136	2,4%

Fonte: CALABRE, L. 2009, p. 85.

A Tabela 1 apresenta um sistema muito corriqueiro dos órgãos gestores de cultura. Vê-se a predominância da cultura acoplada a outras secretarias (72%), como é o caso de São João da Barra, onde a pasta é de Educação e Cultura. Ao analisar a divisão das secretarias dos municípios brasileiros, observa-se que São João da Barra faz parte dos municípios brasileiros que a secretaria de cultura está acoplada com outra secretaria. No caso, sanjoanense foi criado e regulamentado no final dos anos de 1970 à secretaria de Educação e Cultura, gestora dos procedimentos que envolvem as políticas públicas culturais. Segundo funcionários

¹⁰ Informações da Dissertação de Mestrado do Programa de Políticas Sociais, da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Bruno Azevedo da Costa, 2015. Com a temática: "Aplicação de Verbas, Poder Público Local, Políticas Culturais: Análises e Perspectivas do Carnaval de São João da Barra".

municipais da época, anteriormente, as atividades de cultura eram promovidas pela secretaria de Turismo¹¹. Com o passar dos tempos, ocorreram mudanças na realidade das gestões municipais de cultura, como ocorreu também em outros lugares do País (CALABRE, 2009), e os munícipes sanjoanenses organizou diversas atividades culturais em vários segmentos, como festivais de teatro, de música, encontro de bandas de fanfarras, criou medalhas de mérito e apresentações artísticas, ocupando e transformando o espaço da cidade em palco, promovendo a cultura.

Mesmo assim, em suas análises, Calabre presenciou uma crescente institucionalização na área no âmbito municipal, com a criação de secretarias, mesmo em conjunto com outras áreas, além da formação de conselhos, criação de fundações, fundos¹² de financiamento e qualificação dos gestores culturais, tendo em vista que a cidade ou o município são considerados lócus especial dentro da gestão pública (CALABRE, 2009).

Grande é a importância das políticas culturais, utilizando a cultura como meio de promover e incentivar, como mencionou Calabre (2009) acima, a importância da institucionalização e criação de fundo, fundação, planos¹³ de cultura, entre outras formas para a gestão pública. Dessa forma, para entender os anseios e necessidades da criação do Plano Municipal de Cultura e o Fundo Municipal de Cultura para São João da Barra, foi realizada uma entrevista com Bruno Costa, Conselheiro Estadual de Política Cultural do Norte Fluminense, com perguntas relacionadas às políticas culturais, à criação do fundo, plano de cultura e a relevância para os munícipes e ativistas culturais¹⁴.

¹¹ Informações da Dissertação de Mestrado do Programa de Políticas Sociais, da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Bruno Azevedo da Costa, 2015. Com a temática: "Aplicação de Verbas, Poder Público Local, Políticas Culturais: Análises e Perspectivas do Carnaval de São João da Barra".

¹² O Fundo Nacional de Cultura é um fundo de natureza contábil, com prazo indeterminável de duração, que funciona sob as formas de apoio e fundo perdido ou empréstimos reembolsos, com prioridade para a realização de seleções públicas com comissões representativas, independentes específicas, habitadas a avaliar o mérito artístico-cultural das propostas concorrentes. Constitui o principal mecanismo de financiamento de programas, projetos e ações culturais e funciona em regime de colaboração entre os entes federados, com transferência "*fundo a fundo*", e com o incentivo feito por meio da renúncia fiscal. Disponível em: <http://portal-cultura.apps.cultura.gov.br/fundo-de-cultura/>. Acesso em: 10 jan. 2019.

¹³ O Plano Nacional de Cultura prevê a elaboração de planos complementares em três níveis de execução: planos setoriais, estaduais e municipais. Disponível em: http://www.cultura.pr.gov.br/arquivos/File/Como_fazer_um_plano_de_cultura.pdf. Acesso em: 10 jan. 2019.

¹⁴ O Fundo de Cultura é um dos instrumentos que o Sistema Municipal de Cultura precisa ter para que o município seja integrado ao Sistema Nacional de Cultura. Para que o Fundo de Cultura criado possa

Iniciamos a entrevista com Bruno perguntando sobre o Conselho Municipal de Cultura, se está ativo, desde quando atua e se tem autonomia enquanto conselho. Segundo Bruno, num passado recente, teve eleição com pouca adesão, tanto de voluntários quanto de representantes, mas que existiria um Conselho Municipal de Cultura. Porém, ele não sabia se estava ativo. O entrevistado não soube dizer se os encontros mensais acontecem, afirmou não saber de convocação relacionada ao conselho. Em seguida, respondeu quando iniciaram suas atividades e se ainda estão em atividade. Bruno acredita que, no início dos anos 2000, existia o conselho municipal de cultura. Acrescenta, ainda, que o mesmo era suplente da Casa de Cultura Zé Henriques. Bruno acredita que o município de São João da Barra, assim como outros, precisa rever essa situação, isto é, a estrutura do conselho. Bruno elenca duas necessidades, sendo elas:

Primeiro, o distrital precisa de uma cadeira para o distrito, porque, sem perceber, lesam pessoas de outras localidades que querem participar. Afirma Bruno que a gente sabe que existiu cultura em todos os locais do município. Segundo, precisa-se de cadeira por segmento, por classe, cadeira de música, de dança, etc. Sem estar tudo misturado em uma única cadeira (BRUNO COSTA, ENTREVISTADO).

Dando seguimento, o entrevistado expressa sua opinião sobre a autonomia do Conselho, de forma clara e objetiva, e afirma “nunca” ter tido essa autonomia. Ratifica o entrevistado a falta de importância e prestígio do Conselho Municipal de Cultura. Para o entrevistado, deveria acontecer de forma contrária, pois o conselho tem a representação da sociedade. É importante destacar que um dos processos históricos da democracia são os conselhos. Esclarece, também, a importância e o interesse dos conselhos para positivar escolas de samba ou alguma agremiação cultural.

No decorrer da entrevista, pergunto ao entrevistado como funcionam o Plano Nacional de Cultura, Plano Estadual de Cultura e Plano Municipal de Cultura. Destaca o entrevistado que buscou muito sobre o assunto, “especificando as

receber verbas de outras instâncias (governo federal ou estadual), para isso é necessário que todo o Sistema Municipal esteja implantado. Isso significa que é preciso ter o Conselho de Cultura e o Plano Municipal de Cultura já implantados e reconhecidos pelo MinC. É o Conselho de Cultura que vai estabelecer as diretrizes gerais para o fomento à cultura e fiscalizar a aplicação dos recursos do Fundo. Mas a gestão – ordenação de despesas, desembolsos e prestação de contas – deve estar a cargo do Poder Executivo local, representado pelo titular da Secretaria Municipal de Cultura ou órgão equivalente. Disponível em: <<https://www.elaborandoprojetos.com.br/fundo-municipal-de-cultura/#.XGN19VxKjIU>>. Acesso em: 12 fev. 2019.

políticas culturais, pois teve relação com sua dissertação”. Observa que tais políticas tiveram grande destaque no governo Lula, tendo grande avanço o Plano Nacional de Cultura, com relevantes discussões nos diferentes seguimentos e regiões. Bruno acrescentou que o Plano Nacional de Cultura tornou-se bem democrático. O Plano Estadual de Cultura, em 2015, foi concretizado e obteve diversos debates nos seguimentos e desempenho regional, porém ainda está em fase de implementação, consolidação e concretização. Relata o entrevistado que

Quanto ao Plano Municipal de Cultura, dentro do Estado, as verbas que iriam para o Ministério da Cultura - tendo em vista que municípios iriam perder - o Estado, de forma habilidosa, a Secretaria de Estado e Cultura - que cita a ‘Clayde Campos’ como pessoa importante por estar ligada diretamente ao setor das políticas culturais - criou o programa PADEC (Programa de Desenvolvimento Cultural dos Municípios). A partir desse programa, surgiu o projeto de criação dos dinamizadores culturais para potencializar esses planos. Dentre os municípios que aceitaram, São João da Barra está incluído (BRUNO COSTA, ENTREVISTADO).

Bruno relata que Fernando Chagas foi dinamizador aqui de São João da Barra e que iniciou a criação do Plano Municipal de Cultura na cidade. Dessa maneira, a partir dessa ação, o município avançou, porém, o Plano Municipal de Cultura está estagnado. Chagas não chegou a concluir o Plano, a finalizar e a fazê-lo entrar em vigor. Há uma parte dele pronta, mas ainda precisa ser finalizado.

São João da Barra deu início à criação do Plano Municipal de Cultura¹⁵, tendo quadro de horário e datas para as reuniões, que foram debatidas por segmento. Segue o quadro:

¹⁵ A elaboração do Plano Municipal de Cultura de São João da Barra, iniciado em 16 de dezembro com a participação do dinamizador da Secretaria de Cultura do Estado, Fernando Chagas, prossegue esta semana com reuniões setoriais para debates e definições de ações e metas que constituirão o documento. Ao todo são seis reuniões divididas por ramos culturais e todos os agentes de cultura e cidadãos sanjoanenses com interesse no assunto estão convidados a participar. Disponível em: < <http://www.sjb.rj.gov.br/noticia-4288/plano-municipal-de-cultura-em-elaboracao>>. Acesso em: 10 jan. 2019.

Tabela 2 - Quadro de reuniões por setor para elaboração do Plano Municipal de Cultura de São João da Barra

Setor Patrimonial	05/01/16 (terça)	15h	Palácio Cultural Carlos Martins
Setor de Artes Visuais e Artesanato	05/01/16 (terça)	18h	Estação das Artes Derly Machado
Setor de Cultura Popular	06/01/16	15h	Centro Cultural Narcisa Amália
Setor de Música	06/01/16	18h	Auditório da Banda União dos Operários
Setor de Artes Cênicas	07/01/16	19h	Cine Teatro São João
Setor de Dança	07/01/16	15h	Palácio Cultural Carlos Martins

Fonte: www.sjb.rj.gov.br/noticia-4288/plano-municipal-de-cultura-em-elaboracao

No decorrer da entrevista, perguntamos sobre a importância do Fundo Municipal de Cultura enquanto políticas culturais, e se há o mesmo no município. Para Bruno,

É primordial a questão do planejamento. Hoje em dia não se faz cultura sem planejar, seja ela qual for. Precisa de ações e metas para realizar as atividades culturais. Para o Plano Municipal de Cultura existe, mas ações, as diretrizes, curto prazo, médio prazo e longo prazo, exemplifica o entrevistado, com o objetivo de destacar o museu que o município não tem. Mas todas as medidas e etapas estarão incluídas na elaboração do Plano Municipal de Cultura. Porém, enfatiza o entrevistado, para que isso aconteça, o plano precisa ser discutido e reelaborado para, posteriormente, virar lei e ser cobrado aos gestores pelo conselho. Assim, com uma administração autônoma, traz o exemplo da Fundação Municipal de Cultura, o Plano Municipal de Cultura é um mecanismo fundamental. Comparo ao CPF (Conselho, Plano e Fundo), descreve Bruno que hoje temos um conselho inativo, Plano Municipal de Cultura pela metade e Fundo Municipal de Cultura só a lei, sem regulamentação.

Quanto à existência do Fundo Municipal de Cultura, o entrevistado destaca que esse é outro problema, relata que as pessoas confundem Fundação com Fundo, mas que ambos são totalmente distintos e explica a diferença:

Fundação Cultural seria uma autonomia administrativa para a cultura do município, que hoje está atrelada à secretaria de educação e cultura. Há uma grande dificuldade de se ter as duas pastas juntas (educação e cultura). São João da Barra tem potencial cultural e merece uma fundação (BRUNO COSTA, ENTREVISTADO).

O entrevistado se questiona e quer entender o porquê do município não ter uma fundação. Relata que as próprias nomeações para a fundação ocorrerão pelo gestor. Acredita, ainda, que as coisas só vão caminhar com a devida autonomia, com o desligamento da educação. Assim, observa-se que, de acordo com afirmação dos dados obtidos pelo IBGE com a Tabela 1, o percentual das secretarias em conjunto traz a necessidade de desvincular a cultura das outras, tornado-a autônoma e independente.

Tendo a fundação com orçamento e infraestrutura própria, com os diversos segmentos, cultura popular, dança, música e artes cênicas, entre outros, o entrevistado relembra que a fundação existe e não foi regulamentada. Compara o Fundo Municipal de Cultura a mesma situação da Fundação Municipal de Cultura, porém, não existe somente uma discussão sobre o fundo. O entrevistado menciona que foi ao Rio de Janeiro, ao setor estratégico, para saber como encaixaria o fundo, estando o projeto de fundo pronto e na mão do poder público. Bruno entende a necessidade de potencializar a cultura, porque o fundo é o captador de recursos.

Por meio do Fundo Municipal de Cultura, os espetáculos que acontecem no Cine Teatro São João, poderão ser cobrados e arrecadados para o fundo; pode ter doações para o fundo; fechar parcerias com as empresas portuárias para o fundo. O fundo é a grande questão financeira, sendo “as pernas da cultura” (BRUNO, ENTREVISTADO).

O entrevistado acentua que tudo isso está para acontecer, pois os repasses do Fundo Nacional serão de Fundo para Fundo, de forma que, o município que não tiver fundo, ficará de fora.

PROJETO DE LEI nº /2017

Institui o Fundo Municipal de Cultura de São João da Barra - FMCSJB,
e dá outras providências.

Art. 1º Fica instituído o Fundo Municipal de Cultura de São João da Barra - FMCSJB, vinculado à Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SEMEC), instrumento de financiamento da política pública municipal de cultura com a finalidade de aportar recursos para projetos de natureza artístico-cultural.

Art. 2º. O FMCSJB é um fundo de natureza contábil especial, que funcionará sob as formas de apoio com recursos não reembolsáveis ou outras formas de empréstimos reembolsáveis conforme estabelecer o regulamento, e o seu processo de prestação de contas será encaminhado ao órgão de Controle Interno.

Art. 3º. O Fundo será instalado na sede da Secretaria de Educação e Cultura, na Br-356.

Art. 4º Constituem recursos do FMCSJB:

- I. Dotação prevista na Lei Orçamentária Anual - LOA;
- II. Doações, contribuições ou legados de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras;
- III. Recursos provenientes de repasses do Fundo Nacional de Cultura e do Fundo Estadual de Cultura;
- IV. Recursos provenientes de acordos, convênios ou contratos celebrados com entidades, organismos ou empresas, públicos ou privados, nacionais e internacionais;
- V. 0,5% da arrecadação do ISSQN;
- VI. Produto de rendimentos de aplicações financeiras;

Figura 6 - Projeto de Lei nº /2017 - Fundo Municipal de Cultura de São João da Barra – FMCSJB
Fonte: Entrevistado Bruno Costa.

Salienta Bruno Costa que o projeto da Fundação foi entregue ao governo no momento exato e que o mesmo está aguardando os trâmites legais para colocar em ação a legalização da Fundação Municipal de Cultura para o município de São João da Barra.

O Fundo será o principal mecanismo de financiamento da cultura. O projeto prevê recursos oriundos da própria Lei Orçamentária Anual (LOA), além de doações, recursos provenientes de repasses do Fundo Nacional de Cultura e do Fundo Estadual de Cultura, recursos proveniente de acordos, convênios ou contratos celebrados com entidades, organismos ou empresas, públicos ou privados, nacionais e internacionais, além de divisas por concessão, cessão e permissão de

uso relativo aos equipamentos culturais. A proposta consolida também resultado financeiro de eventos e promoções realizados com objetivo de angariar recursos para o Fundo, dentre outros mecanismos¹⁶.

É preciso estar atento quanto às necessidades e problemáticas de São João da Barra, quanto à importância da atuação do Conselho Municipal de Cultura estar ativo e participativo, nas questões culturais, em conformidade com o poder público; a necessidade da criação do Plano Municipal de Cultura em consonância com a Fundação Municipal de Cultura para que se possa, futuramente, receber repasses e doações feitas à cultura, entendendo que há um projeto de lei, mencionado por Bruno Costa, que faça os repasses da cultura “fundo a fundo”. Então, por que não colocar em ação essas ferramentas que são de grande valia para o município? Qual entrave em ter autonomia na cultura? São questões que precisam ser resolvidas para as políticas culturais começarem a acontecer no município. Por hora, as políticas culturais não estão tão presentes e atuantes.

¹⁶ Disponível em: Folha 1. http://www.folha1.com.br/_conteudo/2017/06/cultura_e_lazer/1220721-projeto-estrutura-fundo-de-cultura.html. Acesso em: 10 jan. 2019.

4 A FESTA DE NOSSA SENHORA DA PENHA: PADROEIRA DOS PESCADORES DE SÃO JOÃO DABARRA

4.1 Perfil dos entrevistados

Neste segmento analisamos as entrevistas semiestruturada aberta feita com nativos do distrito de Atafona, contudo, decidimos dividir as entrevistas em três grupos que são: os moradores de Atafona; a Irmandade de Nossa Senhora da Penha e Orgão Público, porque há a possibilidade de um entrevistado fazer parte de um grupo ou de todos, sendo assim, a escolha partiu desse princípio. Desta forma, para analisar as entrevistas, utilizamos análise de conteúdo, assim, facilitará nosso entendimento por meio dos dados obtidos. Para W. Bauer e George Gaskell (2002, p. 190) a análise de conteúdos é:

e apenas um método de análise de texto desenvolvido dentro das ciências sociais empíricas. Embora a maior parte das análises clássicas de conteúdo culminem em descrições numéricas de algumas características do *corpus* do texto, considerável atenção está sendo dada aos "tipos", "qualidades", e "distinções" no texto, antes que qualquer quantificação seja feita. Deste modo, a análise de texto faz uma ponte entre um formalismo estatístico e a análise qualitativa dos materiais (BAUER e GASKELL, 2002, p. 190).

Para alcançar melhor percepção dos dados, definimos quatro categorias: economia, fé, memória cultural e política partidária para tentar encontrar a percepção dos nativos no decorrer da entrevista com relação à festa de Nossa Senhora da Penha. As categorias irão facilitar a leitura dos dados, pois cada entrevista receberá um título, – de acordo com a categoria que está mais em evidência - nome do entrevistado e idade. Na construção de um referencial ou sistema de categorias encontramos, “[...] a natureza das categorias, os tipos de variáveis de código, os princípios organizadores do referencial de codificação, o processo de codificação e o treinamento para codificação [...]” (BAUER e GASKELL, 2002, p. 200).

Os dados analisados a seguir originam-se de 09 entrevistas realizadas no decorrer da pesquisa, com o nome do entrevistado e as 4 (quatro) categorias – economia, fé, memória cultural e política partidária – pode ser acompanhado no quadro que segue.

Quadro 1 – Entrevistados e as categorias

ENTREVISTADOS	CATEGORIAS			
	ECONOMIA	FÉ	MEMÓRIA CULTURAL	POLÍTICA PARTIDÁRA
VIVIANE MEIRELES	0	1	4	1
FERNANDO ANTÔNIO	0	3	5	3
FLÁVIA E EMILTON	0	7	5	1
MARIA DAS DORES	1	5	4	1
SÔNIA FERREIRA	3	7	6	1
FÁBIO PEDRA	1	5	3	2
MARILDA SOARES	2	5	3	1
ELENILCE NUNES	0	4	3	0
ADYVAN PEDRA	5	6	10	1
JOSÉ AUGUSTO	1	4	3	1

Fonte: Elaborado pelo autor.

A definição das categorias ocorreu no momento que analisamos as entrevistas, assim, pude criar categorias que tivesse ligação com as entrevistas. Sendo assim, definimos economia quando se tratava da festa de Nossa Senhora da Penha como momento de elevar a economia de Atafona por meio dos festejos. Percebemos que nas entrevistas a festa era compreendida como meio de “ganhar dinheiro” e aparecia palavras relacionadas, a categoria economia estava em evidência na fala daquele nativo.

A categoria fé foi definida quando os moradores compreendiam a festa como marco de fé, devoção, milagre, quando o entrevistado respondia e palavras relacionadas a fé estavam presentes, categorizavamos como fé aquela resposta. A categoria memória cultural está relacionada a todo fato ou historia que o entrevistado buscava do passado e o relacionava a festa, sendo um fato que mudou ou não, uma tradição da festa que mudou ou não, até mesmo, uma história que lembrasse naquele momento qualquer período de sua vida, assim, denominamos de memória cultural. A categoria política partidária foi definida no momento em que o entrevistado fez menção a Prefeitura Municipal de São João da Barra ou quando

mencionava a prefeita, vereadores ou alguma entidade pública, desta forma, fica estabelecida a categoria política partidária.

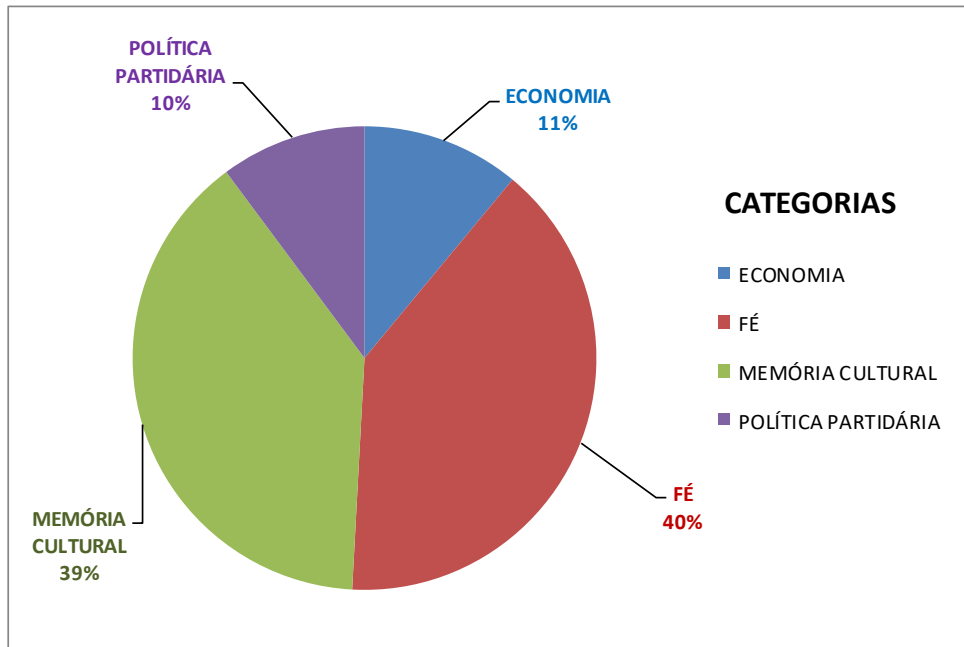


Figura 7 - Gráfico Geral das Categorias
Fonte: Elaborado pelo autor.

A Figura 7 foi elaborada por meio dos dados do total de vezes que cada categoria aparecia no decorrer das entrevistas. Com os dados foi feita uma somatória geral e foi possível criar Gráfico Geral das Categorias, ilustrando e mostrando qual categoria ficou com mais evidência ao reunir todas as entrevistas e dividir nas categorias: economia, fé, memória cultural e política partidária. Assim, pode-se notar que a categoria fé é a que mais apareceu, com 40%; logo em seguida a categoria memória cultural, com 39%, a categoria economia com 11% e a categoria política partidária com 10%. A seguir, estão os relatórios dos 9 (nove) entrevistados, criamos títulos para cada perfil, mais nome e idade de cada um.

Perfil 1 – Memórias de um passado familiar

Fernando Antônio Lobato Borges, 57 anos

A entrevista com Fernando foi realizada na terça-feira, dia 25 de setembro de 2018, às 15h, na casa do entrevistado, em São João da Barra. Antes de iniciar com

as perguntas, expliquei o tema do trabalho e logo em seguida entreguei os termos de liberação do uso de imagem e áudio, para posteriormente iniciarmos a entrevista.

Fernando, também conhecido pelos mais próximos como “Feú”, apelido dado por sua mãe quando criança, porque seu nome era muito forte para uma criança, por isso o apelido. Mas, ele deixa bem claro, que não aceita ser chamado por qualquer pessoa, mas sim, por aqueles que ele tem intimidade. Fernando é conhecido no município de São João da Barra por ser um historiador muito respeitado e por ter uma vasta coleção de livros em sua casa, criando uma biblioteca particular, inclusive sobre a história de São João da Barra.

A entrevista é categoricamente marcada pela categoria da memória cultural, por ser a que mais apareceu. Algumas falas marcam essa categoria, logo na primeira pergunta, quando perguntei sobre sua participação na festa da Penha e qual a função que desempenhou, o entrevistado lembra que já foi membro da irmandade e sempre contribuiu com alguma informação histórica e participava, como acompanhando a procissão no dia da festa. Acrescenta que foi irmão durante muito tempo, no período da década de 80 e contou às dificuldades que a irmandade tinha, pois relatou que não tinha ninguém para receber a ajuda, muitas das vezes esqueciam ou ele mesmo teria que ir a igreja para realizar o pagamento da ajuda ofertada pelos irmãos.

Enfatizando a categoria da memória cultural, na segunda pergunta o historiador narra sobre o início dos festejos de Nossa Senhora da Penha, diz ser uma tradição muito antiga. São João da Barra tinha contato direto no século XVIII, muito intenso com Espírito Santo, que por conta desse contato possibilitou trazer para região o culto de Nossa Senhora da Penha por conta do culto de Nossa Senhora da Penha de Vila Velha. Assim, desenvolve-se o culto de Nossa Senhora da Penha também em São João da Barra.

Fernando descreveu detalhes da localidade que iniciou, menciona que foi na Barra, atual Atafona, distrito de São João da Barra. Acrescenta que na antiga Barra, há uma devoção de Nossa Senhora da Penha, porém, antigamente, na mesma localidade era a fazenda de Dona Francisca Barreto, esposa do traficante de escravos Joaquim Thomaz de Farias, “que eram donos de tudo aquilo ali”, relatou Fernando.

Sendo assim, Dona Francisca sabendo da existência da devoção, doou uma faixa de terra, descrita em escritura no cartório da extensão dessa terra, com a

condição de se construir a igreja independente da existência da irmandade. Posteriormente a doação da terra, inicia-se a construção da igreja nos anos de 1860. O entrevistado trouxe um dado importante, sobre a possível obra finalizada em 1868, quando Fernando José Martins disse em seu livro: “Vê se uma majestosa capela sendo construída na Barra em louvor de Nossa Senhora da Penha”, o autor publicou em 1868, por isso, acredita Fernando que percebe que nesse período estava sendo construída a capela. Outras categorias aparecem na entrevista, como fé e política partidária, porém, não com tanto destaque que a memória cultural.

Por fim, o entrevistado disponibilizou seu acervo para a pesquisa, inclusive jornal encadernado de sua família, que ajudou muito na sistematização de fotos, jornais e documentos. A entrevista não durou muito tempo, pois o entrevistado é direto nas respostas, terminamos por volta das 15:24h.

Perfil 2 – A fé do pescador de Atafona

Flávia Riscado Gonçalves, 41 anos e Emilton Monteiro Magalhães, 48 anos

Quando decidi pesquisar sobre a festa de Nossa Senhora da Penha, entendia a importância de ter uma aproximação com os moradores de Atafona, porque são meus interlocutores da pesquisa. Assim, mesmo sendo munícipe há 27 anos, morava na sede, mas tinha contato superficial com a localidade de Atafona, até por que, trabalhei como professor de educação física e tive muito contato com os moradores. Assim, lembrei-me de Flávia no período que ministrei as aulas e perguntei se poderia me ajudar a adentrar na comunidade, pois era uma pessoa conhecida lá.

A moradora me ajudou a encontrar os entrevistados que tinham ligação ou história com a festa da Penha, possibilitando em futuro material para pesquisa. Expliquei o porquê da pesquisa e a devolutiva para a localidade, a mesma ficou animada e sugeriu que entrevistasse o marido dela, o Emilton. Flávia me explicou que durante muito tempo seu marido trabalhou com a pesca, porém, por conta de problemas de saúde, hoje não pode trabalhar mais com a pesca e está acamado sem conseguir andar, mas disse que ele poderia ajudar com a entrevista sim.

A entrevista foi realizada na quarta-feira, dia 03 de outubro de 2018, na casa dos entrevistados, em Atafona. Inicialmente, seria entrevistado somente o Emilton,

pois Flávia disse que não queria, contudo, no decorrer da entrevistada, sua esposa, se sentiu a vontade com as perguntas e contribuiu de forma espontânea. Iniciou às 10h, posteriormente com entrega dos termos de liberação do uso de imagem e áudio, para assim, darmos início a entrevista.

Ficou notório que a categoria fé está em evidência, porque apareceu 7 (sete) vezes no decorrer da entrevista. O pescador e sua esposa, falam da santa e de seus milagres com muita fé, amor e carinho. Acredita veemente nos milagres concebidos por Nossa Senhora da Penha a cada devoto. Assim, Flávia contou sua história do falecimento do pai, que sofria de câncer. A entrevistada mencionou que as pessoas são egoístas, mas pediu a Nossa Senhora da Penha que fizesse o melhor pelo pai, porque sofria de muitas dores por causa da enfermidade.

Flávia contou que no sábado de aleluia, antes de ir trabalhar fazendo unhas, visitava o pai que estava acamado, porém, chegando próximo à porta da sala, a mesma viu a imagem de Nossa Senhora da Penha com o menino Jesus em seu colo estendendo a mão para o pai dela, com uma luz em cima dele. Segundo Flávia, horas depois o pai dela veio a óbito. Lembra a esposa do pescador que se sentiu confortada pela santa ter feito o melhor. Pois ao ter pedido a santa, que se ela fizesse o melhor para o pai, a devota faria tudo pela festa de Nossa Senhora da Penha. Lembra que o fato aconteceu uma semana antes do festejo da Penha, mas na semana da festa, mesmo devastada, estava lá ajudando em tudo que precisava.

A entrevistada relatou ainda que as pessoas pareciam não ter entendido a presença dela na festa, após uma semana de falecimento do seu pai. Mas ela estava ali agradecendo pela intercessão da santa ao seu pai. Ressalta que ela ajuda em tudo na festa, do momento que acorda até madrugada. No período do festejo não faz as atividades domésticas em casa e que o marido come de quentinha pela falta de tempo e suas ocupações com a Nossa Senhora da Penha.

Logo em seguida, Flávia enfatizou que seu marido compreende que a esposa está servindo a Deus e a Nossa Senhora da Penha; e o próprio Emilton confirma a importância da ajuda de sua esposa na organização do festejo. Outro fato que marca a categoria fé tão presente na entrevista é quando Emilton recorda do milagre concedido a mãe dele. Conta o pescador, que o irmão mais velho teve uma doença, porém, naquela época não tinha recurso suficiente para levar para outro lugar. Assim, a mãe do pescador levou o irmão a São João da Barra, porém, voltou para casa pela falta de tratamento, segundo o pescador. Mas, uma senhora levou a mãe

e seu filho adoentado aos pés de Nossa Senhora da Penha, porque os médicos já tinham informado que não havia tratamento. A mãe se ajoelhou aos pés da santa e disse que entregaria seu filho a santa, se a santa o curasse. Acrescenta o entrevistado que a mãe mencionou que Nossa Senhora da Penha, seria a madrinha de batismo do seu filho. Assim, com a cura de seu filho, Nossa Senhora da Penha tornou-se a única madrinha do irmão do pescador.

Ao longo da entrevista apareceram as categorias memória cultural e política partidária, entretanto, economia não aparece no decorrer da entrevista. Finalizamos nosso encontro por volta das 10:26h, não durou muito também o nosso encontro. Muitas respostas eram objetivas, mas, quando se tratava de Nossa Senhora da Penha, era notório a paixão e amor ao falar dos acontecimentos promovidos pela santa e para santa.

Perfil 3 – Lembranças valiosas de amor e devoção

Maria das Dores Riscado Gonçalves, 69 anos

A próxima entrevistada, a Maria das Dores, foi uma sugestão de Flávia, pois além de ser sua mãe e mora ao lado da casa de Flávia, faz parte da irmandade de Nossa Senhora da Penha. A entrevista foi realizada numa quarta-feira, dia 03 de outubro de 2018, na casa da entrevistada, em Atafona, no bairro da CEHAB. Iniciamos a entrevista com a senhora Das Dores, como gosta de ser chamada. Às 11h iniciamos com entrega dos termos de liberação do uso de imagem e áudio.

Antes de iniciarmos a primeira pergunta, a senhora Das Dores estava com vergonha de participar da entrevista. Mencionou até que não tinha muita informação que pudesse ajudar, porém, foi uma das entrevistas mais emocionantes! Sempre fala de Nossa Senhora da Penha com muita gratidão, pensando nas graças concebidas em sua vida e de sua família. Percebe-se um amor infinito e uma devoção que podemos “sentir”. Mas, no decorrer da entrevista, aos poucos, consegui deixá-la vontade para falar, sem medo.

Iniciei perguntando sobre sua participação na festa e desde quando ajuda nessa função. Das Dores sempre ajudou em tudo. Desde, na época da antiga zeladora Emilinha e “Aidê” – conhecida como Dona Morena-, explica a entrevistada que antes não utilizava o termo presidente e provedora, que utilizava zeladora,

ocorrendo a mudança atualmente para provedora. Dona Morena, sempre a convidava para ajudar a rezar os terços e ladainhas cantada na igreja de Nossa Senhora da Penha, quando vinha a irmandade de São João Batista para rezar e mais a ladainha cantada, composta pelo terço primeiro e o “estrído” – conhecido como tríduo pascal¹⁷ - da festa. Emocionada, fala que sempre foi e será devota e apaixonada por Nossa Senhora da Penha. Em lágrimas, menciona que tudo que ela pede a santa intercede por mim, pelas graças alcançadas, não são graças para obtenção de bens materiais e sim pela minha saúde e de minha família. Conta o milagre que aconteceu sua terceira filha que nasceu sem poder andar até os dois anos de idade. Levava aos médicos e os mesmos sugeriam botas ortopédicas, mas naquela época não tinha condições de comprar, pois a renda da família não dava e o marido era padeiro e ainda sofreu um acidente e ficou 3 (três) meses sem poder trabalhar. Em seguida, quebrou o braço e ficou mais um ano sem poder trabalhar. Mas, sempre pedia a Deus e a Nossa Senhora da Penha para interceder por ela, para que a filha pudesse voltar a andar.

Lembra que ensinaram colocar os pés da filha logo assim que o cavalo terminasse de passar, mas não deu certo. Emocionada, conta a senhora Das Dores, que foi Nossa Senhora da Penha que ela alcançou a graça, que aos dois anos de idade sua filha deu as primeiras passadas, começou a andar e nunca mais teve problema. Hoje ela é casada e não teve mais problemas para andar. Menciona na sexta pergunta, quando pergunto o porquê de ser Nossa Senhora da Penha ser a devota dos pescadores e não Nossa Senhora dos Navegantes ou São Pedro. Afirma a entrevistada que os três estão incluídos.

A entrevistada explica, que os pescadores antes de sair em alto mar e quando retornam, vão à igreja de Nossa Senhora da Penha para realizar suas orações. Os pescadores fazem as mesmas coisas com Nossa Senhora dos Navegantes e São Pedro. Os pescadores têm um laço muito forte com Nossa Senhora da Penha, uma relação de afeto, mas os pescadores são devotos de todos os três, acrescenta à entrevistada. É perceptível a todo o momento, na fala de Das Dores um amor pela santa da Penha, sendo, a categoria da fé uma das que mais aparece no decorrer

¹⁷ Equivale a três dias de orações e celebrações religiosas, em devoção a uma entidade pertencente a qualquer religião ou credo. Semana Santa, também conhecida como Semana Maior, não por ter mais dias, mas por que nela se insere o **Tríduo** Pascal, composto por Quinta-feira Santa, Sexta-feira Santa e Sábado Santo, culminando com a Solene Vigília Pascal. Disponível em: <<https://www.dicionarioinformal.com.br/tr%C3%ADduo/>>. Acesso em: 24 maio 2019.

dos seus relatos. Em seguida, memória cultural, pois a tradição de como era antigamente até os dias atuais, estão vivas para Das Dores. Já as categorias economia e política partidária só aparecem uma vez no decorrer da entrevista. Terminamos a entrevista às 11h33min, pois foram muitas histórias interessantes e marcos de fé na vida de Maria das Dores e que tive o prazer e oportunidade de escutar.

Perfil 4 – A veranista devota de Nossa Senhora da Penha

Sônia Terra Ferreira, 74 anos

Essa entrevista aconteceu no mesmo dia da senhora Maria das Dores, pois a maioria dos entrevistados mora no centro da localidade de Atafona, onde localiza-se o Santuário Mariano Diocesano de Nossa Senhora de Nossa Senhora da Penha. A entrevista foi realizada com Sônia Terra Ferreira, anteriormente presidente da irmandade de Nossa Senhora da Penha, na quarta-feira, dia 03 de outubro de 2018, na casa da entrevistada, em Atafona, de frente para o mar que está avançando a cada dia, trazendo muita preocupação para os moradores de Atafona.

Iniciamos a entrevista às 11h50min, no entanto, ao entrar na casa da entrevistada, percebo um altar montado pela mesma, com a imagem de Nossa Senhora da Penha. Chamou minha atenção, pelo cuidado com a imagem da santa, pois estava em uma redoma de vidro, com flores e tecido, tudo feito com muito amor e devoção, segundo relatou Sônia. Em seguida, explico que a devolutiva da pesquisa, depois de pronta, será um exemplar para a comunidade com a história de Nossa Senhora da Penha e posteriormente, pensar junto ao órgão público em elaborar uma cartilha para quem vem passar veraneio e para própria localidade por conta do festejo religioso, assim, conhecer a história e relação dos atafonenses com Nossa Senhora da Penha.

A entrevista é destacada pela categoria fé, contudo, as outras categorias aparecem, mas não na mesma proporção. Logo na primeira pergunta observamos a categoria fé presente, quando damos início perguntando como participava da festa de Nossa Senhora da Penha, na dúvida do período, se era antigamente ou nos dias atuais, a entrevistada Sônia me perguntou: “Hoje ou na época de presidente da irmandade de Nossa Senhora Penha?”. Eu respondi nos dois períodos. Assim, inicia

sua fala que mesmo antes dela vir morar em São João da Barra, pois era do Rio de Janeiro, participava da festa de Nossa Senhora da Penha em Atafona como veranista. Acrescenta que todo ano saía do Rio de Janeiro e vinha para os festejos da santa em Atafona, por ter muita devoção à santa.

Contou que quando veio morar em Atafona, por ela ser uma pessoa católica praticante, começou a frequentar a igreja e a se envolver com a comunidade. Em 2003, Sônia conta que Dona Ermelinda, presidente da irmandade nessa época, acrescenta que nesse mesmo ano, a entrevistada era muito ligada à presidenta e tudo que acontecia na festa. Dona Ermelinda pediu licença ao padre Francisco para sair do comando da irmandade, porque ela iria ser candidata à vereadora. Assim, o padre realiza uma comissão com a irmandade para alguém dar seguimento ao mandato de presidente da irmandade até a próxima eleição. Foi então, quando Sônia assumiu a presidência provisória da irmandade.

Posteriormente, tem a eleição, da chapa da Sônia ganha e permanece com os cuidados com a igreja e com a festa. Mencionou que sua diretoria permaneceu por 13 anos. Acrescenta quanto aos cuidados com a igreja, sendo de responsabilidade administrar tudo relacionada à igreja, pois a festa era planejada o ano inteiro, além de cuidar dos patrimônios da santa. Relatou que o ápice ocorre na festa de Nossa Senhora da Penha, sendo o momento de maior demonstração de fé. A entrevistada mencionou os riscos que sentia com o peso da responsabilidade e pela quantidade devotos que frequentavam a festa; pela aglomeração e pelas atividades que envolvem risco aos participantes.

Assim, ela entendia que toda responsabilidade cabia à irmandade a qual era presidente. Menciona a gratificação de estar presente na elaboração, observar que todos participam da elaboração. Ressalta que é visível o amor de todos com a santa, isso no período que foi presidente. Agora, nos dias atuais, conta que em 2015 ela pede para sair da irmandade, porque a mãe dela veio morar com ela e precisava de cuidados e atenção. Desta forma, frente à impossibilidade de continuar com seu mandato, Sônia conversa com Viviane Meireles, atual provedora - mudando o termo de presidente para provedora – da irmandade de Nossa Senhora da Penha, que montou sua chapa e foi eleita e reeleita em julho do ano corrente, ratifica Sônia que está junto de Viviane para o que ela precisar no decorrer do seu mandato.

Na sétima pergunta, questiono o porquê de ser Nossa Senhora da Penha ser considerada a devota dos pescadores e não Nossa Senhora dos Navegantes ou São

Pedro. A entrevistada relata que os pescadores são devotos da santa, porque já existem muitos milagres narrados pelos pescadores que estavam em situações difíceis no mar e clamaram pela santa, foram atendidos e voltaram sãos e salvos para casa. Afirma a entrevistada, “isso é real!”. As histórias dos milagres vão passando de geração em geração.

Quanto a Nossa Senhora dos Navegantes, Sônia desconhece ou ouviu falar de milagres feito pela santa, explica que a santa é linda e misericordiosa, considera também ser uma santa mística e ter uma ligação com iemanjá, com lado africano da religião e não com a católica. Sendo assim, a entrevistada desconhece qualquer milagre efetivo da santa. Já São Pedro, menciona ter sido o primeiro papa, sabe de todas as histórias de São Pedro, muito ligado a Jesus, então alega Sônia, “a gente não questiona nada de São Pedro”, explica a entrevistada. Encerramos a entrevista às 12h57minh, foi uma das entrevistas com duração longa, contudo, rica em detalhes.

Perfil 5 – O desejo de mudança da criança fervorosa

Fábio Pedra Cardoso, 42 anos

O entrevistado foi uma sugestão da Flávia Riscado, porque sabia que o Fábio poderia ajudar muito a pesquisa e enriquecer com suas histórias, pois sempre está ajudando nos festejos em homenagem a Nossa Senhora da Penha. Assim, a entrevista foi realizada na terça-feira, dia 09 de outubro de 2018, na casa de Flávia Riscado, em Atafona. Fábio, é professor de história, ficou durante muito tempo a frente da diretoria da irmandade e hoje está afastado das atividades da igreja, porém, não deixa de ajudar.

Iniciamos a entrevista às 15h53minh, entregamos termos de liberação do uso de imagem e áudio, para posteriormente começar a entrevista. Antes de iniciar com o roteiro de perguntas semiestruturadas abertas, explico o projeto, falo sobre a temática, o objeto de estudo e o porquê da entrevista. Uma pergunta recorrente entre os entrevistados é sobre o retorno do projeto para comunidade. Assim, sempre explico que a devolutiva, depois do projeto pronto, será um exemplar para a comunidade com a história de Nossa Senhora da Penha e posteriormente, pensar junto ao órgão público uma política pública voltada para a festa, até mesmo a

elaboração de uma cartilha para quem vem passar veraneio em Atafona querendo conhecer a história da festa e relação dos atafonenses com Nossa Senhora da Penha.

Ao responder a primeira pergunta, sobre a participação do entrevistado nos festejos da Penha, Fábio relata que desde criança participava da festa, sempre com vontade de realizar algumas mudanças. Menciona que ajudava na confecção da programação, sempre pensando no sentido de mudar a festa, porque a festa era muito bonita e sempre tinha a participação de muita gente, no entanto, o entrevistado desde criança se perguntava: “Por que a festa da Penha sendo tão grandiosa tem tão pouco apoio da prefeitura e a festa do padroeiro São João tinha tanto apoio e tão pouco público?”.

Contou que após muitos protestos, a prefeitura muda o conceito com a festa da Penha, sendo uma festa de multidão, que ocorre no coração e na alma das pessoas. Todos ficam sempre envolvidos com o festejo, passando de geração em geração. Quando chega o final de março e começo de abril, o espírito das pessoas muda, o vento, o ar ficam diferente. Compara o período da festa com o natal, período de encontro das famílias, as pessoas se preocupam em arrumar suas casas, comprar roupas novas, há toda uma preparação para festa. A população anseia essa festa o ano inteiro, menciona que essa preparação vem desde antigamente, pois liam nos relatórios que as pessoas vinham de várias regiões, por exemplo, as pessoas vinham de barco de Gargaú, trazendo suas barracas; do açu e do quinto distrito, vinham pela praia a cavallo.

Naquela época, as pessoas de Campo, sempre foram os mais “fortes na devoção”, assim, como os fidelenses, que vinham na linha da Leopoldina, chegavam de manhã, arrumando os altares e os andores, inclusive o andor de Nossa Senhora da Penha, relatou o entrevistado. O historiador conta que o pessoal de Campos, São João da Barra e São Fidélis, saíam nos batelões, nos grandes barcos e se encaminham para ir cantar no coral do Convento da Penha.

São João da Barra por muito tempo pertenceu à capitania do Espírito Santo, portanto, explica que os sanjoanenses se identificam mais com os capixabas do que com os cariocas. Acrescenta que todos os anos frequentavam e cantavam, constata que a região sempre foi muito boa de cultura. Segundo relatos que o entrevistado escutava, certo dia, teve uma tempestade na boca da barra, a embarcação estava naufragando e eles recorreram à intercessão de Nossa Senhora, prometendo o

seguinte, “se eles sobrevivessem aquele milagre, eles fariam naquele local uma igreja em honra a Nossa Senhora da Penha”.

Sendo assim, o milagre aconteceu e a fama de Nossa Senhora da Penha se espalhou, no mesmo ano do milagre concebido, os campistas e os sanjoanenses se reuniram para fundar uma irmandade, com o objetivo de erguer um templo para Nossa Senhora da Penha. Dona Francisca, que era devota de Nossa Senhora da Penha de Vitória, que era o título da santa, nem de Vila Velha era, pois não aparecia no momento, prometeu doar o terreno grande, mas se não construíssem a igreja num determinado tempo, ela pegaria o terreno de volta.

Desta forma, em pouco tempo foi construída a igreja da Penha. Segundo o entrevistado, na igreja da Penha tem um baú, com a data de 1881, sendo o ano da primeira festa que fez de Nossa Senhora da Penha, vindo gente de todos os lugares a prestigiarem. Destacou ainda, após o milagre na Boca da Barra mencionado acima, fez o nome da santa se propagar, multiplicando o número de devotos que participavam da festa. Destaca que a missa é o ponto alto da fé, mas a procissão terrestre, que acontece na segunda-feira é o ponto principal da festa. “Porque na procissão tem uma energia como nenhuma outra hora, um encontro de muitas coisas para quem está ali para renovar sua fé, o ano só começa para a comunidade após a festa de Nossa Senhora da Penha”, enfatiza o historiador.

Quanto a devoção do povo, exemplifica o entrevistado: “pode enfeitar o andor da santa com as flores vinda da Holanda, se perguntar qual era a cor, ninguém sabe responder, porque os fieis olham para imagem da santa”. A entrevistada com o Fábio Pedra traz muitas informações, histórias e marcos importantes para pesquisa, destacando-se pela categoria de fé, porque tudo envolve a santa e para a santa, a todo o momento que entrevisto o historiador. Teve duração de mais uma hora, porém, não vimos o tempo passar, pois me sentia envolvido em cada história que contava. No decorrer, as categorias: economia, memória cultural e políticas partidárias aparecem no decorrer da entrevista, entretanto, não tão acentuado quanto a fé, pois aparece diversas vezes nas falas dos nativos.

Perfil 6 – A dona da banca e sua “arguição de fé”

Marilda Soares Nunes, 69 anos

Seguindo com as entrevistas, Flávia, sempre muito preocupada em ajudar, me levou até a próxima entrevistada. Marilda, foi indicação do Fábio Pedra, por ser famosa na reunião de reportagens sobre a santa, pesca e Atafona, conhecida também como Marilda da Banca. No dia da entrevista, a atafonense Flávia, me levou até a casa da entrevistada e me apresentou ela, disse: este é um amigo, dizia meu nome e posteriormente falava sobre o motivo que estava ali, que se tratava de uma pesquisa sobre Nossa Senhora da Penha.

Após a apresentação, era tratado como amigo da família e sentia o prazer dos entrevistados em querer ajudar e fornecer toda e qualquer informação. A entrevista foi realizada na quarta-feira, dia 17 de outubro de 2018, na casa da Marilda, em Atafona. A entrevistada foi uma sugestão de Fábio Pedra no dia que lhe entrevistei, e também, pela mesma possuir um vasto material sobre Atafona. Marilda, aposentada e pescadora, foi durante muito tempo dona de banca de jornal e pescadora, hoje está afastada das atividades pesqueiras e de sua banca de jornal, mas no tempo que esteve na banca, reuniu diversas reportagens sobre Atafona.

Iniciamos a entrevista às 14h30minh, entrega dos termos de liberação do uso de imagem e áudio. Antes de iniciar com o roteiro de perguntas, explico o projeto, falo sobre a temática, o objeto de estudo e o porquê da entrevista. Uma pergunta recorrente que sempre menciona, é quando os entrevistados perguntam sobre o retorno do projeto para localidade. Assim, explico que a devolutiva, depois do projeto pronto, será um exemplar para a comunidade com a história de Atafona e da festa de Nossa Senhora da Penha. Propondo futuramente, ao órgão público, uma política pública que contemple a elaboração de uma cartilha com a história da festa da Penha para aqueles que frequentam.

A entrevista não teve uma duração longa, porém, a fé ganha destaque como categoria, pude observar quando pergunto sobre o que a santa representa e qual o seu público. “A gente se apegar”, relata à entrevistada. Acrescenta que “o pessoal” tem a santa como uma garantia, parece que tudo que pede a Nossa Senhora da Penha, eles são servidos. “Eles são ajudados por Nossa Senhora da Penha. É a nossa defensora”, palavras da entrevistada.

Quanto ao público, traz o exemplo do genro que vem da UENF, sempre vem

para Atafona, o pai do mesmo comprou casa em Atafona e seu genro só queria ficar por Atafona. Sua primeira parada é na igreja, faz o sinal da cruz e reza, mesmo se a igreja estiver fechada. “Qualquer folguinha ele vem para Atafona”, acrescenta à entrevistada. Observo que a devoção e a fé ocorrem por todos que por ali passam, não só pelos nativos de Atafona, mas por aqueles que participam dos festejos em homenagem a Nossa Senhora da Penha.

Na décima pergunto se gostaria de acrescentar alguma informação, artigos de jornais ou fotos relacionadas à festa da padroeira. A entrevistada, por ter trabalhado em banca de jornal, organizou uma pasta com diversos artigos de jornais sobre Atafona. Tudo relacionado à Atafona está na pasta, sobre pesca, milagres, dentre outras informações. A pescadora fala que antigamente, nas barracas, vendiam bolos, doces, roupas infantis feitas pelas mulheres de pescadores e que hoje “é baile estranho”.

Notou que a tradição de antigamente mudou muito dos dias atuais. Mencionou que os donos das barracas dormiam nela para acompanhar a procissão da festa no outro dia, ver a banda, a procissão com a santa, a alvorada. Acrescenta a entrevistada que acompanhar a alvorada é um sonho, que até hoje ela acorda para ver, as vezes sai de bicicleta acompanhando, mas quando trabalhava na banca, ela não tinha como. Depois lhe perguntei por que ela reuniu desse material? Respondeu com um brilho nos olhos e um sentimento de gratidão, “Porque eu amo o meu lugar, eu amo minha Nossa Senhora da Penha. Não sou aquela que vive na igreja, tudo que eu tenho para fazer, agradecer ou pedir, aqui de casa eu faço. Acompanhar é tipo assim, eu estou pagando uma promessa, vai ver que eu já fiz e não lembro mais, porque eu estou muito esquecida, então, eu saio acompanhando, “to” acompanhando a procissão, o importante é acompanhar, não sei nem por que, “to” acompanhando. Se eu não acompanhar, eu fico doente. Eu acompanhava a procissão todinha”, menciona a pescadora.

A entrevista tem também as categorias: economia, memória cultural e política partidária, entretanto, a categoria fé se destaca na fala da entrevistada. Finalizamos a entrevista às 14:50h, onde a entrevistada me emprestou uma de suas pastas com material sobre a santa. Mencionando confiar em mim, pois sabia que era para Nossa Senhora da Penha.

Perfil 7 – Maria, Mãe intercessora e milagrosa!

Elenilce Nunes Rangel Monteiro, 52 anos

A entrevista foi realizada na quarta-feira, dia 17 de outubro de 2018, na casa de Elenilce, vulgo “Neneca”, em Atafona. A entrevistada foi uma sugestão de Fábio Pedra, no dia que o entrevistei, que relatou que a mesma foi agraciada pelo milagre a sua filha, assim, consegui entrar em contato com a entrevistada e perguntei se poderia vir e realizar uma entrevista com ela. Sendo assim, fui ao encontro de Elenilce para realizar a entrevista.

Iniciamos a entrevista às 15h30minh, entreguei os termos de liberação do uso de imagem e áudio, para posteriormente começar a entrevista. Antes de iniciar com o roteiro de perguntas semiestruturadas abertas, explico o projeto, como de práxis nas entrevistas. Em seguida, falo sobre a temática, o objeto do estudo e o porquê da entrevista. Uma pergunta recorrente entre os entrevistados é sobre o retorno do projeto para comunidade, acredito que o interesse ocorre por ser tratar de Nossa Senhora da Penha. Assim, explico que a devolutiva da pesquisa, depois de pronta, será um exemplar para a comunidade com a história de Atafona e da festa de Nossa Senhora da Penha. Propor futuramente ao órgão público, uma política pública que contemple a elaboração de uma cartilha com a história da festa nas proximidades da igreja.

Ao iniciarmos, pergunto como a entrevistada participa da elaboração da festa, qual a sua função e o período que ela desempenha essa função. A entrevistada menciona que não faz parte da irmandade, mas vai para ajudar e se for necessário limpa a igreja. Acrescenta que faz tudo que ela pode para ajudar a paróquia dela. Perguntei-lhe se ela já participou da elaboração, respondeu não, só na limpeza. Depois, perguntei desde quando ajuda, a mesma responde que ajuda desde quando morava na Ilha de Convivência, estando a 22 anos que mora em Atafona, na Vila Esperança, assim, sempre que precisa de sua ajuda, está na igreja de Nossa Senhora da Penha para ajudar e colaborar como pode, assim afirmou a entrevistada.

Na oitava, ponto chave, porque fica notória a aparição da categoria fé na entrevista, pois pergunto o que a santa representa e qual o seu público. Emocionada, fala que representa a mãe dela, minha força, meu tudo. Maria representa tudo na minha vida. A entrevistada afirmou “eu sou muito devota a ela”. Compara a importância da santa com sua mãe, porque foi através de Nossa

Senhora da Penha que a filha dela foi curada de leucemia, foi através de Maria, através da fé, afirma Neneca. Conta à entrevistada que pedia muito a santa, - acredito que a cura- pois os médicos não davam nada por sua filha.

Depois contou que a filha deu parada cardíaca, “morreu durante 20 minutos” e o médico informou que não tinha mais jeito, que a filha dela entraria em óbito. Lembra a entrevistada que quando a filha saiu de São João da Barra, o médico falou que sua filha não iria sobreviver, mas foi encaminhada para a Beneficência Portuguesa, fez o tratamento e “para honra e glória de Deus e intercessão de Nossa Senhora, hoje está aí”, completa a entrevistada. Ao reviver esse episódio fatídico de sua vida, lembra que ficou muito nervosa e doente, pois era mãe e vê sua filha morrendo, não aguentava. Explica a história, pois estava indo para o posto, perto da praça de Nossa Senhora da Penha, aos prantos, rela que pediu a santa, “ah minha Nossa Senhora Penha toma conta da minha filha, minha mãe”.

Emocionada, conta que quando ela olhou para trás, não tinha ninguém na rua, porém, ela viu um manto atrás dela. A entrevistada falou, “ah minha Nossa Senhora da Penha, não fica comigo vai ficar com a minha filha na UTI. Minha filha que precisa da senhora” menciona a entrevistada. Acrescenta que Maria foi a sua força, sua intercessora até seu filho Jesus, tem certeza que a santa ajudou sua filha a securar da doença, afirma a entrevistada. Neneca é marcante, porque você sente a emoção nas palavras e na expressão dela.

Encontramos além da categoria fé, a categoria memória cultural, pois traz muitas lembranças do passado e que estão vivas em sua memória, inclusive o milagre concedido a Neneca da intercessão da Penha. Entretanto, as categorias: economia e política partidária não ficam em evidência na entrevista e não aparecem em momento algum em sua fala. A entrevista não durou muito tempo, tendo seu término por volta das 15:50h, durou em torno de 20 minutos, contudo, foi de suma importância ter o relato da Neneca, pois podemos observar em sua fala que a festa é um momento de fé, intercessão e milagre.

Perfil 8 – Recordações de fé

Adyvan Pedra Fernandes, 22 anos

A entrevista foi realizada na sexta-feira, dia 19 de outubro de 2018, na casa

do Adyvan, em Atafona. A entrevistada foi uma sugestão de Fábio Pedra e Flávia Riscado, no dia que os entrevistei, informando que Adyvan tem grande participação na festa da Penha e muita história sobre os festejos, então entrei em contato e marquei a entrevista.

Iniciamos a entrevista às 10h, entreguei os termos de liberação do uso de imagem e áudio. Antes de iniciar, explico o projeto, falo sobre a temática, o objeto do estudo e o porquê da entrevista. Uma pergunta recorrente entre os entrevistados é sobre o retorno do projeto para a localidade. Assim, explico que a devolutiva, depois do projeto finalizado, será um exemplar para a comunidade com a história de Atafona e da festa de Nossa Senhora da Penha. Propondo, futuramente, ao órgão público, uma política pública que contemple a elaboração de uma cartilha com a história da festa nas proximidades da igreja para os visitantes.

Antes de iniciarmos as perguntas, o entrevistado relata sobre essa relação de Nossa Senhora da Penha com a comunidade de pescadores, antigamente, como organização religiosa, só existia Nossa Senhora da Penha, por isso essa relação tão forte com os pescadores de Atafona, explica Adyvan. Relata sobre a proveniência do nome da “Penha” e sua “ligação com o penhasco, porém, para a comunidade pesqueira de Atafona, sua ligação se dá com as águas, mas há laços fortes com a comemoração da festa da Penha que acontece no Convento da Penha, em Vila Velha”, menciona Adyvan. “Os pescadores de Atafona frequentavam a festa da Penha em Vila Velha, porém, em um belo dia, seguindo para festa, aconteceu um tormento que os impediria, mas os pescadores pediram a intercessão da Penha de Vila Velha e se chegassem bem, iniciariam a construção em Atafona, de uma capela para Nossa Senhora da Penha”, complementa o entrevistado.

No decorrer das entrevistas, a categoria fé até então tem estado em evidência a maior parte do tempo quando entrevisto os nativos, entretanto, com Adyvan a categoria memória cultural fica ressaltada. As demais categorias como economia, fé e política partidária estão presentes, mas não são as que mais aparecem, pois ficou nítido quando, na segunda pergunta, pergunto se o entrevistado sabe se seu pai/avô ou mãe/avó participavam da festa da Penha. O entrevistado menciona que mãe dele ajuda nas barracas da igreja, no teatro, na elaboração da festa e no figurino. Sua avó e seu bisavô também participavam da festa da Penha. Lembra, que antigamente não se admitia crianças como irmãos da irmandade, mas seu bisavô, na época pediu a presidente, Sônia Ferreira, para que o entrevistado, mesmo sendo

criança, fizesse parte da irmandade. Conta que adoração pela santa foi de geração em geração estando até os dias atuais!

Observei que o entrevistado tem uma memória muito avivada do seu tempo de criança e de suas vivências na festa da Penha. No decorrer, pergunto quais são as atividades religiosas e profanas do festejo e como aconteciam essas atividades nos dias da festa. Relatou, que nos dias de hoje, no domingo de páscoa começa o oitavário com as missas chamando os paraninfos, seguindo da ajuda financeira e no intuito de manter a igreja cheia; na sexta-feira parte recreativa, romaria luminosa saindo da praça de São João Batista e shows; sábado tem o teatro; domingo e segunda são dias com mais atividades, domingo procissão fluvial, mas o entrevistado acha ser uma atividade que está em decadência, porque o próprio povo da pesca não acompanha mais. Questiona, pois antigamente, - apontando para um DVD -, nesse mesmo período do DVD não tinha ajuda da prefeitura, mas sim, só a fé do povo. Os barcos navegavam até Gargaú. Hoje eles não querem ir nem ao Porto da Penha, que fica ao lado do Pontal. Desta maneira, notamos que ele repensa em retornar a premiação dos melhores barcos, mas acredita que perde a característica da devoção, que agora não tem mais. Já na segunda-feira, com alvorada de manhã, missa 10h e a preparação para a procissão terrestre.

Na sequência, pergunto por que Nossa Senhora da Penha é considerada a devota dos pescadores e não Nossa Senhora dos Navegantes ou São Pedro. Explica o entrevistado, que sempre quando se tem a área litorânea vai ser Nossa Senhora dos Navegantes e São Pedro, porque tem uma história voltada no estudo católico que a Virgem Maria atende ao um socorro de Nossa Senhora dos Navegantes. Já São Pedro, é bíblico, porque ele era pescador. Quanto a Nossa Senhora da Penha, retorna afirmando o entrevistado a questão do naufrágio e por ser a santa cultuada na área litorânea, comparando com à história de Nossa Senhora da Penha com Nossa Senhora Aparecida, relatando que Nossa Senhora Aparecida foi encontrada por pescadores, entretanto, ter à proporção que tem hoje, precisou de “gente grande da sociedade” para chegar a como está nos dias atuais.

Assim, ele compara Nossa Senhora da Penha, pois os primeiros integrantes da irmandade da Penha, não eram oriundos do município, eram veranistas da alta sociedade. Acrescenta que essas pessoas se juntaram para fundar a irmandade, pois na época, não tinha igreja e foi a alta sociedade, formada pelos veranistas oriundos dos demais municípios que deram início na construção da igreja e na

organização da irmandade. A entrevista teve duração de mais de 1 (uma) hora, terminando às 11:20h, porque o Adyvan traz muitas informações do passado, histórias e fotos que tem guardada em sua casa que ajudaria na pesquisa.

Perfil 9 – Tudo pela “Mãe” milagrosa, Nossa Senhora da Penha

José Augusto Moreira, 67 anos

A entrevista foi realizada na sexta-feira, dia 19 de outubro de 2018, na casa do José Augusto, conhecido pelos atafoneses como “Cuíca”. A entrevistada foi uma sugestão de Fábio Pedra, pois, relatou Fábio, que o mesmo tem grande participação na festa da Penha e muita história sobre os festejos, sendo assim, entrei em contato com “Cuíca” e marquei a entrevista.

Iniciamos a entrevista às 11h30minh, entreguei os termos de liberação do uso de imagem e áudio, para posteriormente começar a entrevista. Antes de iniciar com o roteiro de perguntas semiestruturadas abertas, explico o projeto, falo sobre a temática, o objeto de pesquisa e o porquê da entrevista. Uma pergunta recorrente entre os entrevistados é sobre o retorno do projeto para comunidade. Assim, explico que a devolutiva, depois do projeto pronto, será um exemplar para a comunidade com a história de Atafona e da festa de Nossa Senhora da Penha. Desta forma, propor futuramente ao órgão público, uma política pública que contemple a elaboração de uma cartilha com a história da festa de Nossa Senhora da Penha.

A entrevista tem como categoria evidente, a fé, as demais categorias aparecem no decorrer da entrevista, porém, não tão ascendente quanto à categoria fé. Desta maneira, ao perguntar sobre a ligação da festa com a comunidade pesqueira. Acredita o entrevistado que a ligação seja 80% por conta da devoção. Explica o porquê dos 80%, segundo “Cuíca”, “porque vem pessoas de todos os lugares para festa, por exemplo, Gargaú que participam da festa todos os anos, sendo uma tradição do município vizinho participar dos festejos. Se dependesse dos moradores de Gargaú, eles participariam da festa tanto com dinheiro, quanto com a mão de obra”.

Na sequência, quando pergunto por que Nossa Senhora da Penha é considerada devota dos pescadores e não Nossa Senhora dos Navegantes ou São Pedro. Relatou o entrevistado que “Nossa Senhora da Penha já trouxe muitos

milagres que as pessoas viram acontecer. A santa nunca deixou de acontecer uma procissão”, conta história do Laerte, que “montou a sua barraca, a chuva começou no domingo e continuou na segunda, por volta das 16h, a chuva cessou, o sol apareceu e as pessoas chegavam, pois naquela época vinham de carroça, de cavalo e a pé para festa da Penha”.

Na oitava pergunta também aparece a categoria fé, quando pergunto o que santa representa e qual o seu público. “Cuíca” fala que antes, “o público só frequentava no dia da procissão, que vinham de Gargaú, Grussaí e da Ilha da Convivência. Já nos dias de atuais, os parentes vêm para ver os parentes e renovar a fé e acompanhar a procissão”. Quando fala da representatividade da santa, o entrevistado se emociona e chorando conta que “já fez de tudo na igreja, já foi pedreiro, engenheiro, carpinteiro, trocar lâmpada em cima da torre, pintor, mas sempre pensava que tudo era por Nossa Senhora da Penha. Hoje, eu não tenho mais condições físicas para isso, mas gostaria de ter. Na semana da festa eu esqueço tudo e vou para lá”. O entrevistado menciona que se pudesse ficava noite e dia, afirma que já recebeu muitos milagres, como o dessa doença de agora – o câncer – pois pediu a Nossa Senhora da Penha saúde para poder ajudar na festa. Pois nesse ano, mesmo estando muito debilitado, só iria pra casa depois que a procissão entrasse. Finalizou “tudo aconteceu como ela quis”.

A entrevista não durou muito tempo, finalizou às 12h40minh, mas, nota-se a emoção, amor e fé do entrevistado ao falar de Nossa Senhora da Penha e de suas bênçãos alcançadas. Uma entrevista valiosa e com histórias relevantes para pesquisa. As outras categorias: economia, memória cultural e política partidária aparecem na entrevista, entretanto, não na mesma intensidade que a que a categoria fé.

4.2 A Igreja da Penha

Noronha (2003, p. 45) relata que a construção da igreja de Nossa Senhora Penha teve seu início em 1878 e que foi concluída em 1882, com ajuda do administrador da Companhia de Vapores, João Cândido Dias Motta. Antes mesmo do surgimento do templo, inaugurado em 81, as obras encontravam-se inacabadas, pois havia uma capela erguida pelo vigário José Calvosa, em 1868, feito sobre o

aterro da casa onde morou o pescador.

Com relação à doação da área, ela foi feita por Francisca de Barreto Faria, mulher do mercador de escravos Joaquim Thomaz de Faria, conforme escritura lavrada em 09 de janeiro de 1857, no Cartório do 1º Ofício de São João da Barra. O prédio foi projetado pelos devotos Domingos Gonçalves da Costa, Antônio Inácio e demais membros, que auxiliaram na construção, segundo informações encontradas no livro “A Terra Goytacá” e no jornal “S. João da Barra”, de 09 de novembro de 1881.

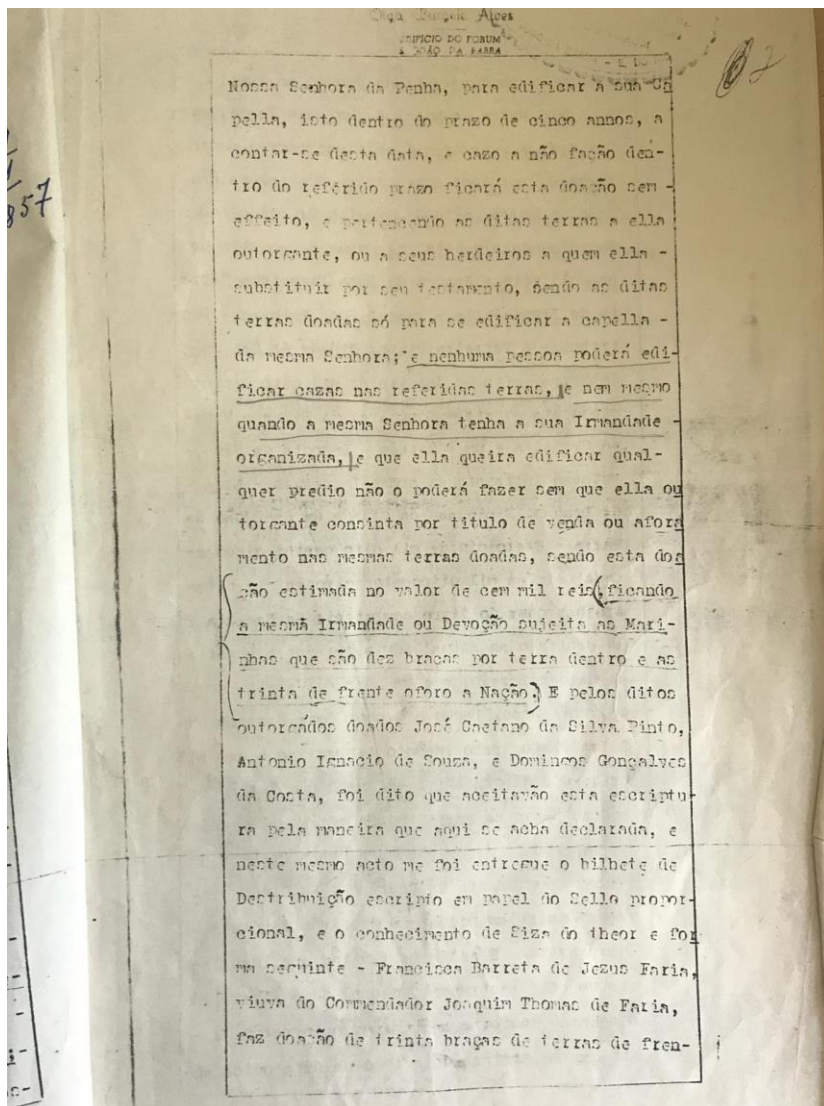


Figura 8 - Registro no Documento no Cartório
Fonte: Irmandade Nossa Senhora da Penha.

N.º 541 DO PROTOCOLO
 Pags. 64

Apresentado em 06 de Julho de 19 77.

O Sub-oficial do Registro X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X
 O Oficial do Registro *E. Ferreira*

Registrado no livro 2-A-R. n.º 01 Mat. n.º 349 Fls. 239
 S. João da Barra, 06 de Julho de 19 77.

O Sub-oficial do Registro X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X
 O Oficial do Registro *E. Ferreira*

**REGISTRO DE IMÓVEIS
 DO 1.º DISTRITO**

Talão N.º 20 Pag. _____

República dos Estados Unidos do Brasil

1.º OFÍCIO DE NOTAS

Registro N.º R.01-Mat. 349.

ELCIO FERREIRA, Oficial do Registro de Hipotecas e Imóveis da Comarca de São João da Barra, Estado do Rio de Janeiro, por nomeação na forma da lei, etc.

Certifico que as fls. 239 do Livro 2-A- do Registro a meu cargo, foi **REGISTRADO** hoje sob n.º R.01-Mat. 349 Trinta braças de terras de frente e com quarenta de fundos no lugar denominado Barra, hoje Atafona, 1º Distrito deste Município /- ADQUIRIDA por NOSSA SENHORA DA PENHA, de FRANCISCA BARRETO DE JESUS FARIA, pela quantia de 60,01 (um Centavo) conforme escritura de Doação, lavrada em 09 de Janeiro de 1877, no livro nº 01, fls-188 verso, nas notas do Cartório do 2º Ofício desta Comarca, que me foi hoje apresentada.

O referido é verdade e dou fé.

São João da Barra, 06 de Julho de 19 77.

X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X
ELCIO FERREIRA
 SUB-OFICIAL DO REGISTRO
 OFICIAL

c/c. 130676137.

Figura 9 - Registro do Terreno Doado à Nossa Senhora da Penha
 Fonte: Irmandade Nossa Senhora da Penha.

Nas figuras acima, fica constatado e reconhecido em cartório o documento que, de fato, confirma a doação feita por Dona Francisca Barreto de Jesus Faria. Destacamos a informação de que o terreno não foi doado para pessoa física, mas sim para a santa, Nossa Senhora da Penha, estando nos altos do documento essa informação, de forma bem específica. No documento, constam as medidas do terreno, sendo doadas trinta braças de terra de frente, com quarenta de fundo - no lugar denominado antigamente por Barra - hoje, Atafona. Assim, está em conformidade e de acordo com os relatos que o autor Noronha (2003, p. 45) fez com relação à doação. No referido documento consta, também, um prazo de 5 (cinco) anos para a construção da igreja de Nossa Senhora da Penha, contando como início

do prazo a data de assinatura do referido documento, pois se a mesma não fosse construída nesse período, o terreno seria devolvido aos herdeiros de Dona Francisca. Fica clara a impossibilidade de construir casas ou até mesmo a futura Irmandade de Nossa Senhora da Penha nas dependências do Terreno, porque foi especificada no documento acima, a impossibilidade de qualquer construção, mesmo que para a futura irmandade. De certa forma, o documento rege como proceder com o terreno que foi doado à santa.

Segundo Noronha (2003, p. 45), em 10 de abril de 1938, o templo foi reformado e existiam recursos para manter as despesas herdadas pela entidade, possibilitando, também, realizar melhorias na igreja para os devotos da santa. Contudo, essas reformas eram feitas aos poucos, para não esgotar os cofres da igreja. A benemérita campista, Edith Sanz Blasi, foi uma das que mais corroborou para as referidas reformas do templo. A mesma pedia doações de porta em porta nos anos 60, época em que conseguiu concretizar a ampliação da igreja. Completa Noronha que, com a iniciativa de utilizar o velho casco do navio “Aquidabã” - conduzido por coronéis e carreiros e com a ajuda de bois, enxadas e pás - fundos foram levantados para a igreja, na brecha aberta pela corrente do rio Paraíba, na enchente de 1906. Nelson Zuanny Delfim Pereira era secretário da irmandade na data.



Figura 10 - Antiga Igreja de Nossa Senhora da Penha

Fonte: Foto cedida pelo professor e historiador de São João da Barra Fernando Antônio Lobato em Santafé (1999, p. 109).

Foto da antiga igreja de Nossa senhora da Penha, na década de 30, já um pouco inclinada, antes da reforma. Observam-se os bancos nas laterais e as bandeiras indicando que estaria no período dos festejos em homenagem à santa.

Santafé (1999) menciona que a igreja de Nossa Senhora da Penha passou por reformas, e suas pinturas foram feitas por artistas como D. Ana Augusta Rodrigues, Cassiano Corrêa, Djanira Denanacy Anomal, Jairo, Barroso e tantos outros.

Assim, as obras feitas para sua melhoria são realizadas quase todos os anos, pensando no conforto para seus visitantes e fiéis. No entanto, tais melhorias são provenientes das doações feitas pelos fieis, devotos e pelo governo municipal. A igreja adquiriu, através de recursos levantados pela irmandade, um anexo nos fundos, em 70: uma capela mortuária e a capela do santíssimo, em 95 (NORONHA, 2003, p. 47).

Não se pode deixar de mencionar que a igreja de Nossa Senhora da Penha possuiu, no decorrer dos anos, inúmeros presentes dos seus fiéis, que sempre

fizeram questão de presentear a santa, como forma de agradecer. Hoje em dia, a irmandade de Nossa Senhora da Penha tem uma relação dos bens da santa, tendo entre eles ouro, mantos, vestidos, entre outros.

Abertura do cofre de N. S. da Penha.

14 de 14:15 (quatorze horas e quinze minutos) do dia 21 (vinte e um) de julho de 1993, na dependência da Irmandade Sagrada Terceira de Aguias, na Rua de São João Batista nº 12 em São João da Boa Vista, São Paulo, com a presença de Sr. Carlos Patrício Rodrigues e Sr. Teófilo de Lencastre, chapeiros do Chapeiro Aberto, Sr. Alberto Tomaz, Sr. José 11º em Campos, iniciaram os procedimentos necessários à confecção da chave para a abertura do cofre, pertencente à N. S. da Penha de Atafaria. Presentes (A) presidente da Irmandade de N. S. da Penha, Sr. Joaquim de Souza Passos (B) Sr. Raimundo Roberto dos Santos, ex-tesoureiro da Irmandade e Sr. Simão Roberto para abertura do cofre, (C) Sr. José Roberto Tardim Nunes de Almeida, vigário da paróquia de São João da Boa Vista e representante da Cúria de São Carlos, (D) Sr. Gabriel de Souza Passos, advogado da Irmandade de N. S. da Penha, (E) Sr. José Augusto Oliveira, tesoureiro da Irmandade, na atual dependência, (F) Sr. Helio Rosanna Delbons, gerente dos Indústrias.

Aberto o cofre às 16:10 (dezesseis horas e dez minutos). No interior do cofre encontraram-se um pequeno forro, com chave avulsas, no seu interior a relação dos bens, de santidade em 2 filhas avulsas, maldadas e assinadas pelas pessoas, tesoureiro da Irmandade, e presidente e tesoureiro da atual dependência.

Assinado por Sr. Raimundo Roberto dos Santos

Figura 11 - Lista dos bens de Nossa Senhora da Penha
Fonte: Irmandade de Nossa Senhora da Penha.



Figura 12 - Bens de Nossa Senhora da Penha
Fonte: Entrevistado Adyvan Pedra.

Segundo Lamego (1942, p. 325), há registros de que a igreja de Nossa Senhora da Penha foi saqueada duas vezes, desde o momento de sua construção. O primeiro roubo ocorreu em 1896. Os ladrões furtaram de seu interior os resplendores - resplendores é o plural de resplendor, o mesmo que: auréolas, halos¹⁸ – as diversas imagens de santos, como também as coroas de N.S. da Penha e do menino Jesus, que foram substituídas por outras, doadas pela devota Francisca Moreira Teixeira. O segundo ocorreu em 1993, quando os ladrões entraram pela porta lateral direita, levando a imagem de madeira maciça de N.S. da Penha, com cerca de 1 (um) metro de altura, possivelmente feita pelos portugueses. A igreja foi saqueada durante a madrugada. Depois do acontecido, a imagem foi encontrada parcialmente destruída, mas, duas semanas depois, em um canavial de Santa Cruz, distrito de Campos, a mesma foi restaurada pelo artista plástico sanjoanense José Teixeira. Posteriormente, a santa foi reconduzida ao altar, com grandiosa procissão, pelos seus devotos da praia e da cidade.

Para corroborar com a informação de Lamego (1942) quanto à inusitada questão do furto da imagem da santa, nas entrevistas realizadas, Fábio Pedra diz que fez parte da Irmandade de Nossa Senhora da Penha e menciona o furto da santa, que ocorreu na igreja de N. S. da Penha, fato que deixou os moradores de Atafona em desespero, pois haviam retirado à santa da igreja. De acordo Fábio Pedra:

A santa foi roubada, provavelmente em 04 de dezembro de 1992. Naquele dia teve um casamento na estação, do pessoal que veio de fora e achou a imagem da santa linda. Logo em seguida a imagem da santa sumiu. No dia foi o desespero da comunidade. A rádio Campos difusora noticiou que haviam roubado a imagem da santa. Foi Paulo Noel quem anunciou na rádio, na parte da manhã. A comunidade desesperada, mas o povo de Atafona não desistiu, mesmo quando diziam que a santa não iria retornar, mas os devotos fizeram novena para a santa, todo dia, às 18h (ENTREVISTADO FÁBIO PEDRA).

Fábio relata ainda que forraram de preto o altar da santa, que os protestantes riram muito da situação, que falavam: “Nossa Senhora da Penha, poderosa, ela tem tanta força que nem conseguiu se livrar”.

A data de retorno foi no dia 26 de dezembro de 1992. A imagem foi encontrada na estrada Campos, São Fidélis e Santa Cruz, jogada dentro do

¹⁸ Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/resplendores/>>. Acesso em: 26 dez. 2017.

rio. Boiou para o mato e não se perdeu nada da imagem, tudo dela foi encontrado. Assim, a imagem foi levada para a delegacia e, de lá, veio em procissão para a igreja de Nossa Senhora da Penha. Na sua chegada teve uma chuva bem fina e todos queriam tirar foto (ENTREVISTADO FÁBIO PEDRA).

Concluiu o entrevistado que, após a chegada da imagem, Zé Teixeira, que morava próximo da igreja São Benedito, hoje falecido, reformou a santa, porque serraram os dedos da santa, pois acreditavam ter ouro dentro da imagem. Destacou o entrevistado que esse fato marcou a Atafona, e acrescentou a necessidade de se investir em segurança para a igreja e seus fiéis.

4.3 A Festa de Nossa Senhora da Penha

Segundo Noronha (2003, p. 49), a festa de Nossa Senhora da Penha traz atrações culturais e ocorre anualmente, como de costume, acompanhando a tradição do município de São João da Barra. Os festejos de N.S. da Penha são esperados pelos moradores, pois todos ficam ansiosos, contam os dias para a chegada da festividade em homenagem à protetora de Atafona. Quase que um rito sagrado, os moradores enchem as lojas com diversificadas peças artesanais, a cultura gastronômica da cidade é aquecida, sobretudo pelos pratos típicos da culinária Sajoanense. “Bem vestido, porque Nossa Senhora merece e vai nos proteger”, dizia o pescador Joel Carneiro da Silva, frequentador anual das festas. Não poupava sacrifícios para participar das festividades. Essa tradição é mantida há mais de 100 anos e, quando chega o momento, torna-se o melhor período para o comércio local.

Nas entrevistas realizadas, os entrevistados relatam que o período da festa de Nossa Senhora da Penha é esperado por todos, de forma que o comércio local fica mais movimentado, pois o faturamento nesse período aumenta, a participação dos veranistas cresce e o turismo local fica aquecido. Assim, o local recebe devotos de todo lugar para conhecer o templo da santa, saber sobre as histórias e os milagres concebidos por ela. Sônia Ferreira destaca que já esteve à frente da irmandade de N. S. da Penha e observou ter ambulantes de outros lugares na festa da santa.

Vêm ambulantes de Belo Horizonte, Juiz de Fora, Bahia, Goiás, os peruanos e os bolivianos todo ano estão presentes. Talvez os estrangeiros já morem no Brasil, porém, nunca tive a curiosidade de perguntar sobre o local onde residem (ENTREVISTADA SÔNIA FERREIRA).

[...]

Minha mãe colocava barraca de lona no período da festa e eu a ajudava, não indo para a festa, mas sim na barraca. Morava no Pontal e na época tudo era muito longe para mim, pois trabalhava ajudando meus pais vendendo saco de laranja cravo, de porta em porta. Todo ano t montávamos barraca, era como uma obrigação (ENTREVISTADA MARILDA).

Para Sônia Ferreira, a festa desperta um interesse mútuo, porque há uma participação ativa das pessoas nas festividades religiosas, o que aumenta o turismo local e, conseqüentemente, as vendas crescem em Atafona. Por isso que a festa de Nossa Senhora da Penha é um acontecimento tão esperado por todos, pois seu faturamento é alto e sua fé é grandiosa. Não só o comércio espera pelo início dos festejos. Segundo Fábio Pedra, um dos entrevistados, os moradores esperam para celebrar a festa da santa, as famílias se preparam para receber os parentes que vêm de fora, assim:

Todos ficam envolvidos com o festejo, passando de geração em geração. Quando chega o final de março e começo de abril, o espírito das pessoas, o vento, o ar ficam diferentes. Comparo o período da festa com o natal, período de encontro das famílias; as pessoas se preocupam em arrumar suas casas, comprar roupas novas, há toda uma preparação para a festa. A população anseia por essa festa o ano inteiro (ENTREVISTADO FÁBIO PEDRA).

[...]

Desde que era bebezinha, minha família comparece à festa. Eu esperava eles chegarem e, quando chegavam à esquina, os parentes já chegavam animados e soltando fogos. Até hoje é assim. Chegam na sexta e vão na terça, em dois ou três ônibus, completa a esposa (ENTREVISTADA FLÁVIA).

Para embasar a fala dos entrevistados, quando relatam suas histórias sobre a festa de Nossa Senhora da Penha, observa Haviland (1994) que a memória exerce papel importante na construção da identidade, porque a representação de si provoca recordações do passado, ocorrendo, assim, de forma inseparável do sentimento de continuidade temporal. O passado, o presente e o futuro são importantes para prover continuidade ou consistência subjetiva. A partir dos múltiplos mundos classificados, ordenados e nominados na memória, segundo a lógica do indivíduo e de sua categorização social, que consiste em reunir o que se parece e separar o que difere,

o indivíduo vai construir sua própria identidade, segundo Candau (1998).

Disse Fábio Pedra que essa preparação vem desde antigamente, pois leu em relatórios que as pessoas vinham de várias regiões. As de Gargaú de barco, trazendo suas barracas; outras que vinham do Açú; do quinto distrito; também aquelas que vinham pela praia a cavalo; as de Campos. “Sempre foram os mais fortes na devoção”, assim como os fidelenses, que vinham na linha da Leopoldina. Chegavam de manhã já arrumando os altares e os andores, inclusive o andor de Nossa Senhora da Penha.

As comemorações de Nossa Senhora da Penha acontecem desde 1872, de acordo com o jornal “O Despertador”, de 7 de abril do mesmo ano. Uma missa solene marcou a data, e sempre acontece no primeiro final de semana após o fim da Quaresma. Em 1884, a festa foi animada pela banda musical “Lyra de Ferro”, que funcionou, pelo menos, até 1892, como destaca o jornal “S. João da Barra”, de José Henriques da Silva. Transformada em “União dos Operários”, por sugestão do capitão Joaquim Neves, conforme “A Tribuna”, de 06 de outubro de 1928, a banda completou o seu centenário em 1992, segundo o livro “As várias bandas de São João da Barra”, de Célio Aquino.

Num dado momento, quando abordamos nas entrevistas perguntas sobre a festa de Nossa Senhora da Penha, o que acontecia nos turnos da festa, programação religiosa e profana, tivemos relatos interessantes dos entrevistados, até mesmo mudança na tradição da festa. Segundo Fernando Antônio, historiador de São João da Barra:

O início dos festejos de Nossa Senhora da Penha é uma tradição muito antiga. São João da Barra tinha contato direto, no século XVIII, com o estado do Espírito Santo, que possibilitou trazer para a região o culto de Nossa Senhora da Penha, devido ao culto de Nossa Senhora da Penha, de Vila Velha. Dessa forma, inicia-se o culto de Nossa Senhora da Penha em São João da Barra (ENTREVISTADO, FERNANDO ANTÔNIO).

Fernando Antônio fornece detalhes da localidade que iniciou o culto, a Barra, atual Atafona. Ratifica o entrevistado que na antiga Barra há uma devoção à Nossa Senhora da Penha. A santa é adorada por todos que residem na localidade.

Nos dias de hoje, no domingo de páscoa, começa o oitavário com as missas, chamando os paraninfos, seguindo de ajuda financeira, no intuito de manter a igreja cheia; na sexta-feira é a parte recreativa, romaria luminosa saindo da praça de São João Batista e shows; sábado tem o teatro;

domingo e segunda são dias com mais atividades, domingo procissão fluvial, porém que está em decadência, porque o próprio povo da pesca não acompanha mais; e, na segunda-feira, a tradicional procissão terrestre em homenagem à santa (ENTREVISTADO ADYVAN).



Figura 13 - Trajeto da Procissão Fluvial pelas principais ruas de Atafona
Fonte: Próprio autor.



Figura 14 - Procissão Fluvial em Homenagem a Nossa Senhora da Penha
Fonte: Próprio autor.

Segundo Adyvan, antigamente, os barcos iam até Gargaú, hoje, eles não querem ir nem ao Porto da Penha, que fica ao lado do Pontal. Dessa maneira, repensa o entrevistado a voltar com a premiação dos melhores barcos, mas acredita que perde a característica da devoção à santa, até porque, atualmente, não tem mais a premiação.

Segundo “Cuíca”, como é conhecido em Atafona, mas seu nome é José Augusto, a festa de Nossa Senhora da Penha antigamente e atualmente foi modificada.

Antigamente, a 40 anos, a festa só acontecia no domingo e na segunda. Fui eu que iniciei os festejos sexta e sábado. Mas, na época de Milton e Dorivaldo, a festa acontecia domingo e segunda também, pois no sábado estavam armando as barracas para a festa (ENTREVISTADO CUÍCA).

“Cuíca” relatou que, naquele período, no domingo de manhã, por volta das 9h, tinha a natação, na sequência corrida de canoa à vela, corrida dos gordos, procissão fluvial; mais tarde passou a ter o cabo de guerra que, posteriormente, passou a ser na segunda-feira, patrocinado por Hugo Aquino e Marília Aquino. Na segunda-feira de manhã tinha corrida de bicicleta. Às vezes repetia-se a natação, pois era muita gente e a praça era pequena; pau de sebo; e, mais tarde, a procissão terrestre.

Ratificando a fala dos entrevistados, quanto às atividades que aconteciam nos dias da festa de Nossa Senhora da Penha, no capítulo 3, abordamos o conceito de tradição baseado nos conceitos de Hobsbawm (1984), que dividia a tradição em genuína e inventada, sendo a tradição genuína aquela que surge e se torna difícil de localizar em um período limitado do tempo, não sendo o caso da festa de Nossa Senhora da Penha; e a tradição inventada, pois sempre há possibilidade de estar vinculado com o passado. Fica notória, na fala de Cuíca, a ligação do conceito de tradição inventada com a tradição festeira religiosa do município, porque a festa teve uma mudança quanto ao dia do seu acontecimento. Segundo o entrevistado, partiu dele a iniciativa de ter mais dias de comemoração, tendo assim, uma mudança na tradição, mas sem perder a relação com o passado. Tal fato é reafirmado por Flores (1997), quando menciona que inventar tradições significa também buscar continuidade com o passado, “Nem tudo que a tradição inventada abarca é realmente passado; várias manifestações são recentes, mas surgem para as pessoas como algo que há muito existe” (FLORES, 1997, p. 35).

No decorrer da pesquisa de campo, no período de levantamento de dados e aplicação dos questionários, procuramos, para realizar a entrevista, Viviane, atual provedora da irmandade de Nossa Senhora da Penha. Na entrevista, Viviane mencionou que a igreja tem um baú e que dentro dele há pastas com documentos, fotos e recortes de jornais. Perguntei onde estava o baú e como poderia ter acesso às referidas pastas. Ela informou que eu poderia procurar pela zeladora da igreja e pedir para abrir o galpão, local que funciona no período dos festejos da Penha, vendendo santinhos, camisetas, terços, entre outros, para angariar fundo para a igreja. Chegando ao local, que fica próximo à igreja da Penha, localizada em Atafona, a zeladora abre o galpão e logo avistamos o baú. De fato, dentro dele havia pastas e mais pastas com fotos e documentos importantes para a pesquisa. Dentre esses documentos, a programação da festa da Penha de antigamente. A programação de: 1975;1989;1990;1991;1992;1994;1995;1996;1996;1997;1998;1999;2001;2003;2004; 2006;2007; 2008; 2009; 2010; 2011;2012;2013 e 2018. Observa-se um intervalo entre os períodos da programação, porém, é um acervo muito importante para a igreja e para a história da festa de Nossa Senhora da Penha.

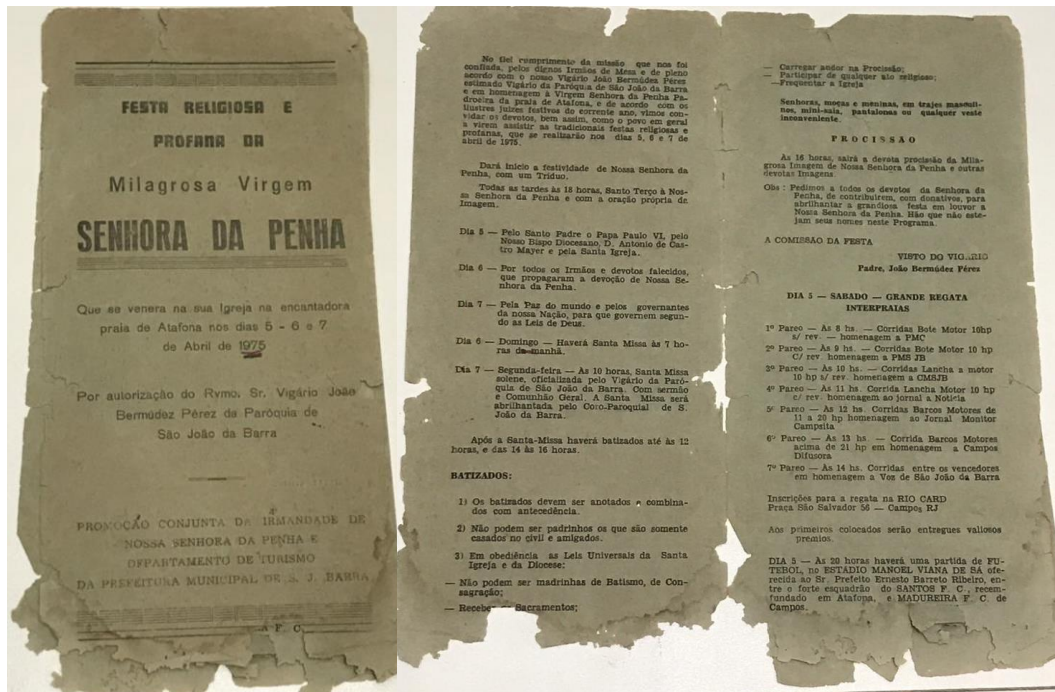


Figura 15 - Programação da festa de Nossa Senhora da Penha de 1975
Fonte: Acervo da Igreja de Nossa Senhora da Penha.

Analisando as programações, foi possível observar duas curiosidades, a primeira: que na programação da festa da Penha tem a programação religiosa e a

programação profana, como de costume, porém, na parte profana, são compreendidas as atividades recreativas como a natação, o ciclismo, o cabo de guerra, entre outras atividades. Não há nenhum show ou algo relacionado ao profano na programação. Dessa maneira, tais informações estão de acordo com as respostas que os entrevistados descreveram quanto às atividades que aconteciam e acontecem na festa de Nossa Senhora da Penha, tendo a alteração da parte profana, pois hoje em dia os shows estão na parte profana e as referidas atividades estão como recreativas. Segundo: que no início do folder da programação vêm informações sobre a irmandade de Nossa Senhora da Penha, a composição da irmandade e o ano de sua fundação. A programação de 1990 é um exemplo, pois informa que foi no ano de 1857 que a irmandade foi fundada. Na programação de 2018, por exemplo, não constam mais essas informações sobre a irmandade da Penha.

A Irmandade de Nossa Senhora da Penha constituiu-se em 1878, sendo, inicialmente, formada por moradores de São João da Barra. Só tiveram, no entanto, seu primeiro estatuto aprovado em 1931 com o nome de Compromisso de Devoção Religiosa de Nossa Senhora da Penha onde figuram a composição da Irmandade e as diversas atribuições de cada um dos seus integrantes. Nessa fase, os cargos administrativos estiveram nas mãos de famílias de moradores de São João da Barra, sendo muitos desses cargos hereditários¹⁹.

A festa de Nossa Senhora da Penha traz uma vasta programação religiosa. No ano que se findou, foi possível realizar a observação participante na festa de Nossa Senhora da Penha, observar de perto como os moradores se organiza para elaborar a programação do dia 1 ao dia 9 de abril de 2018. No último ano, o de 2018, tivemos, na programação religiosa, missas, hastear, o quadro de Nossa Senhora da Penha, procissão automobilística, auto de Maria, romaria luminosa saindo da praça de São João Batista, batizados, procissão fluvial, leilão, alvorada, missa campal e procissão terrestre. A procissão terrestre reuniu romeiros de todos os lugares, um marco de fé e de grande importância para a localidade de Atafona. A santa representa, para os devotos de Atafona, “um marco de fé e de determinação de um povo tão valente”, relata Santafé (1999, p. 32). Momento de agradecer, realizar seus pedidos e celebrar com Nossa Senhora da Penha. Noronha diz (2003, p. 49), com

¹⁹ Dissertação de Juliana Blasi Cunha, apresentada ao Programa de Pós-graduação em Antropologia, do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia – ICFH, da Universidade Federal Fluminense – UFF.

relação à procissão de Nossa Senhora da Penha, que:

A procissão é considerada uma das atrações para as famílias, que colocam seus filhos vestidos de anjos, próximo ao andor da santa. Durante o percurso, eles jogam pétalas de rosas e carregam velas acesas, pedindo em preces e orações que a Penha os ilumine. As costureiras trabalham meses com antecedência, para que os anjos estejam arrumados no dia da protetora (NORONHA, 2003, p. 49).

Sobre a importância e representatividade da procissão terrestre para os atafonenses, relata o entrevistado e historiador Fábio Pedra que a procissão terrestre de Nossa Senhora da Penha é reconhecida como Patrimônio Cultural Imaterial do Estado do Rio de Janeiro. Contudo, o governo do Estado precisa investir e valorizar mais.

Porque não é mais uma festa e sim A festa. A festa da Penha é o Círio de Nazaré de Atafona, porque está acima de uma religião. Uma comunidade apaixonada, pois não só os católicos gostam, mas todos, quem não gosta passou a respeitar (ENTREVISTADO FÁBIO PEDRA).



Figura 16 - Saída dos andores da Procissão Terrestre de Nossa Senhora da Penha
Fonte: Próprio autor.



Figura 17 – Coroação de Nossa Senhora da Penha, após a chegada da procissão
Fonte: Próprio autor.

No ano de 2016, a Procissão Terrestre de Nossa Senhora da Penha foi tombada pelo Governo do Estado como patrimônio histórico e imaterial do Estado do Rio de Janeiro, destaca o entrevistado Adyvan Pedra. Dessa forma, fomos pesquisar sobre esses relatos dos entrevistados. Entramos em contato com a provedora da igreja de Nossa Senhora da Penha, Viviane, que confirmou a informação e disse que teria esse documento em casa e poderia ceder uma cópia dele. Ao ler o documento, vimos que foi no projeto de Lei nº 1531/2016 que consta a procissão terrestre de Nossa Senhora da Penha, padroeira do distrito de Atafona, em São João da Barra, como Patrimônio Cultural Imaterial do Estado do Rio de Janeiro. Foi por meio do deputado Bruno Dauaire que conseguiram a aprovação da lei.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
GABINETE DEPUTADO BRUNO DAUAIRE

PROJETO DE LEI Nº 1531/2016

DECLARA A PROCISSÃO
TERRESTRE DE NOSSA SENHORA
DA PENHA, PADROEIRA DO
DISTRITO DE ATAFONA, EM SÃO
JOÃO DA BARRA, PATRIMÔNIO
CULTURAL IMATERIAL DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO.

Autor(es): Deputado BRUNO DAUAIRE

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

RESOLVE:

Art. 1º – Fica declarada como patrimônio cultural imaterial do Estado do Rio de Janeiro, a procissão terrestre de Nossa Senhora da Penha, padroeira do distrito de Atafona, em São João da Barra.

Art. 2º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Plenário Barbosa Lima Sobrinho, 09 de março de 2016.


Deputado BRUNO DAUAIRE

JUSTIFICATIVA

Todos os anos, no município de São João da Barra, é realizada uma grande comemoração em homenagem a Nossa Senhora da Penha, padroeira do distrito de Atafona, reduto de pescadores, que fica no encontro do Rio Paraíba do Sul com o mar, em São João da Barra.

A Festa da Penha tem como ponto alto a procissão terrestre, que atrai milhares de fiéis tomados por grande emoção, vindos de diversas localidades da região norte fluminense, para repetir a caminhada histórica, ratificando a fé, a devoção e a tradição de levar a imagem para receber homenagens e orações pelas ruas do município.

A procissão é uma tradição cultural e religiosa, que data do século XIX e, de tão grande, em 1857 deu origem à Irmandade de Nossa Senhora da Penha de Atafona, criada com o objetivo de erguer uma igreja, cuja obra, tocada pelos braços fortes dos pescadores devotos, teve início em 1860. Em 1875, foi visitada pelo Imperador D. Pedro II, sendo concluída seis anos mais tarde.

Traço marcante da cultura e da religião em nosso estado, a procissão terrestre de Nossa Senhora da Penha precisa ser preservada para as gerações futuras e, por esta razão, encareço a meus pares a aprovação da presente matéria.

Figura 18 - Projeto de Lei Nº 1531/2016

Fonte: Acervo da provedora da igreja de Nossa Senhora da Penha.

Entre as tradições que perpetuam na festa da Penha, não poderia faltar o foguetório - para festejar a passagem da santa pelas principais ruas de Atafona - os moradores e veranistas conservam ainda suas casas com portas e janelas abertas e totalmente acesas. É um show de luzes e cores que ilumina a Atafona e o percurso da padroeira. Show de luzes e cores, proporcionado pelo sanjoanense Manuel “Fogueteiro”, como era conhecido nos anos 40/50, que passou a tradição para o filho Benedito Ribeiro Alves. Tradição repetida por anos e anos, ininterruptamente.

Nessa caminhada de devoção à santa, sua imagem é levada por membros da irmandade e acompanhada pelos demais santos que dividem o altar da igreja: São José (veranistas) e Sagrado Coração de Jesus (Apostolado da Oração). Também

acompanham o cortejo às imagens de Santa Terezinha (veranistas), Santo Expedito (devotos), Nossa Senhora de Fátima (veranistas), Nossa Senhora das Graças (professores), Santo Antônio (devotos), São Benedito (veranistas), Santa Rita de Cássia (devotos) e Santa Luzia (veranistas), que ocupam os nichos dos lados direito e esquerdo do templo, segundo Noronha (2003, p. 49-50).

Segundo Noronha (2003, p. 50), têm os batizados comunitários e apadrinhamentos das crianças, que são uma tradição respeitada pelos moradores e veranistas. A igreja fica lotada e é preciso chegar com bastante antecedência para conseguir um bom lugar na cerimônia. Os pais acreditam que “o batizado no dia de Nossa Senhora da Penha dá mais sorte à criança”, como diziam seus avós. Complementa o autor:

As missas solenes são longas, porém descontraídas. Os grupos jovens apresentam cânticos, que entoam por todo o templo. O ato religioso que começa às 10h vai até às 12h, e é celebrado pelo pároco da igreja-matriz de São João Batista, auxiliado por diáconos da Diocese de Campos. A missa solene no dia da protetora tem atraído cada vez mais a presença de centenas de fiéis e devotos todo o ano (NORONHA, 2003, p. 50).

Relata Noronha (2003, p. 50) que as promessas alcançadas pelas graças de N. S. da Penha movimentam Atafona, que seus fiéis ofertavam diversas prendas à padroeira. Sendo assim, “Em 17 de junho de 1904, foram entregues ao tesoureiro da irmandade – criada em 24 de dezembro de 1878 -, Antônio José D’Assumpção Neves, duas coroas, 13 pares de brincos de diversos valores, 10 anéis, três broches, um crucifixo grande de ouro, uma pulseira de ouro, um alfinete de ouro, uma pulseira de ouro com o letreiro “Deus o guie”, um adereço de ouro com pedras, um colar com uma figa pequena, um trancelim de ouro, 15 cordões de ouro e diversas pulseiras com diversos berloques, sendo duas cruzes, duas verônicas, uma figa, um Espírito Santo, pesando tudo 862 gramas”, segundo o livro “A Terra Goytacá”, de Alberto Lamego, que relata ainda que

Maria da Penha fez entrega de uma cabeleira para Nossa Senhora, oferta da devota Rita Pessanha da Motta Teixeira, de um cordão de ouro que se encontra no pescoço da santa, uma coroa dourada recebida do patrão-mor, uma coroa de prata entregue por Josepha Crespo, três anéis, um pregador recebido de Ana Machado e uma medalha de ouro oferecida pelo major Aquino.

As paredes da igreja estavam cobertas de votos dos fiéis que fizeram parte do

templo, painéis representando os milagres de Nossa Senhora da Penha e moldes de cera. Hoje em dia, durante a festa da padroeira, a irmandade realiza uma mostra no salão dos fundos da igreja, com os mantos da santa.

No decorrer dos anos, diminuíram as barracas com jogos e aumentam o fluxo de acesso às comidas e bebidas típicas, que hoje estão em todo entorno da praça. Antigamente, era corriqueira a organização da festa de Nossa Senhora Penha vender rifas para angariar fundos para as reformas da igreja.

Como não mencionar os bailes que eram promovidos entre os anos 40 e 70, no salão (hall de entrada) do Hotel Cassino Balneário de Atafona. Depois de muita procura dos moradores e veranistas, eles foram levados para a área externa do imóvel do lado direito, como acontecem até a data de hoje. Diversas bandas que passaram pelos palcos do Hotel Cassino eram oriundas da região, às vezes tendo uma ou outra banda famosa das cidades vizinhas. Para Noronha (2003),

Os bailes são animados em sua maioria por bandas, que passam a dividir com os bailes de forró nas casas noturnas nas proximidades da igreja. Os shows em homenagem à Penha são realizados no palco de alvenaria, ao lado da igreja, com apresentações de músicas sacras e de MPB (NORONHA, 2003, p. 51).

Logo após a temporada de férias, as casas de veraneio, que são localizadas no entorno da igreja, são alugadas. Com preços acessíveis, na sua grande maioria os clientes são do próprio município. Muitas vezes os devotos preferem passar o período do festejo bem próximo à santa, sem perder nenhum detalhe. Os devotos de Nossa Senhora da Penha, que residem em outros municípios, ficam em barracas de lona montadas na parte dos fundos da igreja, “como é o caso de dezenas de famílias de pescadores de Gargaú, que vêm todos os anos pagar suas promessas” Noronha (2003, p. 51).

4.4 A religiosidade

O culto e a devoção a Nossa Senhora da Penha, a santa que é reverenciada todos os anos na primeira semana após a quaresma, marcando o fim da obra de ampliação da capela em 1872, que daria origem à igreja seis anos mais tarde. Santa, protetora de Atafona. Deve-se a um milagre recebido por problemas de

náufragos em suas embarcações, que ficaram encalhadas em um banco de areia na entrada da barra, no século XIX. A princípio, os mesmos ergueram uma capela com o vigário José Calvosa, em 1868, na localidade do aterro de sua residência, onde morou o pescador-fundador. Iniciaram-se, em 1868, as obras para a construção do novo templo, concluídas em 1882, recebendo ajuda da Companhia de Vapores João Cândido Dias da Motta, segundo o jornal “A Notícia” (segundo caderno, de 29 de abril de 1973).

Dentre as perguntas feitas aos entrevistados, uma das questões foi sobre essa forte ligação da festa de Nossa Senhora da Penha com os moradores de Atafona. Por que a santa é considerada a padroeira de Atafona e dos pescadores, e não São Pedro, pois é o padroeiro dos Pescadores, ou até mesmo Nossa Senhora dos Navegantes, padroeira daqueles que navegam? E qual a representatividade da santa para os devotos e fiéis?

Tanto a comunidade, quanto quem vem de todos os lugares para visitar a santa, são muito devotos. Todo ano pessoas vêm pagar as promessas, não deixam de prestigiar os festejos, por sua tradição, pela emoção de quem participa e seus milagres concebidos (ENTREVISTADA MARIA DAS DORES).

Para a entrevistada, Sônia, chama à atenção a forma como as pessoas se arrumam, sempre compram tudo novo para ir à festa. Sempre todos muito bem arrumados.

será festividade é intensa. Em São João da Barra, nos dias do festejo de Nossa Senhora da Penha, à noite tudo fica vazio e todo mundo vai prestigiar a santa. Minha mãe contava que minha avó enchia três carroças com as trouxas de roupas e bacias, se transferindo uma semana para a casa que tinham em frente à igreja. Menciona que tem gente que acampava e que ainda acampa no período dos festejos (ENTREVISTADO FERNANDO ANTÔNIO).

Flávia ressalta que é além a fé que a população tem por Nossa Senhora de receber o milagre de Deus através de sua intercessão. Enfatiza que quem concede o milagre é Deus, “mas Nossa Senhora é nossa intercessora. Então, por ela ser nossa intercessora, e por alguns não conhecerem ou compreenderem isso, pensam que é Nossa Senhora da Penha que faz os milagres, mas é Deus que faz através da santa”. Assim, por meio do milagre, as pessoas acabam se envolvendo mais. A entrevistada conta a história do seu pai:

Ao me lembrar do falecimento de meu pai, que sofria de câncer, lembrou-se de seu pedido a Nossa Senhora da Penha, que fizesse o melhor pelo pai, pois sofria de muitas dores por causa da enfermidade. No sábado de aleluia, antes de ir trabalhar fazendo unhas, fui visitar meu pai, que estava acamado. Chegando próximo à porta da sala, vi a imagem de Nossa Senhora da Penha com o menino Jesus em seu colo, estendendo a mão para o meu pai, com uma luz em cima dele. Horas depois o meu pai veio a óbito. Senti-me confortada pela santa ter feito o melhor para ele (ENTREVISTADOS FLÁVIA E EMILTON).

Nos relatos, os entrevistados, sempre que falam de Nossa Senhora da Penha, trazem emoção, compaixão, gratidão e forte ligação com o distrito de Atafona. Sempre ratificando e enfatizando a importância que a santa tem para eles. Há um amor que os envolve só quem esteve na festa pôde presenciar, pôde notar, pois a sinceridade, ligação e carinho entre os nativos e a santa são envolventes. Aqueles que estão a sua volta sentem essa aproximação. Assim, o entrevistado Fernando Antônio explica que:

Nossa Senhora da Penha não é padroeira dos pescadores, o padroeiro dos pescadores é São Pedro. Nossa Senhora da Penha tem uma colônia de pescadores que são devotos dela, sendo a padroeira de Atafona. Assim, pela localidade ter uma comunidade pesqueira muito grande, acabou abraçando os pescadores (ENTREVISTADO FERNANDO ANTÔNIO).

[...]

Sempre quando se tem a área litorânea, vai ser Nossa Senhora dos Navegantes e São Pedro, porque tem uma história voltada no estudo católico que a Virgem Maria atende ao socorro de Nossa Senhora dos Navegantes. Já São Pedro é bíblico, porque ele era pescador. Quanto à Nossa Senhora da Penha, o naufrágio foi o motivo, e ela se tornou a santa cultuada na área litorânea (ENTREVISTADO ADYVAN PEDRA).

[...]

Os pescadores são devotos da santa porque já existem muitos milagres narrados pelos pescadores que estavam em situações difíceis no mar e clamaram pela santa, foram atendidos e voltaram sãos e salvos para casa. Isso é real! Assim, as histórias dos milagres vão passando de geração em geração (ENTREVISTADA SÔNIA FERREIRA).

Dessa forma, há registros dos devotos de Nossa Senhora da Penha, dos milagres concedidos, onde um ocorreu em 1918 - segundo relatos do jornal de São João da Barra - "O Combate" (30 de outubro de 1918, 1ª pág.): "uma senhora doou uma vultosa quantia em dinheiro, como pagamento de uma promessa feita à Nossa Senhora Penha, por ter sido sua família poupada da peste – a gripe espanhola – que dizimou famílias inteiras em Campos".

Outro milagre foi concedido pela santa nos anos 40, no mesmo período que eram realizadas obras no templo. Para reafirmar cada vez mais a devoção dos fiéis à santa é que o jornal de Campos, “A Notícia” (Segundo Caderno, 02 de março de 1969, p. 3) informou:

Cinco operários que faziam o trabalho em um andaime de pesadas madeiras – tendo à frente Augustinho Pomada e supervisão de Dario Canela -, que teve o arcabouço rompido, foram jogados por terra, recebendo toneladas de peso por cima. Um deles, percebendo a queda, gritou: - valei-nos, Nossa Senhora da Penha. O que podia tê-los reduzido a um guisado de ossos e carnes, resultou apenas em pequenas contusões.

Ao indagarmos sobre a representatividade da santa, Fábio Pedra descreve ser muito mais que uma imagem, de forma que a população se sente protegida. A santa simboliza união, família, fé, perdão, reconciliação e milagre. Acrescenta o entrevistado, que:

Há o questionamento sobre os milagres da santa, mas o milagre não vem da santa e sim que ela é mediadora e intercessora. A santa significa união entre as famílias. E no período dos festejos cessam as brigas e confusões. As pessoas se aproximam mais, até dentro da igreja acabam as confusões e divisões, pois há divisões na igreja também (ENTREVISTA FÁBIO PEDRA).

Estava indo para o posto de saúde perto da praça de Nossa Senhora da Penha, aos prantos. Pedi: - ah, minha Nossa Senhora Penha, toma conta da minha filha, minha mãe. Emocionada, olhei para trás, não tinha ninguém na rua. Vi um manto atrás de mim. - Ah, minha Nossa Senhora da Penha, não fica comigo, vai ficar com a minha filha na UTI. Minha filha que precisa da senhora. Maria foi a minha força, minha intercessora até seu filho Jesus (ENTREVISTADA “NENECA”).

Elenilce Nunes, também conhecida como “Neneca”, foi um dos relatos nas entrevistas sobre o milagre concedido pela santa, assim como Flávia e Emilton, Fábio Pedra, entre outros entrevistados. Sempre que perguntávamos sobre a santa, associavam-na à fé, gratidão, milagre, devoção e compaixão. Os devotos sempre estão em oração por aqueles que precisam, ou até mesmo para agradecer as bênçãos concebidas. Noronha (2007, p. 56-57) afirma que a oração de Nossa Senhora da Penha obteve aprovação em 23 de abril de 1901, pelo 1º Bispo do Espírito Santo, Dom João Nery. Segue cópia da oração que os fiéis de Nossa Senhora da Penha transcreveram:

ORAÇÃO DE NOSSA SENHORA DA PENHA

Ó Maria Santíssima, Senhora da Penha, em cujas mãos depositou Deus todos os tesouros das suas graças, constituindo-vos amorosa e larguíssima dispensadora, a todos os que a vós recorrem com viva fé.

Eis-me cheio de esperança no vosso efficacíssimo patrocínio, solicitando, humildemente, vossa proteção e amparo.

Não negueis o vosso favor, ó cara Mãe, a esta amorosa, embora indigna filha. Recordai-vos, ó Senhora da Penha, que nunca se ouviu dizer que algum dos que em vós tem depositado toda a sua esperança tenha ficado iludido.

Consolai-me, pois, ó amorosíssima Senhora, com vossas graças que tão instantemente peço, a fim de continuar a honrar-vos na terra, com meu cordial reconhecimento até que possa, um dia, no céu, mais dignamente agradecer-vos todos os benefícios recebidos, nos séculos dos séculos.

Assim seja.

Amém

(Reza-se em seguida três vezes)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível verificar uma intensa relação entre o sagrado e o profano nas muitas manifestações religiosas. Nas festas, essa circularidade é contínua e de grande visibilidade. Fazem parte do que a Igreja conceitua como religiosidade popular, uma vez que não são prescritas pela liturgia, mas são celebradas, através de ritos, objetivando o encontro dos homens com o mundo espiritual e sagrado. Em tempos de crescente evolução, a proteção, preservação, revitalização, interpretação e promoção do patrimônio cultural de diferentes regiões têm sido pontos fundamentais para a valorização das culturas locais, contribuindo também para o fortalecimento das identidades.

Nessa perspectiva, falar de manifestações culturais populares significa falar das formas de expressão da cultura de um povo, que se traduzem por meio das festas e de todo o aparato simbólico que as acompanha e particularizam um lugar: rituais, canções, danças, comidas, indumentárias, entre outros. Nessas manifestações, relações sociais são produzidas, ajudando a manter a identidade e, ao mesmo tempo, construindo novas identidades em função da interação entre culturas diversas. Tais modificações nas manifestações populares são reflexos do momento peculiar da vida contemporânea, sendo também foco de interesse da articulação dos que idealizam cada momento do festejo.

Contudo, no momento que resolvi pesquisar sobre a festa de Nossa Senhora da Penha de São João da Barra, não presumia a grandiosidade e a amplitude no âmbito da questão cultural, seguidas de uma tradição de mais de cem anos de comemoração.

Ao promover a diversidade no perfil dos partícipes, a comemoração, embora centenária e tradicional, atualiza-se a cada edição. Como expressão cultural já identificada pelo Estado, reconhecendo a procissão terrestre como Patrimônio Cultural Imaterial do Estado do Rio de Janeiro, ato de expressão significativo para os moradores. Dessa maneira, por se tratar de uma manifestação religiosa consolidada entre os sanjoanenses, a celebração é vista como um momento de espaço e tempo especiais, que incentivam a mobilidade de pessoas vindas da região e outras localidades do país para a cidade, sede da festividade, São João da Barra, distrito de Atafona.

Assim, buscamos responder às seguintes questões: Quais as representações

e significados da festa de Nossa Senhora da Penha para a localidade de Atafona? De que modo às manifestações culturais relacionadas à festa influenciam na formação da identidade cultural de Atafona?

Os dados obtidos apontaram que a festa de Nossa Senhora da Penha faz parte do cotidiano da localidade. Há uma ligação muito intensa e forte entre os moradores de Atafona e a santa. A festa representa o marco de fé, devoção, respeito, momento de agradecer as bênçãos concebidas pela santa.

Para os nativos, estar presente em cada detalhe da elaboração da festa significa estar mais próximo da santa. É como uma forma de mostrar o quanto são gratos. A festa não representa simplesmente uma comemoração religiosa, com uma programação religiosa e profana elaborada pelos nativos, mas a representatividade da identidade daqueles que participam da construção de cada detalhe, como daqueles que vão para prestigiar e conhecer a história de Nossa Senhora da Penha.

Desta maneira, no momento que optamos por realizar a análise de conteúdo das entrevistas, foi possível fazer uma leitura clara e objetiva dos dados. Ficou evidente que a Festa de Nossa Senhora da Penha emana do povo e é visto pelos moradores como momento de fé, religiosidade e devoção. No momento que foi elaborado as categorias, para assim, identifica-las nas entrevistas, ficou perceptível que a festa representa, assim como a santa, um marco religioso de suma importância tanto para munícipes de São João da Barra, quanto para os moradores da localidade de Atafona.

Naturalmente, o simbólico permeia e está presente em cada uma das relações estabelecidas pelos devotos no período do festejo em homenagem à Penha, como as missas, a preparação da Romaria Luminosa, até mesmo a disputa para segurar o andor de Nossa Senhora da Penha na procissão terrestre pelas principais ruas de Atafona, pelo menos por alguns momentos.

Esses rituais, realizados há muitos anos, apresentaram poucas alterações do início da comemoração para os dias atuais, pois acabaram por adaptar certos hábitos, como: os dias de festejos, de dois dias para quatro dias, as atividades recreativas que aconteciam antigamente e que hoje foram acrescentadas outras atividades a participação e envolvimento dos participantes da cidade na criação da festa, demonstrando um dinamismo próprio, mas sem abrir mão de sua principal essência: a fé genuína, espontânea e popular.

O assentamento de Atafona expressa a todo tempo sentimento de

pertencimento, entendendo a festa da Penha como uma tradição de fé que ocorre há muitos anos e que carrega, em sua elaboração, a integração de todos, acarretada por uma geração que participa ativamente e vem se renovando a cada ano, para que a cultura local permaneça enérgica. A valorização de manifestações populares e a festa de Nossa Senhora da Penha englobam traços e características particulares que distinguem seus envolvidos e as particularidades de sua região, tendo como base as suas raízes e tradições, recuperando, assim, o sentido de sua história. Ao mesmo tempo, essas identificações teriam como referência as características específicas daquele lugar que envolve relações culturais diversas.

É necessário integralizar cada vez mais a cultura local para que se possa construir meios para equilibrar o entretenimento e a cultura. As Políticas Culturais devem avançar no aspecto das proposições participativas e no rumo de realização cívica. Dessa forma, há a possibilidade da governabilidade auxiliar nesse processo de integralização por meio de políticas culturais, enxergando esse futuro de possibilidades no horizonte. Sendo assim, meios revolucionários de obtenção de resultados concretos, tanto na cultura quanto na sociedade, avançarão no campo do acesso à cultura e democratização. Pode-se ressaltar, como meio de acesso à cultura para todos, a democracia cultural – enquanto processo contínuo da construção de novas perspectivas simbólicas e conceituais – enfatizando a elaboração de propostas que contemplem estratégias focadas na coletividade, na ingerência popular direta e expulsão de fatores externos que atrapalham possibilidades e sonhos de cidadania no âmbito do direito universal.

A festa de Nossa Senhora da Penha, de São João da Barra, deve ser compreendida como meio difusor direto da expansão da cultura no município, pois há uma participação ativa dos moradores no período dos festejos. A cada ano vem crescendo e solidificando essa tradição, que tem a participação de inúmeras gerações de família. A festa de Nossa Senhora da Penha é a contribuição do legado cultural de uma localidade, contudo, fica contrária ao momento em que as divergências e os interesses políticos entram em cena e acabam atrapalhando o processo de valorização. Assim, as políticas deveriam ser fundamentais nesse processo e não deveriam interferir nas atividades direcionadas para a valorização da cultura local.

Nota-se que quando a sociedade consegue fortalecer os aspectos culturais, torna-se mais difícil a interferência externa com o objetivo de modificar os desejos,

contrariando a ideia central de forma extrema e coercitiva. Dessa maneira, devem-se aproveitar os espaços para se debater e entender sobre os aspectos culturais. O momento é aproveitar os nativos da localidade para discussão favorável sobre a cultura religiosa, hábitos, costumes e tradições, pois, irá fundamentar o planejamento que direciona todos os eixos primordiais para a valorização da cultura, pois tem efeito positivo no cotidiano dos cidadãos e dos ativadores culturais do município.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A EVOLUÇÃO. **São João da Barra/RJ**, 03 de fevereiro de 1946.

A NOTÍCIA. **Campos dos Goytacazes/RJ**, 02 de março 1969.

_____. **Campos dos Goytacazes/RJ**, 29 de abril de 1973.

A TRIBUNA. **São João da Barra/RJ**, 06 outubro de 1928.

ARÉVALO, Javier Marcos. **La tradición, el patrimonio y la identidad**. Disponível em:

<http://www.dipbadajoz.es/publicaciones/reex/rcex_3_2004/estudios_02_rcex_3_2004.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2018.

BARBALHO, Alexandre. Políticas culturais no Brasil: identidade e diversidade sem diferença. In: RUBIM, A.A.C. (Org). **Políticas culturais no Brasil**. (Coleção cult). Salvador: Edufba, 2007. p. 37 – 60.

BAUER, Martin W; GASKELL, George (Org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. - Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

BERGER, Peter; & LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento** 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

BOTELHO, Isaura. A política cultural & o plano de ideias. In: RUBIM, A.A.C. (Org). **Políticas culturais no Brasil**. (Coleção cult). Salvador: Edufba, 2007, p. 109 – 132.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A Cultura na Rua**. Campinas, São Paulo: Papyrus, 1989.

CALABRE, Lia. Políticas Culturais: indicadores e informações como ferramentas de gestão pública. In: BARBALHO, Alexandre.; CALABRE, Lia.; MIGUEZ, Paulo; etc (Org). **Cultura & Desenvolvimento: perspectivas políticas e econômicas**. (Coleção cult). Salvador: Edufba, 2011, p. 71 – 84

_____. Gestão cultural municipal na contemporaneidade. In: Calabre, Lia. (Org). **Políticas culturais: reflexões e ações**. São Paulo: Itaú Cultural; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2009. p. 81 –91.

CANCLINI, Nestor Garcia. Políticas culturales y crisis de desarrollo: un balance latinoamericano. In: CANCLINI, Néstor Garcia (Org). **Políticas culturales en América Latina**. Grijalbo, México, 1987.

_____. Definiciones em transición. In: MATO, Daniel (Org.) **Estudios latino americanos sobre cultura y transformaciones sociales em tiempos de globalización**. Buenos Aires: Clacso, 2001.

CANDAU, J. **Mémoire et identité**. Paris: Presses Universitaires de France, 1998.

_____. **Memória e Identidade**. Tradução: Maria Lécia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2012.

CARVALHO, Augusto de. **Apontamentos para a História da capitania de São Tomé**. Campos: Silva, Carneiro e Cia, 1888.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil. O longo caminho**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2002.

CARVALHO, Samanta V. C. B Rocha. Manifestações Culturais In: GADINI, Sérgio Luiz, WOLTOWICZ, Karina Janz (Orgs.). **Noções Básicas de Folk comunicação**. Ponta Grossa (PR): UEPG, 2007. p. 64-66.

CASCUDO, Luis da C. **Civilização e Cultura**. Vol. I. Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1973.

CASTELLS, M. **O poder da identidade**. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

COELHO, Teixeira. **Dicionário crítico de política cultural**. São Paulo: Iluminuras, 1997.

COSGROVE, Denis. A Geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1998, p. 92-122.

COULANGES, Fustel. **A Cidade Antiga**. São Paulo: Hemus, 1976.

COUTINHO, Carlos Nelson. Notas sobre cidadania e modernidade. In: **Revista Agora: Políticas Públicas e Serviço Social**, Ano 2, nº 3, dezembro de 2005.

CHAUÍ, Marilena. **Cidadania Cultural, o direito à cultura**. 1. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

CRESPI, Franco. **A experiência religiosa na pós-modernidade**. Trad. Antonio Agonese. São Paulo: EDUSC, 1999.

DUBAR, Claude. **La socialisation: construction des identités sociales et professionnelles**. 2. ed. Paris: Armand Colin, 1996.

DURKHEIM, Émile. **Formas Elementares da Vida Religiosa**. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

_____. **Os Pensadores**. Seleção de textos de José Artur Giannotti; traduções de Carlos Alberto Ribeiro Moura. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

DUPUIS, Joseph. Antropologia, cultura e organização: proposta de um modelo construtivista. In: CHANLAT, Jean (Coord.). **O indivíduo na organização: dimensões esquecidas**. São Paulo: Atlas, 1996. p. 231-251.

FEATHERSTONE, Mike. **O Desmanche da Cultura**: globalização, pós-modernismo e identidade. São Paulo: Studio Nobel\Sesc, 1997.

FERREIRA, L.D.M. **Festas religiosas**: uma manifestação cultural de Mariana. Ouro Preto: ETFOP, 2009.

FLORES, Maria Bernadete Ramos. **Oktoberfest: turismo, festa e cultura na estação do chopp**. Florianópolis: Letras contemporâneas, 1997.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. (Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro). 3ª Ed. Rio de Janeiro. DP&A, 1999.

_____. Quem precisa da identidade? In. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Tomaz Tadeu da Silva (org). Petrópolis - RJ: Vozes, 2000.

_____. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HAVILAND, Jeannette. M. et al. **The place of emotion in identity**. **Journal of Research on Adolescence**, n. 4, p. 503-18, 1994.

HOBBSAWN, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. São Paulo: Paz e Terra, 1984.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Trad. de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário básico de filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

LAMEGO, Alberto Ribeiro. **A Terra Goitacá**. Paris: L'edition D'art, 1913.

_____. **O Homem e o Brejo**. Campos dos Goytacazes: L.B.G.E, 1942.

_____. **O Homem e a Restinga**. Rio de Janeiro: L.B.G.E, 1946.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura**: uni conceito antropológico. 14. ed. Rio de Janeiro: Jorge "Zahar, 2001.

MAFFESSOLI, Michel. **No fundo das aparências**. Petrópolis: Vozes, 1996.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARSHALL, Thomas Humphrey. **Cidadania e classe social**. Rio de Janeiro: Zahar, s.d. p. 57- 114. 1967.

MARTINS, Fernando José. **História sobre a povoação e fundação da cidade de São João da Barra e dos Campos dos Goytacazes. Da antiga Capitania da Paraíba do Sul.** 2. ed. São João da Barra/RJ: Luartson, 2004.

MATTELART, Armand. **Diversidade cultural e mundialização.** São Paulo: Parábola, 2005.

MAZOCO, Eliomar Carlos. **Festas e artesanato em terras do Espírito Santo.** Rio de Janeiro: IPHAN, CNFCP, 2007.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares.** Projeto História, São Paulo, n.10, dez. 1993, p.7-28.

NORONHA, João. **Uma Dama Chamada Atafona.** São João da Barra: Cultura Goitacá, 2003.

_____. **Atafona, sua história, sua gente.** São João da Barra: Fundação Biblioteca Nacional, 2007.

O CARANGUEIJO. São João da Barra/RJ, novembro de 1968. **O COMBATE.** São João da Barra/RJ, 30 de outubro de 1918.

O DESPERTAR. **São João da Barra/RJ 07 de abril de 1872.**

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **A invenção da sociedade gaúcha.** Ensaios FEE, Porto Alegre, 1993. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/viewFile/1617/1985>>. Acesso em: 20 nov. 2012.

PESSOA, Jair de Moraes. **Aprender e ensinar nas festas populares.** Salto para o futuro. Brasília, boletim 2, 2007.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e Silêncio. In: **Estudos Históricos.** 1989/3. São Paulo. Cpdoc/Fundação Getúlio Vargas, p 03-15.

PRINS, Gwyn. História Oral. In: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas.** São Paulo: Ed. UNESP, 1992.

RUANO-BORBALAN, Jean-Claude. **L'Identité: l'individu, le groupe, la société.** Paris: Éditions Sciences Humaines, 1998.

RUBIM, Antonio Albino Canela. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios. In: Antonio Albino Canela. (Org). **Políticas culturais no Brasil.** (Coleção cultural). Salvador: Edufba, 2007. p. 11 – 36.

São João da Barra. **São João da Barra/RJ**, 09 de novembro 1881.

SANTAFÉ, Helvio. **Atafona - Vento Nordeste.** Rio de Janeiro: Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 1999. 128p.

SANTOS, Claudefranklin Monteiro. A Festa como objeto de pesquisa histórica no campo da religiosidade. In: **Encontro sergipano de história**. 12, 2008, Aracaju. Disponível em: <www.gpcir.sites.uol.com.br/ce/claudefranklin.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2017.

SANTOS, Reinaldo Soares dos. **O Encanto da Lagoa: O imaginário histórico - cultural como elemento propulsor para o turismo cultural na Lagoa Encantada**. Dissertação (Mestrado em Cultura e Turismo) - Programa de Pós-Graduação em Cultura e Turismo, UESC/UFBA, Ilhéus-Ba, 2004.

SIMIS, Anita. A política cultural como política pública. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas. (Org). **Políticas culturais no Brasil**. (Coleção cultural). Salvador: Edufba, 2007, p.133 – 155.

SCHELLING, Vivian. **A presença do povo na cultura brasileira**. Campinas (SP): Editora da UNICAMP, 1990.

SCHIO, Sônia Maria. **Hannah Arendt: história e liberdade**. Caxias do Sul: Educus, 2006.

TAMASO, Izabela. A expansão do patrimônio: **Novos olhares sobre velhos objetos, outros desafios**. (Laudos culturais dos antropólogos inventariantes). Sociedade e Cultura. Revista de Pesquisas e Debates em Ciências Sociais, v. 8. n. (jul./dez.2015) – Goiânia: Departamento de Ciências Sociais, FCHF/UFG,2005.

TEIXEIRA, de Mello José Alexandre. **Campos dos Goytacazes**. Rio de Janeiro: Typographia, Litographia Laemmert & Cia, 1886.

TRIGUEIRO, Osvaldo Meira. Festas Populares. In: GADINI, Sérgio Luiz, WOLTOWICZ, Karina Janz (Orgs). **Noções Básicas de Folkcomunicação**. Ponta Grossa (PR): UEPG, 2007. p. 107-112.

UNESCO. **Cultural policy: a preliminary study**. UNESCO: Paris, 1969.

WEHLING, Arno & WEHLING, Maria José. As estratégias da memória social. In: **Brasilis: Revista de história sem fronteiras**. Rio de Janeiro: Atlântida,2003.

WHETTEN, David.; GODFREY, Paul. **Identity in organizations**. London: Sage Publications, 1998.

YÚDICE, George. **A conveniência da cultura: usos da cultura na era global**. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

APÊNDICES**APENDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA LOCALIDADE, IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DA PENHA E ÓRGÃO PÚBLICO****IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADOR**

1. Data: ___/___/_____.
2. Entrevistador: _____
3. Início: _____
4. Término: _____
5. Município: _____ UF: _____
6. Localidade: _____

IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO

1. Nome: _____
2. Como é conhecido: _____
3. Data de Nascimento: ___/___/_____
4. Sexo: () M () F
5. Idade: _____ anos.
6. Ocupação: _____
7. Telefone: _____
8. Onde Nasceu: _____
9. Desde Quando Mora na Localidade: _____

QUESTIONÁRIO

1. Como você participa da elaboração da festa? Qual a sua função na festa e desde quando atua nessa função?
2. O seu pai/avô/mãe/avó participavam dos festejos de Nossa Senhora da Penha?
3. Há participação de outras irmandades nos festejos? Se sim, quais?
4. Qual a ligação da festa com os pesqueira?
5. Quais são os tipos de recursos financeiros para a realização da festa? Há alguma política pública que auxilie a organização da festa?
6. Quais são as atividades religiosas e profanas do festejo? O que acontecia nos dias da festa e nos turnos da manhã, tarde e noite?
7. Por que Nossa Senhora da Penha é considerada a devota dos pescadores e não Nossa Senhora dos Navegantes, ou São Pedro?
8. O que a santa representa? Qual é o seu público?
9. Você sentiu alguma diferença na festa de Nossa Senhora da Penha com essa mudança de igreja para santuário?
10. Você teria ou conhece alguém que tenha fotos antigas ou artigos de jornais da festa?

APENDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA BRUNO COSTA**IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADOR**

Data: ___/___/___

Entrevistador: _____

Início: _____

Término: _____

Município: _____ UF: ___

Localidade: _____

IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO

Nome: _____

Como é conhecido: _____

Data de Nascimento: ___/___/___

Sexo: () M () F

Idade: _____ anos.

Ocupação: _____

Telefone: _____

Onde Nasceu: _____

Desde Quando Mora na Localidade: _____

QUESTIONÁRIO

1. Há Conselho Municipal de Cultura ativo atualmente em São João da Barra?
2. Se sim, desde quando o Conselho Municipal de Cultura iniciou suas atividades? Se não, por que está inativo?
3. Se sim, quando e como o Conselho Municipal de Cultura atuou/atua no município? Tem/teve autonomia como conselho?
4. Como funciona o Plano Nacional de Cultura?
5. Como funciona o Plano Estadual de Cultura?
6. Como funciona o Plano Municipal de Cultura?
7. Qual a importância do Plano Municipal de Cultura enquanto política cultural para o município?
8. Há políticas culturais no município? Se sim, quais políticas culturais são ou foram desenvolvidas?
9. Há alguma política cultural envolvida na festa de Nossa Senhora da Penha?
10. Há um Fundo Municipal de Cultura em São João da Barra? Se sim, como funcionam suas atividades? Se não, por que não existe?
11. Qual a necessidade do Fundo Municipal de Cultura para o município?
12. Qual sua atuação no município como Conselheiro de Cultura da Região Norte Fluminense? Há participação ativa?
13. Em sua opinião, quais são os problemas do município no âmbito das políticas culturais? O que falta? Descreva.